



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
NÍVEL MESTRADO**



GÊNISSON LIMA DE ALMEIDA

**CONFLITOS TERRITORIAIS E POTENCIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS EM
COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE BREJO GRANDE/SE**

**SÃO CRISTÓVÃO/SE
2019**

GÊNISSON LIMA DE ALMEIDA

**CONFLITOS TERRITORIAIS E POTENCIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS EM
COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE BREJO GRANDE/SE**

Dissertação apresentada como requisito final
para obtenção do título de Mestre pelo
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente da
Universidade Federal de Sergipe.

Linha de Pesquisa: Dinâmica e Avaliação
Ambiental

Orientador: Prof. Dr. Jailton de Jesus Costa

**SÃO CRISTÓVÃO/SE
2019**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Almeida, Gênisson Lima de

A 447c Conflitos territoriais e potencialidades socioambientais
em comunidades quilombolas de Brejo Grande/SE / Gênisson
Lima de Almeida; orientador Jailton de Jesus Costa. – São
Cristóvão, 2019.

176 f.: il.

Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio
Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

1. Meio ambiente. 2. Percepção geográfica. 3. Comunidades
agrícolas. 3. Posse da terra. 4. Extrativismo - Práticas. 5. Brejo
Grande (SE). I. Costa, Jailton de Jesus, orient. II. Título


CDU: 502/504:316.334.55

GÊNISON LIMA DE ALMEIDA

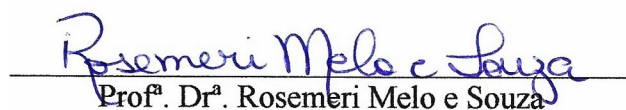
**CONFLITOS TERRITORIAIS E POTENCIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS EM
COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE BREJO GRANDE/SE**

Dissertação apresentada como requisito final para
obtenção do título de Mestre pelo Programa de
Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio
Ambiente da Universidade Federal de Sergipe.

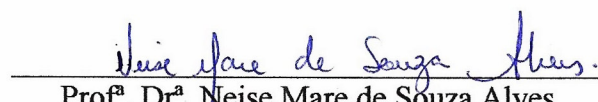
Aprovada em 19 de fevereiro de 2019



Prof. Dr. Jailton de Jesus Costa
Universidade Federal de Sergipe
Presidente-orientador



Profª. Drª. Rosemeri Melo e Souza
Universidade Federal de Sergipe
Examinadora Interna



Profª. Drª. Neise Mare de Souza Alves
Universidade Federal de Sergipe
Examinadora Externa

É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente permissão para disponibilizar, reproduzir cópia desta Dissertação e emprestar ou vender tais cópias.

Gênisson Lima de Almeida
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Prof. Dr. Jailton de Jesus Costa - Orientador
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluído no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Prof. Dr. Jailton de Jesus Costa - Orientador
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Dedico este trabalho aos pescadores artesanais e marisqueiras da comunidade quilombola da Resina e do povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.

AGRADECIMENTOS

Independente das circunstâncias, sempre é tempo de agradecer a Deus pela nossa existência, conquistas e desafios superados para alcançar os nossos objetivos.

Aos meus pais, José e Joelma, pois apesar de não terem tido a oportunidade de frequentar a sala de aula, hoje sintam-se privilegiados por essa conquista que também é de vocês. Estiveram sempre ao meu lado me acompanhando e me mostrando que o sucesso advém da vontade particular de cada um e o tempo que dedicamos para alcançar aquilo que almejamos.

A meu avô Pedro Evilázio (*in memoriam*) que sempre afirmava que iria ser professor, dando exemplo de vida para todos que o rodeavam e pelas batalhas vencidas ao longo da sua vida. Ah, vovô! Como queria que o senhor estivesse aqui na Terra para presenciar esse momento tão especial e esperado por mim. Amo-te e sempre te amarei.

A minha prima Renata, pelas aventuras vividas nos momentos de tensão e pelas alegrias compartilhadas, nos momentos mais simples, afinal de contas, estes são mais interessantes e sem “mimimi”.

Aos meus amigos de infância Bruno, Victor, Carlos, Gabriel, Hiron e Evanilton por sempre manter contato um com os outros nos diferentes momentos da vida.

Aos meus amigos de colégio, Adeilma, Elielza, Márcio, Geilza, Ricácia e Douglas, pelos gestos de amizade e pelos momentos descontraídos que proporcionaram bons risos, alegrando nossos dias, mesmo diante das pressões, na época das provas.

Ao amigo Lucas Marcone pela disponibilidade em ajudar na confecção dos mapas. Muito obrigado!

Ao meu amigo Jorge, pelo companheirismo em minha vida, sempre atencioso e dedicado para ajudar o próximo. Um exemplo de ser humano sincero e sempre disponível para o que precisasse. Ah, meu grande amigo, como me sinto feliz em poder compartilhar esse momento contigo. Saiba que mora no meu coração e pode contar comigo para o que der e vier. Gosto de ti de graça. Peço a Deus, todos os dias, para iluminar ainda mais nossa amizade.

A Paloma, que estive ao meu lado desde a quarta série, sempre me incentivando a estudar e partilhando o conhecimento adquirido. As nossas tardes sempre descontraídas

durante a pausa nos estudos e aos momentos festivos que estivemos juntos, dançando muito e estendendo nossa alegria por onde passávamos.

Ao fisioterapeuta, Dr. Alan, por ter me acolhido em um momento de extrema importância para iniciar meus estudos em Aracaju e pela confiança depositada em mim. Nossas conversas e planejamento de vida irão persistir em nossos pensamentos, por onde estivermos.

A Vanuza, pelo humor inconfundível e pelas histórias engraçadíssimas que me fizeram sorrir, frequentemente, mesmo nos momentos tristes e de saudade de meus pais no interior, pois não foi fácil adaptar-se ao novo estilo de vida em Aracaju.

A Micherlyne Cristina, pelo jeito descontraído de ser, proporcionando alegria por onde passa e as pessoas que conhece. Comigo não foi diferente. Lembro-me muito bem da viagem à João Pessoa, me fazendo companhia ao meu lado na poltrona (risos). Como Deus é bom, por colocar pessoas especiais em nossa vida. Sempre me lembrarei de ti, onde estiver.

Aos meus amigos do Mestrado pelas experiências compartilhadas, costumes diferenciados e, assim cada um foi se adaptando e se apaixonando pelo jeito do outro. São eles: Leidjane, Juliana, Manuela, Luciene, Juniela, Delmira, Ariane, Daiany, Daniela, Elaine Vasconcelos e Elaine Souza. Sem dúvidas, nossos encontros possibilitaram que os dias tornassem mais leves, mesmo diante da carga de trabalhos para fazer.

Aos meus clientes da feira livre por estenderem palavras e atitudes sábias para tornar-me um cidadão consciente e honesto, diante da sociedade. Agradeço imensamente pela confiança em adentrar em seus lares e valorizar o meu trabalho.

Aos docentes que transmitiram os seus conhecimentos e conselhos durante toda a minha jornada estudantil. Vocês foram nota mil para o meu aprendizado. Forte abraço!

A todos que fazem parte do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe pelo acompanhamento durante essa jornada.

A Professora Doutora Neise Mare de Souza Alves, por contribuir para o meu amadurecimento profissional e pelas valiosas contribuições, não apenas no âmbito profissional, mas também de vida. Sempre pronta para ajudar, através da sua simplicidade. Sem dúvidas, é um ser humano dotado de energia positiva e que dissemina por onde passa. Obrigado por tudo!

A Professora Doutora Rosemeri Melo e Souza, pelas valiosas contribuições ao longo da minha jornada acadêmica, desde o período da graduação, no exame de Qualificação e nesta defesa. Obrigado pela disposição em ajudar nos momentos em que mais precisei.

Ao Grupo de Pesquisa em Geoecologia e Planejamento Territorial – GEOPLAN, liderado pela Professora Rosemeri, pelas experiências vivenciadas com cada integrante do grupo na partilha do conhecimento.

Ao meu ilustre orientador, Jailton de Jesus Costa, pelo companheirismo e dedicação para o desenvolvimento da pesquisa, proporcionando relações harmônicas entre orientador e orientando. Ser humano de uma luz admirável que, sem dúvidas, é iluminado por Deus. Sou grato por concluir mais uma etapa da minha vida, sob suas orientações que jamais serão esquecidas. Foi um prazer trabalhar com o senhor.

Por fim, agradecer indistintamente a todos os envolvidos/as que contribuíram para a concretização desse sonho, de modo especial, aos pescadores artesanais e marisqueiras da comunidade quilombola da Resina e do povoado Saramém, em Brejo Grande, pela paciência e disponibilidade em participar da pesquisa. Vocês foram peças-chave para atingir o produto final. Serei eternamente grato por tudo que me proporcionaram, a cada visita. A pesquisa finalizou, mas os laços de amizades permanecem para a vida toda.

“Se nossos sonhos estão nas nuvens, eles estão no lugar certo, agora é tomar posse do que é nosso, lá no alto, nas nuvens”.

Shakespeare

RESUMO

Os recursos naturais constituem a base de sustento das comunidades tradicionais. Estes, por sua vez, são obtidos por meio de práticas extrativistas herdadas dos seus antepassados, no caso do estudo, pescadores artesanais e marisqueiras. O território é compreendido como o palco das múltiplas relações desencadeadas em face a apropriação, controle e uso pelos diferentes atores sociais. A presente pesquisa teve como objetivo analisar os conflitos territoriais e potencialidades socioambientais em comunidades quilombolas de Brejo Grande/SE. O recorte espacial abrangeu a comunidade quilombola da Resina e o povoado Saramém. A metodologia desse estudo foi subsidiada por levantamento bibliográfico, cartográfico e documental; pesquisa de campo e aplicação de entrevistas com roteiro semiestruturado com os membros das comunidades tradicionais e os representantes de associações, sujeitos sociais caracterizados pela identidade quilombola, além de outros atores-chave (carcinicultores, ex-proprietários de fazendas de arroz, empresários), além de órgãos institucionais, representados pela ADEMA, na emissão de licenças; e IBAMA na fiscalização e aplicação de multas, para o entendimento das relações socioambientais. A apropriação inadequada provoca impactos socioambientais, além da insustentabilidade na utilização dos recursos naturais. Em alguns casos, as práticas extrativistas dos pescadores artesanais e marisqueiras são insustentáveis, como por exemplo, a utilização de malha da rede de pescar inadequadas. Houve mudanças no que se refere às atividades desenvolvidas no espaço em função da salinização do Rio São Francisco favoreceu a atividade da carcinicultura, impossibilitando a prática da rizicultura nas lagoas. Como alternativa, os pescadores artesanais desenvolveram, nesses corpos hídricos, viveiros de peixe e camarão. Nesse cenário, peixes de água doce não são mais encontrados, predominando as espécies de água salgada. Os impactos socioambientais decorrem das atividades desenvolvidas pelos atores sociais em razão das atividades desenvolvidas no território. Os conflitos, os quais foram destacados pelos pescadores artesanais e marisqueiras, mediante a aplicação da cartografia social, ocorrem entre os pescadores artesanais, marisqueiras, carcinicultores, fazendeiros e empresários. Os locais de obtenção dos recursos naturais pelos membros das comunidades tradicionais, cursos fluviais e manguezais, respectivamente, são afetados principalmente pelo despejo dos dejetos da carcinicultura. Tais comunidades tradicionais são impedidas de adentrarem as propriedades dos fazendeiros para obter os recursos naturais em função da delimitação das terras com cercas e contratação de capangas, e da tentativa de implantação de um *resort* à margem do Rio São Francisco no território quilombola. É necessário preservar as práticas extrativistas dos membros das comunidades tradicionais tanto para a coleta de recursos naturais quanto para a manutenção da reprodução cultural, social, religiosa e econômica em função dos usos atribuídos no território. As informações expostas neste estudo, podem servir para os governos municipal, estadual e federal elaborar formas de minimizar os impactos socioambientais oriundas das atividades de cada ator social, a fim de estabelecer relações harmônicas entre natureza e sociedade, para as gerações futuras.

Palavras-Chave: Cartografia Social; Comunidades Tradicionais; Conflitos Territoriais; Práticas Extrativistas; Quilombolas.

ABSTRACT

Natural resources form the basis of livelihood for traditional communities. These, in turn, are obtained through extractive practices inherited from their ancestors, in the case of the study, artisanal fishermen and shellfish. Territory is understood as the stage of the multiple relations unleashed in the face of appropriation, control and use by different social actors. The present research had as objective to analyze the territorial conflicts and socioenvironmental potential in quilombola communities of Brejo Grande / SE. The spatial cut included the Quilombola community of Resina and Saramém settlement. The methodology of this study was subsidized by bibliographical, cartographic and documentary survey; field research and the application of semi-structured script interviews with members of traditional communities and representatives of associations, social subjects characterized by quilombola identity, as well as other key actors (farmers, ex-owners of rice farms, entrepreneurs), and of institutional bodies, represented by ADEMA, in issuing licenses; and IBAMA in the inspection and application of fines, for the understanding of social-environmental relations. Inadequate appropriation causes socio-environmental impacts, as well as unsustainability in the use of natural resources. In some cases, the extractive practices of artisanal and shellfish fishermen are unsustainable, such as the use of inadequate fishing net mesh. There were changes in the activities developed in the space due to the salinization of the São Francisco River, favoring the activity of shrimp farming, making it impossible to practice the rhiziculture in the lagoons. As an alternative, artisanal fishermen have developed fish and shrimp ponds in these water bodies. In this scenario, freshwater fish are no longer found, predominating saltwater species. The socio-environmental impacts arise from the activities carried out by the social actors because of the activities carried out in the territory. The conflicts, which were highlighted by artisanal and shellfish fishermen, through the application of social cartography, occur among artisanal fishermen, shellfish farmers, farmers, farmers and entrepreneurs. The sites for obtaining natural resources by members of traditional communities, river courses and mangroves, respectively, are affected mainly by the disposal of shrimp manure. These traditional communities are prevented from entering farmer properties to obtain the natural resources due to the delimitation of the land with fences and hiring of henchmen, and the attempt to set up a resort on the margins of the São Francisco River in the quilombola territory. It is necessary to preserve the extractive practices of members of traditional communities both for the collection of natural resources and for the maintenance of cultural, social, religious and economic reproduction in function of the uses attributed in the territory. The information presented in this study can serve the municipal, state and federal governments to develop ways of minimizing the social and environmental impacts arising from the activities of each social actor in order to establish harmonious relations between nature and society for future generations.

Keywords: Social Cartography; Traditional Communities; Territorial Conflicts; Extractive Practices; Quilombolas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização do município de Brejo Grande/SE	32
Figura 2	Vegetação de restinga na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE	34
Figura 3	Ecossistema de manguezal no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	35
Figura 4	Ausência de saneamento básico no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	36
Figura 5	Escola municipal no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	36
Figura 6	Residências dos pescadores artesanais na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE	37
Figura 7	Comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE	37
Figura 8	Mapeamento social na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE	43
Figura 9	Mapeamento social no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	43
Figura 10	Confecção de rede por pescadores artesanais na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE	56
Figura 11	Rede utilizada na pesca artesanal por pescadores artesanais da comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE	58
Figura 12	Confecção de rede por pescadores artesanais no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	58
Figura 13	Atividade da pesca artesanal na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE	61
Figura 14	Prática da pesca artesanal na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE	62
Figura 15	Território dos pescadores artesanais na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE	66
Figura 16	Croqui do território dos pescadores artesanais, em Brejo Grande/SE	68
Figura 17	Moradores originários e não-originários da comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE	70

Figura 18	Satisfação da qualidade de vida dos moradores na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE	71
Figura 19	Criação de gado na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE	74
Figura 20	Tratamento de tilapia por pescadora artesanal na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE	76
Figura 21	Território das marisqueiras no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	77
Figura 22	Croqui do território das marisqueiras, em Brejo Grande/SE	79
Figura 23	Origem dos residentes do povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	80
Figura 24	Satisfação do modo de vida dos moradores do povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	81
Figura 25	Tempo de moradia dos membros das comunidades tradicionais no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	81
Figura 26	Via de acesso ao povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	82
Figura 27	Tratamento de peixe do tipo pescado por pescadora artesanal no povoado, em Brejo Grande/SE	83
Figura 28	Coleta de caranguejo sal por pescador artesanal durante o período do seguro defeso no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	85
Figura 29	Coleta de caranguejo sal por família no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	87
Figura 30	Grupo de homens após a coleta de caranguejo sal no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	88
Figura 31	Entrega e contagem da produção de caranguejo sal ao cambista, no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	88
Figura 32	Guaiaum obtido por marisqueira no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	89
Figura 33	Viveiros de camarão no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	90
Figura 34	Trabalhador colocando ração no comedouro em viveiro de camarão, no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	91
Figura 35	Uso da terra na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	100

Figura 36	Lagoa na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE	101
Figura 37	Vista do Rio São Francisco na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE	102
Figura 38	Caixa d' água na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE	103
Figura 39	Caixa d' água no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	103
Figura 40	Unidade de Saúde no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	104
Figura 41	Coqueiros na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE	107
Figura 42	Desbaste de coqueiros para instalação de viveiros de camarão no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	107
Figura 43	Processo de descascamento de coco verde no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	108
Figura 44	Quebra do coco seco por mulheres da comunidade quilombola da Resina e da comunidade Santa Cruz, em Brejo Grande/SE	109
Figura 45	Processo de coamento do óleo de coco na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE	110
Figura 46	Presença de áreas isoladas no Rio São Francisco, em Brejo Grande/SE	113
Figura 47	Registro de queima dos resíduos sólidos por moradores da comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE	116
Figura 48	Efeito de substâncias tóxicas em manguezal no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	116
Figura 49	Presença de cerca em lagoa na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE	118
Figura 50	Confecção de redinha por pescadores artesanais no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	120
Figura 51	Descarte de dejetos da carcinicultura em manguezal no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	121
Figura 52	Estrutura das casas recebidas pelos moradores da comunidade quilombola da Resina no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	124
Figura 53	Estrutura das casas dos moradores da comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE	125

Figura 54	Pescador artesanal quilombola na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE	130
Figura 55	Associação da comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE	132
Figura 56	Reunião com pescadores e pescadoras artesanais na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE	133
Figura 57	Participação na associação do povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	134
Figura 58	Parte de coqueiro utilizado para conter a erosão no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	141
Figura 59	Sacos utilizados para conter erosão costeira no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	142
Figura 60	Erosão costeira na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Atividades realizadas durante a pesquisa de campo na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	40
Quadro 2	Distribuição de entrevistas por comunidade e categoria social, em Brejo Grande/SE	42
Quadro 3	Principais espécies de peixes coletados pelos pescadores artesanais na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE	72
Quadro 4	Cultivos de subsistência na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE	73
Quadro 5	Principais espécies de mariscos e crustáceos obtidas pelas marisqueiras no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	84
Quadro 6	Potencialidades socioambientais da comunidade quilombola da Resina e do povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	111
Quadro 7	Limitações socioambientais da comunidade quilombola da Resina e do povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	111
Quadro 8	Principais conflitos na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE	117
Quadro 9	Principais conflitos no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	118
Quadro 10	Atores territorializados e extraterritoriais na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	122

LISTA DE SIGLAS

ADEMA	Administração Estadual do Meio Ambiente
APP	Área de Preservação Permanente
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BNB	Banco do Nordeste
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
DESO	Companhia de Abastecimento de Sergipe
EMDAGRO	Empresa de Extensão Rural e Desenvolvimento Agropecuário
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA	Indicador de Salubridade Ambiental
PNMA	Plano Nacional de Meio Ambiente
PRODEMA	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos
UFS	Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

Dedicatória	07
Agradecimentos	08
Epígrafe	11
Resumo	12
Abstract	13
Lista de Figuras	14
Lista de Quadros	18
Lista de Siglas	19
INTRODUÇÃO	22
Capítulo 1 – O saber fazer da Pesquisa	30
1.1 Recorte espacial da pesquisa	31
1.2 Método	38
1.3 Procedimentos metodológicos	39
Capítulo 2 – O Território das Comunidades Tradicionais de Brejo Grande/SE	46
2.1 O território enquanto categoria geográfica de análise	47
2.2 Território: <i>Locus</i> de reprodução das comunidades tradicionais	55
2.3 O território dos pescadores e pescadoras artesanais	65
2.4 O território das marisqueiras	77
Capítulo 3 – Conflitos Territoriais e Potencialidades Socioambientais das Comunidades Tradicionais em Brejo Grande/SE	94
3.1 Caracterização Geoambiental da comunidade quilombola da Resina e do povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	95
3.2 Potencialidades e limitações socioambientais dos usos do solo	101
3.3 Classificação dos conflitos territoriais em Brejo Grande/SE	112
3.4 Redes e Tramas de atores sociais <i>versus</i> conflitos territoriais	121

Capítulo 4 – Conservação e Ocupação na Comunidade Quilombola da Resina e no Povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	128
4.1 Estratégias de luta: Possibilidades e desafios das comunidades tradicionais em Brejo Grande/SE	129
4.2 Comunidades tradicionais em tempos da expropriação	135
4.3 Sustentabilidade e saberes tradicionais associados	138
4.4 O desafio de manutenção das comunidades tradicionais	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS	153
APÊNDICES	161
Apêndice A – Roteiro de entrevista semiestruturado para os pescadores e pescadoras artesanais	162
Apêndice B – Roteiro de entrevista semiestruturado para as marisqueiras	167
Apêndice C – Roteiro de entrevista para os carcinicultores	172
Apêndice D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	174
Apêndice E – Termo de Anuência	176

INTRODUÇÃO

Existem muitas evidências da destruição do meio ambiente, que trazem consequências negativas para todos os seres vivos, inclusive para a humanidade, tais como: o desmatamento, a desertificação, a poluição do ar e dos cursos fluviais, das áreas de manguezal e mares, provocadas, principalmente, pela ação antrópica, resultando numa série de impactos socioambientais que refletem diretamente no modo de vida das comunidades tradicionais que usufruem e necessitam dos recursos naturais para garantir a sua sobrevivência.

Para Dias (2004), os problemas ambientais não são apenas aqueles que derivam da exploração dos recursos naturais ou da poluição, mas também derivam do subdesenvolvimento, entre eles: condições inadequadas de moradia, péssimas condições sanitárias ou ausência destas, além do manejo inadequado. O meio ambiente deve ser considerado em sua totalidade, ou seja, em seus aspectos naturais e aqueles criados pelo homem para a realização de suas atividades, de modo a atender os seus propósitos.

O autor acima reforça que o conceito de meio ambiente deve abranger os aspectos sociais, culturais, econômicos, bem como, os físicos e biológicos. Os aspectos físicos e biológicos constituem a base natural do ambiente humano. Já as dimensões sociocultural e econômica definem as linhas de ênfase e os instrumentos técnicos e conceituais que habilitam o homem a compreender e usar os recursos naturais, de modo a atender suas necessidades.

Nesse viés, Leff (2005), afirma que a sustentabilidade vai de encontro com as novas demandas do sistema econômico vigente, em detrimento aos recursos naturais, que são manejados de forma inadequada. O autor ainda salienta que a sustentabilidade ecológica surge como alternativa para a construção de um novo cenário econômico, de modo a garantir a sobrevivência das populações humanas, contribuindo, dessa forma, para um desenvolvimento sustentável e duradouro.

A satisfação das diversas necessidades humanas, associada a um consumo excessivo de recursos e um rápido crescimento demográfico, tem exercido uma pressão crescente sobre o meio ambiente, seja diretamente, pelo excesso de exploração das riquezas naturais ou indiretamente, ao produzir quantidades expressivas de detritos em relação à capacidade de absorção e depuração do meio ambiente (DIAS, 2004).

No mundo globalizado, a natureza desperta interesses diversos pela apropriação, controle e uso dos recursos naturais para obtenção de lucro, trazendo consigo o desenvolvimento das populações, de forma desigual, integrando apenas aqueles atores sociais que dispõem de poder político e econômico na dominação dos territórios que possuem recursos naturais (COSTA, 2011). Assim, conclui-se que a natureza surgiu também como símbolo de vida, pois ela é e dá vida; ela e as comunidades biológicas e seus habitats, assim como a sociedade e sua base de sustento social (PROST, 2009).

Tal sustento social se encontra em risco, à medida que a apropriação desigual do território pelos atores sociais que detém o capital (fazendeiros, carcinicultores e empresários), em linhas gerais, são privilegiados no que tange a usufruir os recursos naturais ali existentes, pois esses detém também a terra. Desse modo, os membros das comunidades tradicionais ficam proibidos de ter acesso, em alguns casos, a esses recursos, disponíveis no território em que se encontram, comprometendo seu modo de vida. Em virtude dessa dominação, a utilização dos recursos naturais acaba sendo restrita a um determinado grupo.

Na teoria, os recursos naturais estão disponíveis para toda a humanidade usufruir, de modo que satisfaça suas necessidades, ou seja, não devem ser destinados de forma a privilegiar apenas algumas parcelas da população. Quando esses recursos não são explorados de forma sustentável, em grande parte das situações, pelos carcinicultores, fazendeiros, e também pelos pescadores artesanais e marisqueiras, o sistema econômico vigente usurpa tais recursos, comprometendo e/ou impedindo a exploração dos mesmos pelos membros das comunidades tradicionais.

A referente pesquisa foi desenvolvida no município de Brejo Grande/SE, especificamente na comunidade quilombola¹ da Resina e no povoado Saramém, envolvendo os atores sociais territorializados. De um lado, os pescadores artesanais e marisqueiras, caracterizados por não possuírem capital e, do outro lado, aqueles que detém o capital, representados pelos fazendeiros, carcinicultores e empresários.

Os pescadores artesanais e marisqueiras também exploram os recursos naturais, às vezes, de forma insustentável, através de suas técnicas, para a obtenção dos recursos

¹O artigo 2º do decreto nº 4.883/2003 considera remanescentes das comunidades dos quilombos, para fins deste decreto, os grupos étnico-raciais, considerando critérios de auto-atribuição, que apresentam trajetória histórica própria, com relações territoriais específicas, além de presunção de ancestralidade negra em consonância com a resistência à opressão histórica sofrida.

naturais para a sobrevivência e reprodução. Dessa forma, acabam contribuindo para a degradação ambiental dos locais que apresentam potencialidades naturais, ou seja, todos os atores sociais locais, através das suas ações, provocam impactos socioambientais em diferentes níveis de intensidade, à medida que realizam suas atividades, no intuito de atender seus próprios interesses.

Com o favorecimento da expansão econômica em detrimento das questões ecológicas, os conflitos territoriais têm eclodido. Concomitante ao crescimento da economia, ocorre o avanço da destruição dos biomas, da concentração de renda, da desigualdade social, das injustiças ambientais e das violências no campo (JABER; SATO, 2010).

Os principais conflitos não são causados pelos atores sociais que necessitam do mínimo dos recursos naturais para garantir sua sobrevivência, mas sim pelos atores sociais que possuem capital que se apropriam, controlam e usam as áreas detentoras de potencialidades para satisfazer seus próprios anseios, principalmente o luxo (construção de casas de veraneio de alto padrão, por exemplo, destinadas para o lazer).

Os recursos naturais correspondem aos elementos presentes na natureza e que, de alguma maneira, possam ser explorados pelo homem, de forma direta ou indireta, já que são de fundamental importância para garantir a sobrevivência da população. A exploração de um recurso natural consiste nos meios que levará ao uso dos mesmos, tendo em vista que são provenientes da natureza e serão usados, seja pelas gerações presentes ou futuras (VENTURI, 2008).

Esses recursos naturais são utilizados pelos membros das comunidades tradicionais, através de seus conhecimentos e práticas extrativistas, que são passados de geração a geração, transmitidos pela tradição dos seus antepassados. Em função dos distintos interesses dos empresários, fazendeiros e carcinicultores em dominar o território, o processo de apropriação, controle e uso do território acaba desencadeando conflitos de diferentes naturezas, podendo desterritorializar² os grupos menos favorecidos, nesse caso, os pescadores artesanais e marisqueiras, além de causar impactos socioambientais (realizar a pesca artesanal no período de desova dos peixes,

²Segundo Haesbaert (2003), o conceito de desterritorialização consiste na exclusão das comunidades tradicionais dos territórios em que se encontram e, conseqüentemente, atenua as suas práticas extrativistas na busca dos recursos naturais. Assim, o processo de desterritorialização se contrapõe ao de territorialização.

ou seja, no período do seguro defeso, período em que os pescadores são impossibilitados de realizar a pesca, por exemplo) como consequência das atividades implantadas pelos que detém o capital, que afetam o modo de vida de tais comunidades tradicionais.

Em relação a esse processo de desterritorialização:

“O turismo provoca impacto socioambiental porque querem implantar aqui na Resina um resort e com isso ainda conseguiram obrigar 26 famílias a deixar a comunidade” (Ator 1). Entrevista concedida em 18/01/18.

Os membros das comunidades tradicionais apresentam sentimento de pertencimento ao território em que se encontram, ou seja, o lugar em que, ao longo do tempo, construíram sua identidade. Essas comunidades possuem conhecimentos ecológicos tradicionais (saberes) que norteiam as relações estabelecidas com os ambientes detentores de recursos naturais para a sua sobrevivência e ajudam na permanência das práticas extrativistas, consequentemente no fortalecimento da identidade cultural.

Quanto à posse da terra pelos membros das comunidades tradicionais:

“O Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) proporciona a concessão de uso da terra para nós. Como o interesse é da comunidade, o INCRA repassa essa gestão de uso, que foi liberada pra gente” (Ator 2). Entrevista concedida em 21/03/2018.

O uso da terra, em Brejo Grande, está representado pelas diferentes formas de exploração dos recursos naturais, principalmente pelos membros das comunidades tradicionais e, dessa forma, garantem sua reprodução e, ao mesmo tempo, de sobrevivência no território em que se encontram.

O estado de Sergipe apresenta diversas potencialidades em seus territórios. No município de Brejo Grande, as potencialidades estão representadas pelas áreas de manguezal, cursos fluviais, lagoas e restingas, onde ocorre à extração dos recursos naturais pelos membros das comunidades tradicionais, com o propósito de garantir o sustento da família. Em contrapartida, as atividades desenvolvidas pelos empresários ligados ao setor turístico, fazendeiros e carcinicultores provocam impactos socioambientais que afetam diretamente o modo de vida das comunidades tradicionais

(SANTANA, 2016). Tais atividades ainda mantêm o potencial econômico do município de Brejo Grande.

Embora Brejo Grande esteja localizado no litoral, e geralmente nesse compartimento a atividade turística é considerada de alto potencial devido às suas belezas cênicas, representadas pelos ecossistemas de dunas, manguezais e coqueiral, o recorte espacial dessa pesquisa apresenta potencial turístico, pouco desenvolvido, devido às condições de infraestrutura precária.

Ao longo da história, o município de Brejo Grande teve sua economia baseada na agricultura, com a produção de arroz nas áreas inundadas, além do cultivo da mandioca, destinada à subsistência das famílias. Entretanto, nos últimos anos, ocorreu um declínio na produção em virtude, principalmente da salinização do Rio São Francisco. Dessa forma, outras atividades foram sendo desenvolvidas como a pesca artesanal e a coleta de caranguejo, além da rizicultura, em menor escala.

A salinização dos cursos fluviais vem causando prejuízos para os membros das comunidades tradicionais que os utiliza para realizar suas práticas extrativistas na obtenção dos peixes. Dessa forma, outras culturas ganharam destaque, como por exemplo, o óleo de coco, destinado para o mercado externo.

Em relação a esse aspecto:

“O que nós produzíamos muito era o arroz e era utilizado para o consumo das famílias e para a comercialização, mas hoje não estamos mais produzindo por conta da salinização do rio”. Ali não conseguimos produzir nem capim para alimentar o gado, que dirá arroz” (Ator 3). Entrevista concedida em 18/01/18.

Ainda acerca dessa situação, na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém, são utilizadas estratégias de sobrevivência, como por exemplo, no caso dos pescadores artesanais durante o período do seguro defeso, realizar a coleta do caranguejo no manguezal, uma vez que sua base de sustento está ameaçada pela ação dos carcinicultores e fazendeiros. Nesse cenário, o território é marcado por disputas, configurando conflitos territoriais, a partir das atividades desenvolvidas nas áreas de extração dos recursos naturais, tanto pelos membros das comunidades tradicionais quanto pelos empresários, em função dos diferentes usos, inclusive conflitos entre os pescadores artesanais e marisqueiras e vice-versa.

Por meio do estado da arte, percebeu-se que esta pesquisa é inédita, visto que a partir de levantamento de informações realizado na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e da Universidade Federal de Sergipe (UFS), foi identificado que no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), as relações socioambientais foram enfatizadas em algumas pesquisas, entretanto, com abordagens diferentes.

Santos (2016), analisou as condições de saneamento básico na sede do município de Brejo Grande/SE e sua influência na saúde pública, através da adaptação do Indicador de Salubridade Ambiental (ISA). Por sua vez, Silva (2014) enfatizou os processos socioculturais e econômicos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização vividos pelos pescadores artesanais de Saramém, em Brejo Grande/SE. Já Oliveira (2012), analisou os identitários e territoriais da comunidade de pescadores artesanais do povoado Resina, em Brejo Grande/SE.

A presente pesquisa foi além dessa produção do conhecimento desenvolvida por Silva (2014), uma vez que abordou os conflitos territoriais e as potencialidades ocasionados em função da apropriação desigual, pelos detentores do capital, nos territórios que possuem recursos naturais utilizados pelos membros das comunidades tradicionais e que garantem sua sobrevivência. Além disso, a problemática desta pesquisa sobre o referido município não foi desenvolvida em outros programas de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe.

Assim, denota-se que essa pesquisa apresenta caráter diferencial, levando em consideração que o território está em constante movimento, portanto, passível de sofrer transformações em detrimento das relações que são estabelecidas em consonância com os objetivos que se deseja alcançar. Ademais, essa pesquisa poderá contribuir para compreender de que forma ocorrem as relações socioambientais em função das atividades, que são desenvolvidas pelos atores sociais e os impactos socioambientais que refletem diretamente no modo de vida das populações tradicionais, nesse caso, os pescadores artesanais e marisqueiras.

É imprescindível implementar estudos que se destinem a analisar a dinamicidade das relações socioambientais estabelecidas no território em função das atividades que são desenvolvidas no mesmo, seja pelas comunidades tradicionais e/ou por aqueles detentores de poder político e econômico, que provocam conflitos.

Esse estudo objetivou analisar os conflitos territoriais e as potencialidades socioambientais em comunidades quilombolas de Brejo Grande/SE. E teve como objetivos específicos:

- Analisar como os membros das comunidades tradicionais utilizam os recursos naturais na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE;
- Diagnosticar os respectivos locais de obtenção dos recursos naturais na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE;
- Identificar os tipos de conflitos desencadeados na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE;
- Avaliar as relações estabelecidas entre os proprietários de áreas com recursos naturais e os membros das comunidades tradicionais na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.

A problematização dessa pesquisa esteve pautada no pressuposto de que há comunidades tradicionais que precisam ser protegidas e sua organização social mantida, de forma a assegurar o valor cultural construído ao longo do tempo, com vistas ao desenvolvimento sustentável. Além disso, desvelar os problemas existentes na área pesquisada, que tendem a comprometer o modo de vida dos membros das comunidades tradicionais em detrimento dos dejetos oriundos da carcinicultura, lançados nos cursos fluviais e manguezais.

Para a realização da pesquisa acerca da temática em tela, foram levantados os seguintes questionamentos:

- a) De que forma os membros das comunidades tradicionais utilizam os recursos naturais para garantir sua sobrevivência na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE?
- b) Quais as áreas utilizadas pelos membros das comunidades tradicionais para realizar suas práticas extrativistas?
- c) Quais os tipos de conflitos desencadeados na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE?

- d) Quais são as relações estabelecidas entre os proprietários de áreas com potencialidades e as comunidades tradicionais na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE?

A pesquisa sustentou-se na hipótese de que na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE, os pescadores artesanais e as marisqueiras detêm a terra³, mas não o capital e, com isso, há conflitos territoriais diretos com os atores sociais detentores de poder político e econômico e entre os pescadores artesanais e marisqueiras e vice-versa.

Esta dissertação é composta por quatro capítulos. No capítulo 1, foi feita uma caracterização do recorte espacial, o método de abordagem, as etapas para obtenção do arcabouço teórico e os instrumentos utilizados para a coleta de dados primários, com os diferentes atores sociais abordados na pesquisa, e secundários.

No capítulo 2, discorreu-se sobre as definições propostas pelos teóricos sobre a categoria território e as relações de poder, de sobrevivência e de reprodução em conjunto com as atividades desenvolvidas pelos diferentes sujeitos sociais nos territórios, onde exploram os recursos naturais de acordo as práticas extrativistas. Assim, em um único território são desenvolvidas diferentes atividades com objetivos diferenciados, como é o caso da cata de caranguejo e dos viveiros de camarão.

No capítulo 3, foi enfatizado os aspectos geoambientais, as potencialidades e os limites dos diferentes usos do solo, a classificação dos conflitos desencadeados e as redes e tramas, mediante as relações entre os diferentes sujeitos sociais.

No capítulo 4, foram discutidas as estratégias de luta pelos pescadores artesanais e marisqueiras para permanecer no território em face a sujeição de expropriação pelos fazendeiros, carcinicultores e empresários. Outrossim, os saberes introduzidos na realização das suas atividades, em alguns casos, insustentáveis e os desafios enfrentados no contexto em que estão inseridas.

³Nesse caso, a titularidade da terra é concedida para o uso coletivo da área pelo INCRA, com o propósito de garantir a sobrevivência dos que integram a comunidade à qual estão inseridos, nesse caso, os pescadores artesanais e marisqueiras.

Capítulo 1

O saber fazer da Pesquisa

Neste primeiro capítulo, foi apresentada a localização do recorte espacial da pesquisa, o método de abordagem e os procedimentos metodológicos utilizados, para alcançar os objetivos traçados na pesquisa.

1.1 Recorte espacial da pesquisa

O município de Brejo Grande integra o litoral norte sergipano e pertence ao Território do Baixo São Francisco. Apresentava, em 2010, uma população estimada de 7.742 habitantes e em 2016 de 8.271 habitantes. Em 2017, o coeficiente populacional para o referido município era de 8.322 habitantes. Possui área territorial de 148,8 km² e densidade demográfica de 52,01 hab/km² (IBGE, 2010).

Brejo Grande localiza-se ao norte do estado de Sergipe, junto a foz do Rio São Francisco, sendo a sede municipal determinada pelas coordenadas geográficas 10°25'28" de latitude sul e 36°07'44" de longitude oeste (SANTOS, 2016). O acesso a capital Aracaju ocorre pelas rodovias BR-235, BR-101, SE-335, SE-204, SE-200, percorrendo uma distância de 144 km (ALVES *et al.*, 2007) (Figura 1).

As feições geomorfológicas durante o período do Quaternário são resultantes das oscilações do nível do mar durante as fases interglaciais, que correspondem as transgressões marinhas e as fases glaciais, referentes as regressões marinhas.

O autor ainda afirma que na planície costeira de Sergipe, onde está inserido o município de Brejo Grande, há diferentes indicadores paleoambientais holocênicos que se sucederam no decorrer do tempo, testemunhos de condições climáticas e balanço sedimentar diferentes, de variações do nível do mar. Cada indicador tem sua influência na construção e modificação da planície costeira.

Os terraços marinhos holocênicos apresentam de 2 a 4 metros de altitude. Ocorrem associados aos cordões litorâneos, que consistem em linhas de costa pretéritas. Já as dunas costeiras inativas apresentam certa estabilidade morfodinâmica em virtude da presença de restinga herbácea. Engloba uma grande parte do município, principalmente, entre os povoados Brejão dos Negros e Carapitanga (ALVES, 2010).

A planície fluviolagunar, encontrada em Brejo Grande, é essencialmente de origem fluvial, composta por sedimentos finos argilosos e ocorrem inundações periódicas na época das cheias dos cursos fluviais. A planície fluviomarinha se encontra no ambiente de interface entre as águas do mar e fluviais, contribuindo para o desenvolvimento da vegetação de mangue devido à salinidade (ALVES, 2010).

Quanto à fitogeografia, a cobertura vegetal das planícies litorâneas compõe-se de um mosaico de comunidades florísticas diferenciadas e associadas à morfologia do solo. Na planície costeira sergipana, esta vegetação costeira ocupa solos predominantemente arenosos, de distintas origens (marinha, fluvial, fluviomarinha ou eólica), e constitui um arsenal de ecossistemas designados de restingas, estendendo-se por toda a faixa litorânea. Na atualidade, a vegetação nativa do município de Brejo Grande é constituída por mangues, restingas (Figura 2) e campos de várzea, apresentando também vegetação secundária (COSTA, 2013).

Figura 2 – Vegetação de restinga na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Ainda de acordo com o mesmo autor, os manguezais caracterizam-se pelas espécies vegetais lenhosas típicas, além de micro e macroalgas, adaptadas à flutuação de salinidade e por colonizarem sedimentos argilo-siltosos, com baixo teor de oxigênio. Os manguezais apresentam flora de aspecto peculiar, devido às adaptações e pouca diversidade de espécies. Além de inundação e correntezas, apresentam ainda mecanismos para sobrevivência (raízes de escora e pneumatóforos) às mudanças de salinidade, sedimentos inconsolidados e dessecação. Apesar da presença da vegetação de restinga no município de Brejo Grande, os tipos de solo não favorecem o desenvolvimento das mangabeiras e, conseqüentemente, o cultivo de mangaba.

Os manguezais (Figura 3) constituem ecossistemas que se desenvolvem no estuário dos cursos fluviais, onde ocorre à confluência das águas dos cursos fluviais e do oceano, o que lhes conferem o aspecto salobro da água, abrigando diversas espécies vegetais e animais. Para Florenzano (2008), os manguezais constituem ecossistemas adaptados à salinidade, podendo as espécies vegetais secretar o sal por meio de suas folhas. Grande parte das espécies vegetais apresentam raízes expostas, lhes conferindo aspecto flutuante.

Figura 3 – Ecossistema de manguezal no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Segundo Costa (2013), no município de Brejo Grande, as espécies de manguê estão representadas pelo *Rizophora mangle* (mangue vermelho) e *Laguncularia racemosa* (mangue branco). Os manguezais constituem o lócus de reprodução das marisqueiras que subtraem as espécies animais existentes para o seu consumo ou para a comercialização.

Quanto à hidrografia, o município de Brejo Grande apresenta disponibilidade de recursos hídricos, uma vez que integra a bacia hidrográfica do Rio São Francisco, sendo este o principal curso fluvial. Assim, este curso fluvial exerce importância significativa para a população que o utiliza para garantir sua sobrevivência. Além disso, também constitui o quadro da hidrografia local, os Rios Paraúna e Parapuca (ALVES, 2010).

Essa pesquisa tem como objeto de estudo as comunidades tradicionais e os conflitos desencadeados nos territórios em face a percepção dos pescadores artesanais e marisqueiras, sobretudo nos locais que utilizam para obtenção dos recursos naturais de forma a garantir sua sobrevivência, especificamente no povoado Saramém (Figuras 4 e 5) e na comunidade quilombola da Resina (Figuras 6 e 7).

Figura 4 – Ausência de saneamento básico no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Figura 5 - Escola Municipal no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Figura 6 - Residências dos pescadores artesanais na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Figura 7 - Comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Em relação à delimitação e pertencimento:

“Nós nos conhecemos como comunidade e nos delimitamos como se fosse uma separação de Resina e Saramém. Antigamente aqui era uma grande fazenda, onde cada aglomerado de casa se possuía um nome. Aqui tinha o Gato Preto, o Saramém de Baixo, a Resina, o Alto da Capivara e outros povoados com gente de uma comunidade que saía para outra. Somos interligados com os outros povoados, mas cada qual com seu nome próprio” (Ator 4). Entrevista concedida em 18/01/2018.

1.2 Método

As pesquisas são norteadas pelo método de abordagem mais adequado em conjunto com o objeto traçado e a categoria de análise. No caso desse estudo, o território compartilhado foi a categoria escolhida. Para Marconi; Lakatos (2003, p. 83) “todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos; em contrapartida, nem todos os ramos de estudo que empregam estes métodos são ciências”. As autoras conceituam método da seguinte maneira:

É o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 83).

A pesquisa em tela é de natureza quali-quantitativa e tem como método de abordagem, o hipotético dedutivo. Este método tem como característica principal a construção de uma hipótese relacionada com o objeto de estudo pertinente a determinada pesquisa, partindo dos aspectos gerais para os particulares. O fenômeno a ser investigado será testado por uma resposta de modo que venha apresentar uma solução para esse determinado fenômeno investigado e, dessa forma, revelar a sua veracidade.

Na visão de Marconi; Lakatos (2003), o método hipotético dedutivo surgiu a partir das contestações indutivistas do empirismo lógico. Para Soares (2003), toda teoria representa um conjunto de proibições e também é refutável. Ainda, para o cientista, esse método é dividido em três etapas, a saber: identificação do problema, quando os conhecimentos disponíveis a respeito de um determinado assunto não são suficientes

para explicar tal fenômeno; formulação das hipóteses, consistem em afirmações que serão testadas, podendo ser refutadas ou não.

1.3 Procedimentos Metodológicos

O planejamento constitui como etapa primordial para a efetivação de qualquer pesquisa ou trabalho acadêmico. A escolha dos instrumentos a serem utilizados durante a pesquisa contribui para que o pesquisador trabalhe de forma organizada, permitindo-o alcançar os objetivos traçados, além de evitar possíveis equívocos durante o estudo. Dessa forma, a pesquisa foi desenvolvida com base nas seguintes etapas:

a) Levantamento bibliográfico, documental e cartográfico: primeiramente foi realizada a pesquisa bibliográfica. Nesta etapa, deu-se ênfase a categoria de análise geográfica, o território, discutida por alguns autores, tais como: Claude Raffestein (1993), Milton Santos (1997, 2002, 2008), Rogério Haesbaert (2001), Marcos Aurélio Saquet (2003) e Marcelo José Lopes de Souza (1995); a política de conservação ambiental; a apropriação, controle e uso dos recursos naturais; e, aos impasses vivenciados pelos membros das comunidades tradicionais. Esse levantamento ocorreu no acervo da biblioteca da Universidade Federal de Sergipe e na consulta em periódicos impressos e eletrônicos, revistas e anais de eventos. Tais referências subsidiaram todas as etapas da pesquisa.

Para a análise documental, foram consultados e analisados os principais instrumentos legais que norteiam a política de conservação ambiental, a saber: o Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), Plano Nacional de Áreas Protegidas (Decreto nº 5.758/2006). A análise desses documentos permitiu desvendar às contradições inerentes à política de conservação ambiental nacional/regional/local e suas implicações para os diferentes atores sociais, em detrimento aos impactos socioambientais que são causados mediante as atividades desenvolvidas sob os territórios detentores de recursos naturais.

Quanto ao levantamento cartográfico e confecção dos mapas, foram utilizados o software Quantum Gis versão 2.18, imagens do Word Imagery com resolução espacial de 2m e dados do Atlas Digital da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) 2017.

b) Pesquisa de campo: esta etapa foi utilizada para alcançar os quatro primeiros objetivos elencados na pesquisa.

O primeiro objetivo “Analisar como os membros das comunidades tradicionais utilizam os recursos naturais na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE” foi alcançado através da aplicação de entrevistas com roteiro semiestruturado (Apêndices A e B) com os pescadores artesanais e marisqueiras e visitas *in loco*, além de registros fotográficos e georreferenciamento destas localidades com uso de GPS.

O segundo objetivo “Diagnosticar os respectivos locais de obtenção dos recursos naturais na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE” foi alcançado por meio das observações *in loco* durante a aplicação das entrevistas semiestruturadas nos territórios utilizados para a extração dos recursos naturais.

O terceiro objetivo “Identificar os tipos de conflitos desencadeados na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE” foi atingido mediante a pesquisa de campo, com aplicação de entrevistas semiestruturadas e visitas às áreas de extração dos recursos naturais utilizadas pelos povos tradicionais.

O quarto objetivo “Avaliar as relações estabelecidas entre os proprietários de áreas com potencialidades e os membros das comunidades tradicionais na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE” foi alcançado através da pesquisa de campo no recorte empírico e durante as entrevistas com os membros das comunidades tradicionais, proprietários de terra e carcinicultor.

As etapas referentes às atividades desenvolvidas pelo pesquisador que subsidiaram a pesquisa, contemplando os objetivos traçados estão representadas a seguir (Quadro 1).

QUADRO 1 – Atividades realizadas durante a pesquisa de campo na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.

ATUAÇÃO DO PESQUISADOR	MÊS/ANO
Estabelecimento de primeiros contatos com pescadores artesanais e marisqueiras na comunidade quilombola da Resina	Julho/2017
Segunda visita <i>in loco</i> a comunidade quilombola da Resina	Julho/2017

Entrevista com o ex-presidente da associação da comunidade quilombola da Resina e alguns pescadores artesanais	Janeiro/2018
Registros fotográficos dos apetrechos utilizados pelos pescadores artesanais e marisqueiras da comunidade quilombola da Resina	Janeiro/2018
Registro fotográfico de estabelecimentos no povoado Saramém	Janeiro/2018
Visita <i>in loco</i> e registros fotográficos da comunidade quilombola da Resina	Abril/2018
Entrevistas com os pescadores artesanais e marisqueiras e registros fotográficos da comunidade quilombola da Resina	Abril/2018
Entrevista com a atual presidente da associação da comunidade quilombola da Resina	Abril/2018
Entrevistas com os pescadores artesanais e marisqueiras do antigo povoado Cabeço e que hoje residem no povoado Saramém, além dos nativos deste povoado	Abril/2018
Entrevista com ex-fazendeiros, que atualmente desenvolvem a carcinicultura	Abril/2018
Visita aos viveiros de camarão no povoado Saramém	Abril/2018
Entrevista com membro do INCRA	Junho/2018
Desenvolvimento de oficinas com os pescadores artesanais e marisqueiras na comunidade quilombola da Resina. Construção de mapas mentais por estes a respeito dos conflitos existentes nos territórios utilizados para obtenção de recursos naturais	Novembro/2018
Desenvolvimento de oficinas com os pescadores artesanais e marisqueiras no povoado Saramém. Construção de mapas mentais por estes a respeito dos conflitos existentes nos territórios utilizados para obtenção de recursos naturais	Novembro/2018

Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Inicialmente, foi realizada uma visita *in loco* e registros fotográficos da comunidade quilombola da Resina, em julho de 2017, de caráter exploratório,

juntamente com os alunos da disciplina “Lógica e Crítica da Investigação Científica”, ministrada pelos professores Dr. Evaldo Becker e Dr^a Sílvia Matos, ambos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Sergipe.

Além das visitas *in loco* e aplicação de 40 entrevistas com roteiro semiestruturado a pescadores e pescadoras artesanais, marisqueiras, mulheres que produzem o óleo de coco, carcinicultor e representantes de associações, as quais foram distribuídas conforme o (Quadro 2).

QUADRO 2 – Distribuição de entrevistas por comunidade e categoria social, em Brejo Grande/SE.

Entrevistado	Local	Quantidade
Pescadores e Pescadoras Artesanais	Comunidade Quilombola da Resina	20
Mulheres que produzem o óleo de coco	Comunidade Quilombola da Resina	2
Presidente de Associação	Comunidade Quilombola da Resina	1
Marisqueiras	Povoado Saramém	15
Carcinicultor	Povoado Saramém	1
Presidente de Associação	Povoado Saramém	1

Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2019.

Houve a realização de oficinas, de modo a construir o mapeamento dos seus territórios e das áreas que possuem recursos naturais, através de suas experiências e convivência no espaço. As oficinas foram realizadas com os pescadores artesanais, marisqueiras e mulheres que produzem o óleo de coco na comunidade quilombola da Resina (Figura 8) e no povoado Saramém (Figura 9).

Figura 8 – Mapeamento social na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Figura 9 – Mapeamento social no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

A partir desse mapeamento, os pescadores artesanais, marisqueiras e mulheres que produzem o óleo de coco desenharam seus territórios de vida, identificando os locais em que exercem suas práticas extrativistas para obtenção dos recursos naturais, destacando-se dentro do território, os conflitos existentes em função dos diferentes usos do solo.

Para realização das oficinas, foi estabelecido contato prévio com os sujeitos sociais envolvidos na pesquisa e visitas *in loco* nas comunidades pesquisadas, destacando os dias e horários disponíveis, visando à participação de tais sujeitos para elaboração dos croquis dos seus territórios.

O etnomapeamento social ocorreu em duas etapas. Na primeira etapa, foi exposto para os participantes o mapa de localização do município de Brejo Grande, mostrando seus limites estaduais. Na segunda fase, foram utilizados papel 70g, folhas A4, apontador e lápis de diferentes cores (giz de cera, de madeira e canetas hidrográficas) para construção dos croquis.

Antes de iniciar o mapeamento, foi exposto aos envolvidos os objetivos da pesquisa e os procedimentos adotados durante a elaboração da representação cartográfica. Foram realizados questionamentos, os quais foram respondidos de forma coletiva e, após as respostas, desenhavam no papel.

Com base nas representações elaboradas centrou-se nos seguintes questionamentos:

- a) Quais as áreas utilizadas para obter os recursos naturais?
- b) Quais os instrumentos utilizados para coleta dos recursos naturais?
- c) Há áreas, que possuem recursos naturais, em que vocês são impedidos de adentrar?
- d) Existe área privada em que o acesso é permitido?
- e) O que é utilizado para delimitar a comunidade de vocês das outras?
- f) Quais as atividades que afetam as formas de obter recursos naturais?
- g) Em que locais ocorrem conflitos?

As representações ocorreram manualmente. Durante o transcurso da elaboração do croqui, quando os integrantes apresentavam dúvidas, repetia-se a pergunta

novamente, o que contribuiu para o entendimento dos sujeitos sociais. A colaboração individual de cada um foi importante, pois mostrou as diferentes visões das realidades vivenciadas no território.

Segundo Jesus (2017), a cartografia social tem como conjuntura a representação de um determinado território com base em conhecimentos locais, associando-se instrumentos técnicos com as práticas de vivência e experiências adquiridas e compartilhadas pelos e entre os sujeitos sociais. Nesse viés, os conhecimentos empíricos dos sujeitos sociais possibilitam a construção dos elementos presentes no seu território, além da delimitação com outras localidades e aplicação na realização das suas atividades extrativistas.

Para tanto, a cartografia social assume papel primordial para compreender o contexto social em que estão inseridas e os locais de extração dos recursos naturais pelos pescadores artesanais e marisqueiras na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém.

c) Ordenamento e tabulação dos dados obtidos: ao término da aplicação dos instrumentos de pesquisa, as informações foram agrupadas para posterior análise. No tocante as entrevistas com os atores sociais mencionados, algumas informações foram discutidas no texto (relatos dos entrevistados), e outras receberam tratamento estatístico para facilitar a quantificação. Assim, as informações foram organizadas, tabuladas e apresentadas em forma de quadros, gráficos e mapas, a fim de promover melhor compreensão e visualização dos fenômenos estudados.

d) Análise e interpretação das informações: a análise e interpretação das informações ao longo da pesquisa suscitaram o entendimento dos conflitos territoriais inerentes e aos territórios dotados de potencialidades, na busca de recursos naturais usados pelos membros das comunidades tradicionais para garantir sua sobrevivência e os entraves que ameaçam e/ou impedem esse uso na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.

As informações obtidas por meio das entrevistas semiestruturadas, foram organizadas e descritas ao longo do texto, obedecendo às temáticas inerentes aos capítulos.

Capítulo 2

O Território das Comunidades Tradicionais de Brejo Grande/SE

Para fins deste estudo, o conceito de território que fundamenta a pesquisa é o apresentado por Jaber; Sato (2010), uma vez que ao território são atribuídos diferentes significados pelos membros das comunidades tradicionais em consonância com seus saberes e que, por sua vez, norteiam suas práticas extrativistas na obtenção dos recursos naturais primordiais para garantir o sustento.

O território é configurado pelas relações de poder. Com relação a esta categoria de análise geográfica, nesse estudo, é compreendido como “território compartilhado” entre os pescadores artesanais e marisqueiras, visto que os pescadores artesanais da comunidade quilombola da Resina se deslocam ao povoado Saramém para coleta de mariscos e crustáceos, assim como as marisqueiras e pescadores/pescadoras exploram os recursos naturais no território da comunidade quilombola da Resina. Assim, em ambas as localidades, são desenvolvidas as mesmas atividades.

2.1 O território enquanto categoria geográfica de análise

No território são desenvolvidas diferentes atividades pelo homem em busca de sua sobrevivência, sejam elas de caráter social, cultural ou econômica, em relação à natureza, a partir das relações de poder que são estabelecidas em função dos usos que lhe são atribuídos. Dessa forma, essa categoria geográfica de análise ajuda a compreender como os territórios, que resguardam recursos naturais, acabam despertando interesses econômicos, numa perspectiva de desvelar os interesses dos diferentes atores sociais, ou seja, dominantes e dominados.

Na visão de Haesbaert (2001, p. 31), o território pode ser definido como “um espaço de domínio político e apropriação simbólica, ou seja, um espaço com acesso relativamente controlado (subjativa e objetivamente)”. Fuini (2017), afirma que a concepção de território adotada por Haesbaert (2001), perdura na dimensão social fazendo jus às relações concretas estabelecidas nesta categoria de análise. Assim, o território consiste em um espaço caracterizado pelas relações estabelecidas entre os indivíduos e, conseqüentemente, fortalece a identidade cultural dos envolvidos.

O território é configurado por diversos usos de acordo com as necessidades da sociedade. O capital constitui num fator decisivo na apropriação dos territórios que

resguardam recursos naturais, no caso desta pesquisa, cursos fluviais e manguezais, principalmente por quem o detém.

No entanto, essas áreas com potencialidades não são restritas e nem deveria ser aos membros das comunidades tradicionais, que se tornam, em alguns casos, impossibilitados de usufruir dos recursos naturais em suas práticas extrativistas. Por outro lado, os laços culturais entre os membros das comunidades tradicionais são frutos dos ensinamentos herdados dos antepassados e considerados fundamentais na efetivação das práticas extrativistas.

Para Oliveira (2012), a percepção e a vivência são parte deste “saber fazer tradicional” que consolida os membros das comunidades tradicionais enquanto pescadoras artesanais e marisqueiras, saberes estes passados de geração a geração, fortalecendo, assim, a identidade cultural.

Na concepção de Raffestin (1993), o espaço antecede o território, por isso, não são sinônimos nem tampouco equivalentes. O território resulta da apropriação de um espaço concreto ou abstrato, onde o ator “territorializa” o espaço. Nesse sentido, é essencialmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder que são estabelecidas em função da apropriação, controle e uso dos atores sociais de modo que satisfaça seus próprios interesses (SOUZA, 1995).

Entretanto, é nesse cenário que, devido aos múltiplos interesses em dominar o território, são desencadeados conflitos, de um lado, os detentores de capital e, do outro, os membros das comunidades tradicionais, (des)configurando as relações construídas sob o território. Mas, existem conflitos entre tais membros em virtude da diminuição dos recursos, e uso inadequado dos apetrechos.

Para Lima (2010), na última década, as políticas de ordenamento do território tiveram como função elaborar estratégias com o propósito de estabelecer relações harmônicas e igualitárias no território tendo em vista um novo modelo de desenvolvimento.

Assim, “o território não representa apenas um espaço físico, um pedaço de terra, vai além, é um espaço social e cultural constituído na convivência entre diferentes modos de vida” (JABER; SATO, 2010, p. 445). Nesta perspectiva, o território não consiste em uma mera abstração, mas sim, numa concretização de atividades desenvolvidas de modo a atender os anseios dos envolvidos, uma vez que estes almejam

usufruir de forma direta ou indireta dos recursos naturais, caracterizando as relações de poder que são estabelecidas.

Cada indivíduo que está presente no território desempenha suas estratégias em face aos interesses que deseja obter. Entretanto, diante das relações estabelecidas, são desencadeadas relações de poder pela dominação do território promovendo, assim, um colapso com as estratégias definidas pelos atores sociais (MENDES, 2013).

Por sua vez, Souza e Pedon (2007), mostraram que a relação existente entre identidade-território, baseia-se na forma do sentimento de pertencimento do indivíduo ou por algum grupo no que se refere ao espaço de existência que se encontra. Assim, torna-se perceptível que a questão de pertencimento é resultante das práticas sociais enraizadas, elevando esse espaço a categoria de território.

Nas localidades em que residem os membros das comunidades tradicionais, os conhecimentos que norteiam suas práticas extrativistas, na obtenção dos recursos naturais para garantir sua sobrevivência, são disseminados com os demais e passados de geração a geração. Com o passar do tempo, essas comunidades criam laços e constroem sua identidade cultural no território, além de atribuir significados aos elementos naturais. Assim,

historicamente, as comunidades tradicionais caracterizaram-se por um processo de trabalho artesanal que se dá no mar (a exemplo da pesca de peixe, de arraia e lagosta), marcado pela hierarquia baseada no “segredo”, e em terra, com a realização de trabalhos artesanais (bordados, labirintos, rendas, fabricação e reparos dos artefatos de pesca) e manuais (pequenos plantios de subsistência e o extrativismo vegetal) (LIMA, 2006, p. 40).

O que desperta interesse nos que detêm o capital, em se apropriar, controlar e usar os territórios, antes ocupados pelos membros das comunidades tradicionais, é reconhecer a área como oportunidade para a reprodução deste capital. Nesse aspecto, esses empresários investem na especulação imobiliária, cujos empreendimentos têm sido construídos em Áreas de Preservação Permanente (APP's)⁴, desencadeando

⁴ De acordo com a Lei nº 12.651/2012, as APP's consistem em áreas protegidas, coberta ou não por vegetação nativa, tendo como papel ambiental preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e promover o bem-estar das populações humanas.

impactos socioambientais que trazem consigo consequências diretas para as comunidades tradicionais.

Na visão de Saquet (2003), o território corresponde a um lugar, no qual ocorrem relações, estabelecendo, principalmente as de poder, oriundas da apropriação e da produção do espaço. Com isso, essas relações normalmente acabam gerando conflitos na forma de controle e uso do território em função do poder econômico dos envolvidos que o detêm.

Os conflitos territoriais correspondem a um conjunto complexo de diversos embates entre os envolvidos: fazendeiros, carcinicultores, pescadores artesanais e marisqueiras, em razão de se relacionar de modo insustentável, de se relacionar com o ambiente e de dominar o território (JABER; SATO, 2010).

Tais conflitos são inerentes aos territórios detentores de potencialidades em função das práticas sociais de uso, ocupação e significação. São processos que geram exclusão e apropriação desigual entre os embates e propiciam lutas de diferentes tipos. Desse modo, ocorrem diferentes formas de opressão e/ou de dominação, gerando formas de resistência, mobilização e identidades coletivas distintas, passando a estabelecer redes e alianças entre os protagonistas.

Esses conflitos constituem lutas e embates entre grupos sociais, que ocorrem devido a interesses diversos sobre um mesmo território, com modo, uso e ocupação diferenciados, que se encontram ameaçadas pelos impactos indesejáveis. Para Acsehrad (2004), os conflitos representam um sinal de que algo não vai bem, pois

as lutas por recursos ambientais são, assim, simultaneamente, lutas por sentidos culturais. Pois o meio ambiente é uma construção variável no tempo e no espaço, um recurso argumentativo que atores sociais recorrem discursivamente através de estratégias de localização conceitual nas condições específicas da luta social por “mudanças ambiental”, ou seja, pela afirmação de certos projetos em contexto de desigualdade sociopolítica (ACSELRAD, 2004, p. 19).

Os conflitos territoriais envolvem lutas sociais, econômicas e políticas que englobam a apropriação do capital ou distribuição de poder. Com o aumento da população, ocorre maior grau de exploração do meio, desencadeando conflitos territoriais e consequências imediatas para os moradores de determinadas áreas das comunidades tradicionais.

Segundo Oliveira (2014), os mencionados conflitos constituem elementos integrantes da sociedade moderna e, para sua análise, alguns aspectos são de fundamental importância para seu entendimento, a saber: a natureza do conflito, os atores sociais envolvidos com o propósito de alcançar aquilo que almejam, o campo específico, o objeto que está em disputa e que desperta interesse, a lógica ou dinâmica de evolução, os mediadores e a tipologia.

Nas concepções de Nunes e Garcia (2012), os conflitos estão por toda parte em detrimento ao emaranhado de interesses pelos atores sociais diversos, podendo ocorrer a inserção de variáveis para estabelecer estratégias ou até mesmo novos atores sociais adentrarem no conflito em virtude dos seus interesses. Dessa forma, o território está sujeito a sofrer transformações em função das atividades que são desenvolvidas pelos atores sociais, isto é, ocorre um rearranjo na organização territorial.

Parafraseando Oliveira (2014), os autores mencionam alguns pontos que devem ser levados em consideração quando se trata de conflito. As dimensões envolvidas e complexidades, disputa pelos atores sociais, formas de poder e influência, o próprio cenário do conflito, as articulações estabelecidas, assim como seu desenrolar e limites.

Os elementos que integram o conflito, na realidade, variam de acordo com o olhar de cada autor, podendo conter elementos semelhantes e/ou diferentes na abordagem de modo a compreender como eles podem evoluir ou regredir, sem perder de vista os interesses almejados pelos protagonistas.

Os conflitos territoriais constituem, antes de tudo, em conflitos socioambientais. De acordo com Nunes e Garcia (2012), os conflitos socioambientais são designados em virtude da dimensão ambiental está no âmbito dos interesses dos diferentes atores sociais envolvidos no processo de apropriação, controle e uso dos territórios detentores de recursos naturais.

Para análise dos conflitos, Little (2001) aponta quatro elementos primordiais para a sua compreensão, a saber:

a) Os atores sociais, que apresentam diversos interesses, valores e percepções para se apropriar, controlar e usar os territórios detentores de recursos naturais, através das atividades implantadas neste sem levar em consideração os impactos socioambientais que estas atividades possam provocar;

b) A natureza, que leva em consideração as características das dimensões econômica, política, ambiental, dentre outras;

c) Os objetos, seja de base material ou apenas simbólica, profana ou sagrada, pública ou privada; e,

d) As dinâmicas, que se caracterizam diretamente com a evolução e/ou regressão do conflito, a depender dos interesses entre os envolvidos (LITTIE, 2001, p. 46).

A depender do grau de intensidade do conflito, Santos (2007, p. 89), os classifica da seguinte forma:

a) Latentes: são aqueles que ainda se encontram encobertos pelas dinâmicas sociais, mas com o passar do tempo podem evoluir. Em relação a este tipo de conflito:

“A quantidade de pescadores que existe naquele pequeno espaço daquele trecho que dá peixe é muito grande. O número de pescadores aumenta a cada ano. É comum a rede de um ficar em cima da de outro companheiro. Às vezes, um arreia com a maré que não está boa. Isso já era normal quando existia muito peixe e o rio era todo fundo. Aí quando dá uma maré que um arruma o peixe e o outro fica sabendo, ele vai para perto, gera discussão de momento, mas não existe agressão” (Ator 5). Entrevista concedida em 21/03/2018.

b) Manifestos: são aqueles visíveis, mas ainda sem força política em razão da desarticulação dos atores sociais envolvidos.

c) Explícitos: são aqueles em que os atores sociais já apresentam força política seja na esfera regional e/ou local.

d) Extremos: são aqueles que atingem patamares que afetam a integridade física dos que estão entrelaçados; e,

e) Naturalizados: entendidos como aqueles que admitem maneira desproporcional a partir da utilização da força física dos envolvidos. Em relação a este último tipo de conflito:

“O que aparece de opressão não é fácil não. Recebemos muita ameaça como perseguições com esperas no quintal, carros passando na porta dos companheiros e recados” (Ator 6). Entrevista concedida em 18/01/18.

As evidências apontam que, diante do jogo de interesses na apropriação, controle e uso dos territórios detentores de recursos naturais, os conflitos também são originados pelos atores sociais que necessitam do mínimo dos recursos naturais para garantir sua

sobrevivência nos territórios em que se encontram, assim como aqueles que utilizam o capital para satisfazer seus próprios anseios.

“Ao longo do rio, existe áreas (ilhas) que não podemos ter acesso, principalmente agora com os viveiros de camarão” (Ator 7).
Entrevista concedida em 18/01/18.

Em praticamente todos os conflitos existentes no território, há tendência de dominação do território pelos fazendeiros e carcinicultores, já que o capital constitui fator primordial no que se refere à apropriação das áreas com recursos naturais. Nessa perspectiva, as comunidades tradicionais podem ser expropriadas do local, como já relatado, em que construíram, ao longo do tempo, sua identidade cultural.

Assim, é perceptível que a utilização do capital nos territórios com recursos naturais gera apropriação desigual e coloca em risco as práticas extrativistas dos membros das comunidades tradicionais no propósito de manter em bom estado os recursos naturais e para garantir sua sobrevivência, como por exemplo, o aterro das áreas de manguezal e lançamento indiscriminado de dejetos nos cursos fluviais. Dejetos estes provenientes, principalmente da atividade de carcinicultura.

Nesse cenário, os impactos socioambientais oriundos das atividades desenvolvidas pelos carcinicultores e fazendeiros em consonância com as técnicas utilizadas por eles, promovem à degradação ambiental e contribui para redução das potencialidades. Tais impactos socioambientais são desencadeados devido ao manejo inadequado dos recursos naturais pelos diferentes atores sociais na ânsia de atender os seus propósitos, sem levar em consideração as questões ambientais, contrapondo-se ao desenvolvimento sustentável.

Assim, Dupas (2001) salienta que:

O homem volta a ser rei exibindo a sua intimidade com os objetos de consumo ou identificando-se com os novos ícones, os heróis da mídia eletrônica transformados eles mesmos em mercadorias ou identificados como marcas globais. Com a superpopulação e o atual estilo de desenvolvimento, corremos o risco de esgotar nossas reservas naturais e eliminar para sempre numerosas espécies vegetais e animais. Somos uma grande família que dissipa irrefletidamente seu parco patrimônio e que depende cada vez mais de novos conhecimentos para se manter viva (DUPAS, 2001, p. 17).

A renovação das técnicas fomentam os modos de produção do sistema capitalista com a produção de novos produtos que atraíam o consumidor de modo a atender um dos pressupostos básicos do sistema econômico vigente: o desejo econômico, que causa desenvolvimento desigual e expropria os membros das comunidades tradicionais.

Na visão de Dupas (2001, p. 76), “o crescimento das forças produtivas veio acoplado ao progresso científico e técnico, associado ao crescente domínio da natureza e da produtividade, que asseguram aos indivíduos condições de existência sempre mais confortáveis a partir da Idade de Ouro do capitalismo”. Nesse viés, a todo o momento, os carcinicultores buscam a reprodução do capital sob os territórios detentores de potencialidades de modo a proporcionar os seus interesses.

O autor acima aborda que a ideia de progresso está alicerçada em duas variáveis: “de um lado, está à ciência, e, do outro, a técnica”. Nessa conjuntura, o progresso, enquanto variável, quase ganhou autonomia consoante à forma privada de exploração do capital, sem perder de vista a divisão das gratificações sociais compensatórias, que, de certo modo, garantia a lealdade dos menos favorecidos.

Desse modo, a relação mútua existente entre a ciência e a técnica, em algumas situações, atende os interesses de uma parcela dos envolvidos, ou seja, dos fazendeiros, carcinicultores e empresários. Em contrapartida, o modo de vida das comunidades tradicionais fica sujeito às consequências das técnicas mais aprimoradas. Mas, este fato não anula os impactos advindos das técnicas empregadas pelos pescadores artesanais e marisqueiras nas suas atividades.

Para Acselrad (2009), os seres humanos estão sujeitos às consequências nocivas de uma provável crise ambiental em função das práticas poluidoras e destrutivas ocasionadas pelas técnicas, afetando principalmente os membros das comunidades tradicionais que dependem diretamente dos recursos naturais para garantir o seu sustento. Assim, “a questão ambiental costuma ser vista como de ordem meramente técnica, alheia a qualquer discussão acerca dos fins pretendidos com a apropriação extensiva e intensiva do meio ambiente na escala em que hoje conhecemos” (ACSELRAD, 2009, p. 13).

2.2 Território: *Lócus* de reprodução das comunidades tradicionais

O homem está, a todo o momento, modificando o espaço de modo a atender os seus anseios. Os efeitos oriundos da interferência do homem na natureza, sobretudo com o manejo inadequado das técnicas, refletem negativamente nos territórios das comunidades tradicionais, já que reduzem ou comprometem as áreas utilizadas para a coleta de recursos naturais por tais comunidades.

Conforme estabelece o Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável,

os Povos e Comunidades Tradicionais são os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Como exemplos podem ser citados os indígenas, quilombolas, faxinalenses, ribeirinhos, caiçaras, cipozeiros. Tais grupos sociais vivem em estreita interação com o ambiente natural e cultural, reconhecendo-se como pertencentes ao meio (território) e adotando práticas juridicamente consensuadas pelo grupo social (BRASIL, 2007, p. 15).

Segundo Santos (1997), desde os tempos históricos os grupos humanos já se organizavam e construíam seus espaços por meio de técnicas, as quais eram utilizadas para extrair da natureza os recursos naturais e assegurar seu modo de vida. Com o passar do tempo, o homem foi adquirindo novas técnicas com grau de aperfeiçoamento mais elevado que em tempos anteriores, objetivando atingir seus determinados resultados.

Consequentemente, o espaço vai sendo modificado e assumindo novas formas de acordo com o modo do homem em se relacionar com a natureza. Nesse contexto, “em qualquer que seja a fração do espaço, cada variável revela uma técnica ou um conjunto de técnicas particulares” (SANTOS, 2008, p. 57).

A técnica é criada pelo homem e incorporada a suas atividades para satisfazer, por mais simples que seja, aquilo que almeja. Um grupo de pescadores, por exemplo, desenvolve suas próprias técnicas, que são aplicadas nos locais utilizados para a pesca. Uma vez comparada com as técnicas introduzidas pelos carcinicultores, estabelecem

relação harmônica, em algumas situações, com a natureza, no que tange ao grau de intensidade dos impactos socioambientais (Figura 10).

Figura 10 - Confeção de rede por pescadores artesanais da comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

No entanto, o tamanho da rede, o manejo e o destino final dessa técnica pode causar impactos socioambientais e conflitos entre os pescadores artesanais. O tamanho da malha da rede, quando não respeitada à legislação, pode ocasionar a apreensão de pequenas espécies, comprometendo sua reprodução e, consequentemente, sua sobrevivência. Em relação à destinação dos resíduos de pesca, como redes antigas, que por vezes podem ser jogados no corpo d'água, pode provocar a morte de organismos que as confundam com seu alimento. Ou seja, a depender do tipo de manejo, a técnica com uso da rede de pescar pode ser prejudicial. Embora haja legislação vigente que assegura o tamanho adequado da malha da rede de pescar, que varia de 70 a 140mm (BRASIL, 2017), os pescadores artesanais utilizam valores inferiores na confecção de

tal apetrecho de pesca, estando estes, portanto, em desacordo com as normas legais para obtenção do pescado de forma sustentável.

Em relação à rede de pescar:

“Nós enquanto pescadores temos consciência que não pode usar rede com malha de 35mm, mas não temos condições de fazer rede com malha igual ou acima de 50mm (Ator 8). Entrevista concedida em 13/04/2018.

Para Kuhn (2009), a utilização de rede para pescar pode ser empregada tanto na pesca artesanal quanto na pesca industrial. O que diferencia reside na abrangência de obtenção do pescado ou até mesmo a tecnologia empregada no ato de lançar a rede.

Além da rede de pescar, os pescadores artesanais da comunidade quilombola da resina e do povoado Saramém, obtém os recursos naturais através de anzol, vara, tarrafa, pusá⁵, linha de mão, motor e canoa. No caso destes dois últimos, não são considerados apetrechos e sim instrumentos relacionados ao transporte. Na realização dessas atividades são indispensáveis o barco e a rede. Normalmente, os pescadores artesanais do povoado Saramém possuem casas na margem do Rio São Francisco, onde guardam seus apetrechos de pesca após a realização da atividade.

Assim como a rede de pescar, o território funciona como uma “teia”, na qual são estabelecidas múltiplas relações para alcançar os objetivos desejados. Nesse contexto, essa categoria de análise é permeada, a todo o momento, por disputas em busca da dominação dos recursos naturais que ali existem.

Devido aos constantes acirramentos pela apropriação, controle e uso desses recursos é perceptível que os membros das comunidades tradicionais podem ser expropriados dos locais em que residem em virtude da força política e econômica dos detentores do capital e, conseqüentemente, coloca em risco o modo de reprodução dos pescadores artesanais e marisqueiras.

Dessa forma, diante desse jogo de interesses, são desencadeados impactos socioambientais como consequência das atividades implantadas nos territórios utilizados pelos membros das comunidades tradicionais, reduzindo as áreas de

⁵De acordo com os pescadores artesanais e marisqueiras, pusá é um tipo de rede que é lançada na maré e transportada pela força da água. Calcula-se, em média, uma hora para retirar o pescado, quando a maré está baixando.

extrativismo. Tais impactos socioambientais são causados não apenas pelos carcinicultores, fazendeiros e empresários, através do lançamento de dejetos nos cursos fluviais e manguezais, como também pelos pescadores artesanais e marisqueiras, quando não observam as normas que regulamentam o tipo e tamanho das malhas de redes de pesca (Figuras 11 e 12), dentre outros.

Figura 11– Rede utilizada na pesca artesanal por pescadores da comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Figura 12 – Confecção de rede por pescadores artesanais no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Para Mendonça e Valencio (2008), a pesca artesanal é uma atividade caracterizada pelo grau de exploração dos recursos naturais, que provoca de determinado modo a degradação ambiental, uma vez que a prática rotineira de tal atividade diminui cada vez a quantidade de recursos naturais disponíveis para serem usufruídos e não ocorre reposição natural.

A rotina não é a única causadora da diminuição dos recursos naturais, mas os instrumentos, o quantitativo de pescadores e pescadoras artesanais, o não respeito ao período de reprodução das espécies de peixe são fatores que devem ser levados em consideração acerca de tal situação.

Diante desse ponto de vista, a redução dos recursos naturais contribui para que as comunidades tradicionais tenham sua base de sustento alterada, já que estes atores sociais dependem diretamente de tais recursos para garantir sua sobrevivência nos locais em que residem. Dessa forma, utilizam diferentes estratégias, desenvolvendo outras atividades de forma a promover o sustento da família, como por exemplo, realizando plantio de alimentos nos quintais de suas residências e a prática do artesanato na foz do Rio São Francisco, principalmente pelos homens. Além da fabricação do óleo de coco pelas mulheres, que também participam de cursos de corte e costura, ambos ofertados pelo SEBRAE.

A ausência ou até mesmo o descumprimento das restrições legais aliadas com a prática de importância à reposição natural dos estoques pesqueiros, são ações que não são efetivados pelos pescadores, e colocam em risco os ensinamentos adquiridos pelas tradições passadas, contribuindo para a insustentabilidade na utilização dos recursos naturais provenientes da pesca artesanal e indispensáveis para garantir a sua sobrevivência (MENDONÇA; VALENCIO, 2008).

As comunidades tradicionais englobam diferentes grupos dotados de diferentes saberes e realizam suas práticas extrativistas nos territórios com potencialidades naturais, cursos fluviais e manguezais, essenciais para garantir sua sobrevivência, podendo proporcionar o desenvolvimento sustentável, uma vez que ajudam a conservar os locais de obtenção dos recursos naturais, mas nem sempre esse desenvolvimento é alcançado. “As populações se moldam para uma convivência harmônica sem participação no processo decisório e sofrem duras consequências das ações hegemônicas” (MENDES, 2013, p. 49).

No tocante à produção do material utilizado na confecção dos instrumentos de trabalho, o trecho seguinte da entrevista destaca a relação entre os membros da comunidade e sua preocupação com o ambiente:

“Aqui na comunidade produzimos da forma mais ecológica possível para não agravar o meio ambiente. Sentimos impossibilitados de ajudar mais por falta de recursos para fazer aquilo que pensamos” (Ator 9). Entrevista concedida em 18/01/18.

Há instrumentos legais assim como o Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que garante a essas comunidades o direito de reprodução mediante as relações sociais e de sobrevivência estabelecidas no território, por meio das atividades extrativistas da pesca artesanal e da mariscagem, ambas realizadas nos cursos fluviais e nos manguezais, respectivamente.

No entanto, tais comunidades encontram-se vulneráveis aos efeitos das atividades desenvolvidas pelos detentores de capital, que comprometem o modo de vida destas, através dos impactos socioambientais oriundos das atividades implantadas nos territórios utilizados para a coleta de recursos naturais.

As comunidades tradicionais são:

pescadores artesanais, ribeirinhos, catadores de coco, babaçu, seringueiros, povos indígenas, trabalhadores afetados por condições insalubres de trabalho, associações de moradores em defesa de espaços verdes de lazer e convivência em seus bairros, catadores e recicladores, grupo de mulheres que resgatam conhecimentos populares sobre plantas medicinais, entre tantos outros grupos que lutam por legitimar formas de uso dos bens ambientais, de acesso a eles e de convivência e interação com o ambiente, assim como os saberes correspondentes (CARVALHO, 2004, p. 164).

Conforme exposto acima, as comunidades tradicionais constituem grupos amplos e diversificados, que utilizam os territórios em que estão inseridas para garantir sua sobrevivência, através dos seus saberes aplicados nas atividades extrativistas, seja nos cursos fluviais e/ou nas áreas de manguezal e a solidariedade que permeia as relações no grupo.

“Aprendi a pescar e a catar caranguejo com meu pai. Nas nossas atividades um ajuda o outro. Quando algum companheiro está com o seu equipamento quebrado, emprestamos a ele o nosso” (Ator 10). Entrevista concedida em 18/01/18.

De acordo com a Lei nº 11.959/2009, a pesca artesanal consiste “no trabalho de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte (Figura 13) e o processamento do produto da pesca artesanal”. Ademais, “é praticada diretamente pelo pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte” (Figura 14) (BRASIL, 2009).

Figura 13 – Atividade da pesca artesanal na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Figura 14 - Prática da pesca artesanal na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

A Lei nº 11.959/2009, ainda salienta os seguintes objetivos relacionados com a atividade da pesca artesanal:

o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer, garantindo-se o uso sustentável dos recursos pesqueiros, bem como, a otimização dos benefícios econômicos decorrentes, em harmonia com a preservação e conservação do meio ambiente e da biodiversidade; o ordenamento, o fomento e a fiscalização da atividade pesqueira; a preservação, a conservação e a recuperação dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas aquáticos; e, o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades (BRASIL, 2009, p. 59).

Para Silva (2014), no Brasil, a pesca artesanal é caracterizada por ser uma atividade numerosa e complexa em detrimento de fatores econômicos, sociais e ambientais que desempenham relações intrínsecas e próprias de cada região. Nessa perspectiva, os recursos pesqueiros são ameaçados em função das atividades desenvolvidas pelo homem para alcançar seus propósitos. Por outro lado, a atividade da pesca artesanal promove um papel primordial no que tange a conservação da biodiversidade, principalmente devido ao caráter extrativista que tal atividade possui, na qual é alcançado um equilíbrio entre os pescadores e os ecossistemas face à obtenção dos recursos naturais.

A atividade da pesca artesanal, geralmente, é uma atividade predominantemente masculina, enquanto a mariscagem é realizada principalmente pelas mulheres. Nesse viés, o estuário do Rio São Francisco, localizado na divisa litorânea dos estados de Sergipe e Alagoas, é de singular importância para as comunidades tradicionais que o utilizam para garantir sua sobrevivência.

“O rio é tudo que temos. Só estamos aqui por causa do rio” (Ator 11). Entrevista concedida em 11/04/2018.

A pesca artesanal, a cata de caranguejos e mariscos são práticas ancestrais, repassada através de gerações. Estas atividades e, particularmente, a pesca artesanal diferem da pesca industrial no que se refere à produtividade, à utilização de instrumentos e equipamentos simples, geralmente confeccionados pelo pescador e por membros do grupo familiar, que costumam participar também desta atividade produtiva. O pescado obtido é destinado à subsistência do grupo e à comercialização (ALVES *et al.*, 2017, p. 188), conforme sugere trecho de entrevista a seguir:

“A pesca é a nossa principal atividade. Antes obtínhamos muito a pilombeta. Com a salinização do rio esse tipo de peixe não existe mais aqui” (Ator 12). Entrevista concedida em 18/01/18.

Essas atividades são realizadas de acordo com as normas estabelecidas pelos próprios membros das comunidades tradicionais, conforme sugere trecho da entrevista, ao longo do tempo, mediante os saberes que norteiam a realização da coleta dos recursos naturais, que são passados de geração a geração. Entretanto, não significa dizer, por exemplo, que as mulheres não participem da pesca artesanal e os homens na mariscagem e vice-versa. Geralmente, o pescado obtido é destinado para a comercialização e os mariscos para o consumo familiar.

“A cata do caranguejo é mais para alimentar a família e o pescado, em alguns casos, é destinado para vender aos cambistas” (Ator 13). Entrevista concedida em 18/01/18.

O escoamento da produção se dá sob encomenda, venda de porta em porta, mas principalmente é repassado para o cambista, residente nas localidades pesquisadas, o qual estabelece o preço sob produção dos mariscos e pescado. Apesar do cambista se auto reconhecer como quilombola, acaba lucrando a partir das práticas extrativistas dos seus companheiros.

Os pescadores artesanais enfrentam diversas dificuldades, devido à falta de políticas públicas voltadas para atender os anseios relacionados na realização de suas atividades, fato que pode ser observado no discurso da comunidade em entrevista seguinte.

“O poder público municipal deveria dar atenção porque quando uma atividade vai ficando escassa, vai aparecendo outra e aí conseguíamos manter o sustento da família. O seguro defeso nem sempre é pago no período certo (verão) e, por isso, somos proibidos de pescar pelo dia, mas pescamos à noite que não tem fiscalização” (Ator 14). Entrevista concedida em 18/01/18.

“A falta de políticas públicas específicas que atendam às suas demandas, a crescente especulação imobiliária na zona costeira, assim como o crescimento da atividade pesqueira industrial com uso de novas tecnologias” (ALVES *et al.*, 2017, p.188).

Esses fatores acabam dificultando o modo de reprodução e de sobrevivência dos pescadores artesanais e marisqueiras que utilizam tecnologias rudimentares na obtenção dos recursos naturais em seus territórios na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém.

Com isso, é de suma importância um olhar voltado para os sujeitos pertencentes a essas comunidades, principalmente pelos gestores municipais e estaduais, como por exemplo, na aquisição de equipamentos e pagamento do seguro defeso⁶ no prazo correspondente. Essas medidas, principalmente quanto ao benefício do seguro defeso, contribuem para que os pescadores não realizem a coleta dos peixes em períodos inadequados (reprodução dos peixes e mariscos).

Conforme dados divulgados em 07 de janeiro de 2019, pelo programa jornalístico SETV 1ª edição, o pagamento do seguro defeso relativo a 2018, até o presente momento dessa pesquisa, ainda não foi realizado.

⁶O seguro defeso é conhecido como o seguro desemprego do pescador artesanal profissional, é concedido em períodos em que o mesmo é proibido de pescar, para preservar o período de reprodução dos peixes, sendo assim, os profissionais desta área acabam ficando sem meios de sustento. Disponível em <<http://segurodesemprego2016.net/>>.

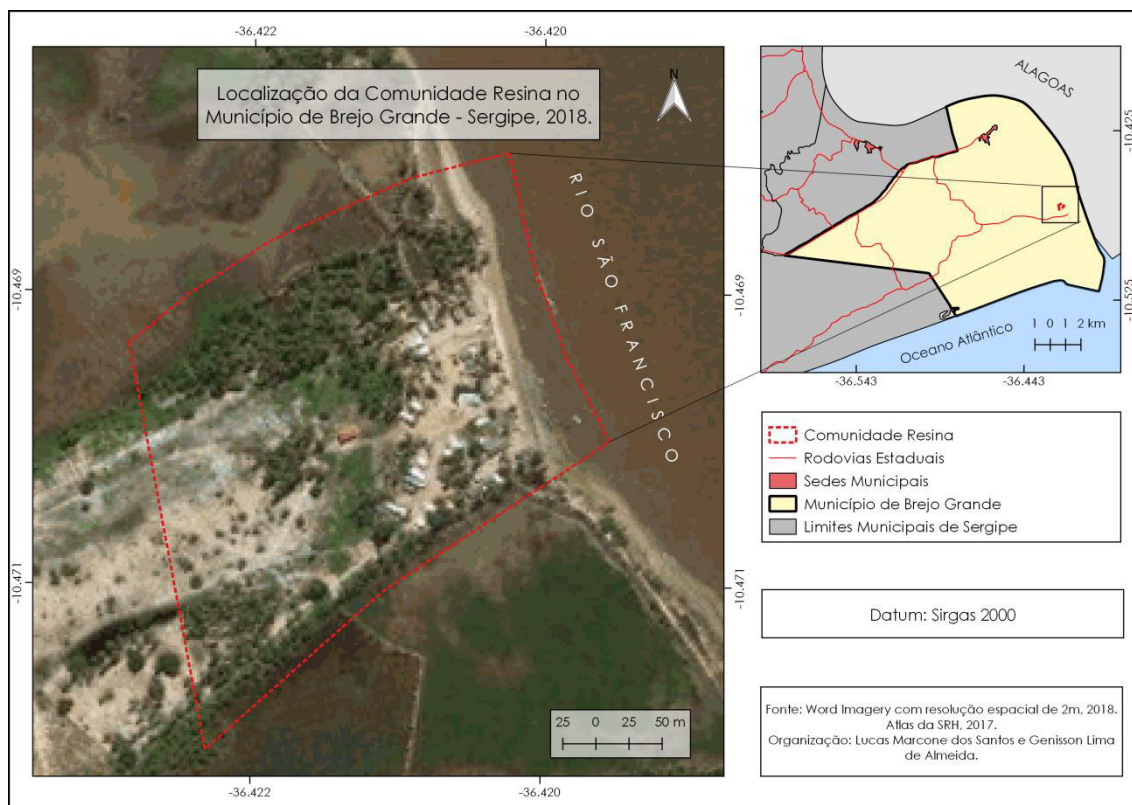
2.3 O Território dos Pescadores e Pescadoras Artesanais

Segundo Fontes *et al.*, (2016), durante o período colonial, existia uma grande quantidade de escravos em Brejo Grande, os quais exerciam sua força de trabalho no cultivo da cana-de-açúcar, considerada principal atividade econômica da época. À medida que o tempo passava e o fim do período escravocrata, permaneceram no território da Resina, comunidades quilombolas, que mantinham os hábitos dos antepassados, estabelecendo suas formas organizacionais com os que integram a comunidade, e assegurando a importância de suas raízes nos dias atuais.

Essas comunidades desempenham relações com a natureza, através dos conhecimentos que possuem, extraindo os recursos naturais para garantir seu modo de vida. “Os povos que residem na comunidade trazem consigo uma identidade própria, étnica. A atenção da comunidade quilombola pela manutenção dos traços culturais, como a capoeira, é um exemplo real de tais virtualidades” (FONTES *et al.*, 2016, p. 178).

O território dos pescadores e pescadoras artesanais está situado na comunidade quilombola da Resina (Figura 15), banhado pelo Rio São Francisco, o qual separa os estados de Sergipe e Alagoas.

Figura 15 – Território dos pescadores artesanais na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Atlas da SRH, 2017.

O etnomapeamento elaborado pelos pescadores e pescadoras artesanais e mulheres que fabricam o óleo de coco da comunidade quilombola da Resina, realizado em 2018, está representado na Figura 16. Nele, foram elencadas benfeitorias no tocante a infraestrutura pelo Poder Público Municipal e os diferentes usos e conflitos desencadeados. Quanto à infraestrutura, houve a criação de nova estrada que dá acesso à comunidade com pavimentação a paralelepípedo em alguns setores e construção de conjunto habitacional em parceria com o Governo Federal, porém ainda não foi entregue aos beneficiários até o presente momento (março de 2019).

Os usos estão representados pelas potencialidades do cultivo e fabricação do óleo de coco, manguezal, lagoas, riachos e Rio São Francisco. O Rio São Francisco constitui a principal fonte de sobrevivência das comunidades ribeirinhas. Nestes três corpos hídricos e nos manguezais são extraídos peixes de diferentes espécies de peixes, além de siri e siri, respectivamente. Os sujeitos sociais utilizam o barco como meio de transporte e a rede de pescar como principal apetrecho na captura das espécies. Os conflitos ocorrem nas áreas das lagoas e, no caso dos manguezais, são inseridas na

franja. É comum a utilização de cercas delimitando as lagoas e os manguezais, limitando o acesso dos povos tradicionais em exercer suas práticas extrativistas.

Figura 16

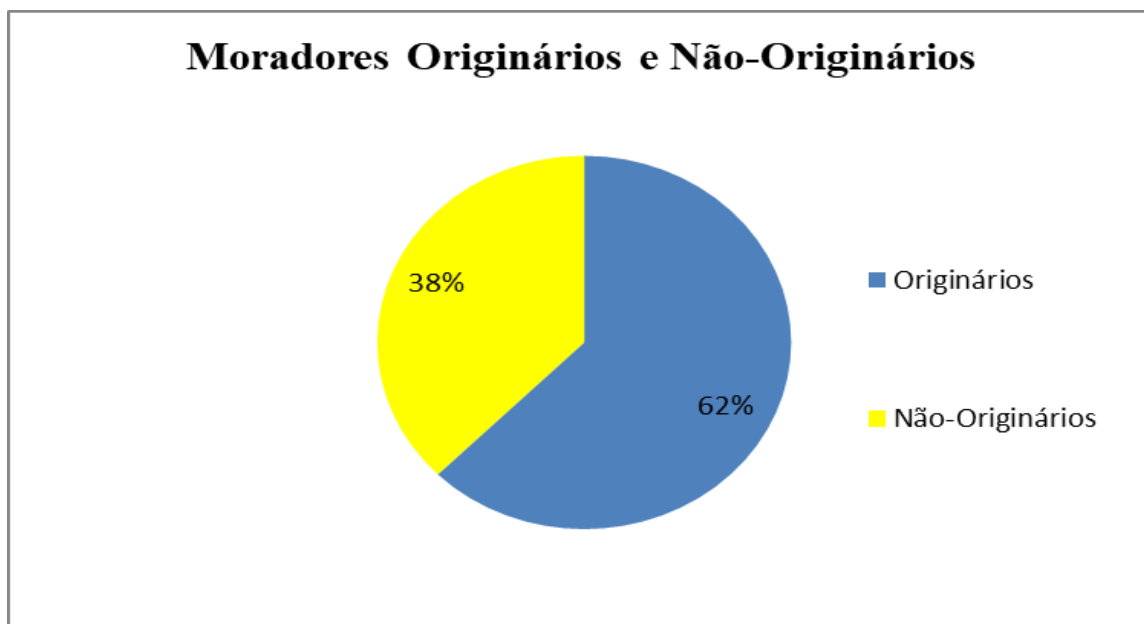
A comunidade quilombola da Resina corresponde a uma das quatro associações do território quilombola. Além desta, destaca-se Carapitanga, Brejão dos Negros e Brejo Grande. Atualmente, a área da Resina pertence à Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e está situada na linha de preamar, a qual não pode ser vendida nem tampouco comercializada. Desse modo, todos, sem distinção, podem usufruir livremente dos recursos naturais existentes.

O que se pode solicitar é uma autorização de uso ao patrimônio da União para explorar os recursos naturais existentes. Nessa perspectiva:

“Como a Resina é uma área quilombola e estava tendo muito conflito, muita pressão para as pessoas esvaziarem aquele espaço, a Justiça Federal obrigou a SPU que passasse a área para o INCRA e este órgão permitir o uso aos quilombolas. Para tanto, o INCRA foi obrigado a construir uma cerca, separando a Resina da área pertencente à Norcon. Essa cerca foi construída umas quatro vezes, mas os empregados da Norcon derrubavam, mesmo assim eram construídas novamente” (Ator 15). Entrevista concedida em 15/06/2018.

Esse aspecto foi identificado, principalmente pelos moradores mais antigos da comunidade quilombola da Resina. É fato que estes moradores de um determinado território acompanham as mudanças ocorridas no espaço em que se encontram. No caso da comunidade quilombola da Resina não é diferente. De acordo com os entrevistados da comunidade quilombola da Resina, 62% são nativos da comunidade e 38% correspondem aqueles que residem na comunidade, mas que possuem naturalidade de outros municípios, como por exemplo, Ilha das Flores (Figura 17).

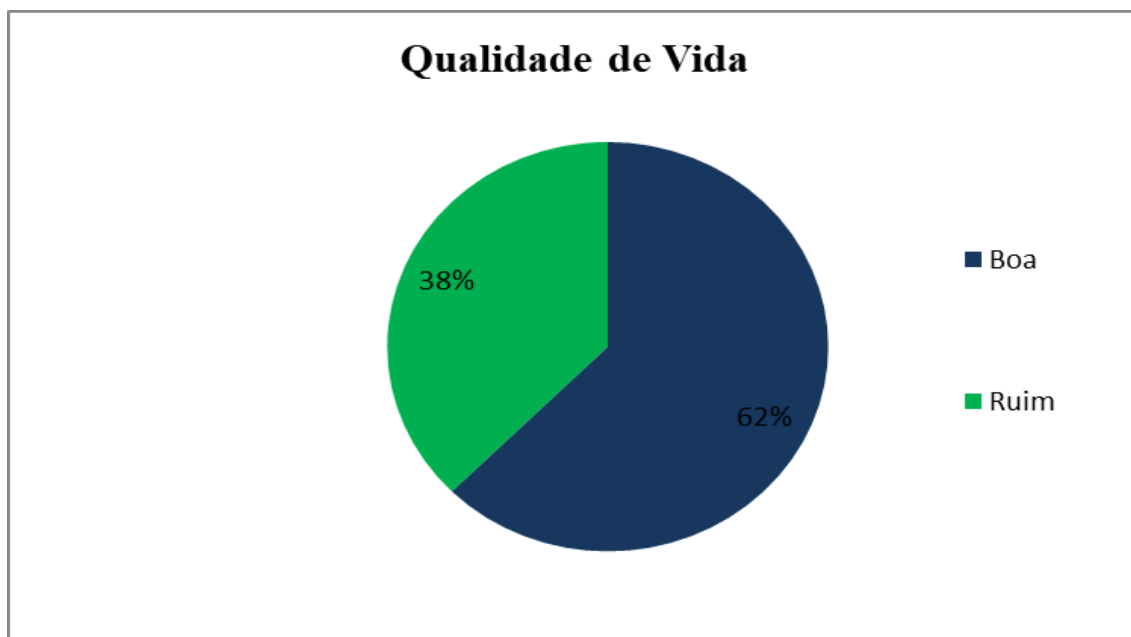
Figura 17 – Moradores originários e não-originais da comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

As mudanças residem principalmente nas atividades que eram desenvolvidas no passado, mas que hoje praticamente não são mais desenvolvidas ou se são, ocorrem em menor escala. Com relação ao modo de vida das pessoas, no passado, na comunidade quilombola da Resina, 62% dos entrevistados afirmaram que gostam de morar no local, contrapondo-se a 38% que não gostam (Figura 18). Os povos tradicionais da comunidade quilombola da Resina, nos últimos 40 anos, receberam melhorias, como por exemplo, energia elétrica, abastecimento de água doce pela DESO, pavimentação de vias a paralelepípedo e coleta regular de lixo. Segundo os entrevistados, almejam a construção de unidades escolares, a fim de evitar o deslocamento dos filhos a outros povoados para estudar, além de creches.

Figura 18 – Satisfação da qualidade de vida dos moradores na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Com o decorrer do tempo, a qualidade de vida dos moradores da comunidade quilombola da Resina foi apresentando mudanças. Essas mudanças decorrem de alguns fatores. No passado, os recursos naturais eram abundantes e as comunidades tradicionais eram subordinadas pelos fazendeiros que produziam arroz e obrigavam a prestar serviço para eles, sem nem sequer poder levar uma quantidade de arroz para sua alimentação, de acordo com os relatos dos entrevistados.

Entretanto, na atualidade, existem discussões em torno das lagoas desativadas para implantação de outras atividades, como por exemplo, a criação de peixes ou o cultivo de camarão. E, de certa forma, em alguns casos, tais comunidades conquistaram sua autonomia, como por exemplo, na construção de suas casas. Nesse contexto:

“Meus avós diziam que foram criados em cativeiro. Antigamente, vivíamos mandados por fazendeiros. Hoje, temos a terra e o direito de plantar para alimentar nossa família” (Ator 16). Entrevista concedida em 11/04/2018.

Praticamente todas as famílias entrevistadas nasceram e residem até hoje na comunidade quilombola da Resina, onde, ao longo do tempo, construíram sua identidade quilombola no território. Ademais, segundo os entrevistados, a localidade

constitui num espaço tranquilo por apresentar um custo financeiro relativamente baixo e caracterizado como de alto grau de usufruto dos recursos naturais.

Para os entrevistados, as mudanças que ocorreram no passado, quando comparadas com as que ocorreram no passado, devem-se principalmente às atividades que foram perdendo espaço para outras, como por exemplo, o cultivo de arroz, que hoje não é mais cultivado, além de espécies de peixe que passaram a ser, praticamente extintas em virtude da salinização do Rio São Francisco, principalmente os peixes de água doce.

O território utilizado pelos pescadores artesanais na comunidade quilombola da Resina para a coleta dos recursos naturais está representado pelo Rio São Francisco, além de lagoas, coqueiros e manguezal. As comunidades ribeirinhas obtêm diferentes espécies de peixes (Quadro 3), através de suas práticas extrativistas herdadas dos seus antepassados. Além desses recursos, eles complementam sua base de sustento através de cultivos de subsistência, destinados basicamente para alimentação da família.

QUADRO 3 – Principais espécies de peixes coletadas pelos pescadores artesanais na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE.

Nome Científico	Nome Popular	Produção (Kg)
<i>Siluriformes</i>	Bagre	Não houve registro pelo IBGE
<i>Centropomus undecimalis</i>	Robalo	Não houve registro pelo IBGE
<i>Leporinus obtusidens</i>	Piau ou Piapara	Não houve registro pelo IBGE
<i>Haemulon sciurus</i>	Xira	Não houve registro pelo IBGE
<i>Chloroscombrus chrysurus</i>	Pilombeta	Não houve registro pelo IBGE
<i>Astianax spp.</i>	Piaba	Não houve registro pelo IBGE
<i>Serrasalmus nattereri</i>	Piranha	Não houve registro pelo IBGE
<i>Tilapia rendali</i>	Tilapia	13.830
<i>Diapterus rhombeus</i>	Carapeba	Não houve registro pelo IBGE
<i>Hoplias malabaricus</i>	Traíra	Não houve registro pelo IBGE

Fonte: IBGE, 2010.

Organização: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Atualmente, a produção do espaço na comunidade quilombola da Resina, caracteriza-se pela diversificação de atividades desenvolvidas pelos pescadores artesanais e marisqueiras que aí residem. Tais atividades estão representadas, principalmente pela pesca artesanal, além de cultivos de subsistência (Quadro 4) e criação de animais. Vale ressaltar que a partir da macaxeira *in natura* é produzida a goma com a qual se prepara o beiju como derivado.

QUADRO 4 – Cultivos de subsistência na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE.

Cultivo	Nome Científico	Produção (t)
Milho	<i>Zea mays</i>	4
Mandioca	<i>Manihot esculenta</i>	575
Mamão	<i>Carica papaya</i>	Não houve registro pelo IBGE
Caju	<i>Anacardium occidentale</i>	Não houve registro pelo IBGE
Batata Doce	<i>Ipomoea batatas</i>	16
Abóbora	<i>Cucurbita</i>	Não houve registro pelo IBGE
Quiabo	<i>Abelmoschus esculentus</i>	Não houve registro pelo IBGE
Feijão	<i>Phaseolus vulgaris</i>	3
Manga	<i>Mangifera indica</i>	760

Fonte: IBGE, 2010.

Organização: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Quanto à criação de animais, há destaque principalmente para bovinos, além de galinhas, patos e guinés. No caso da criação de gado (Figura 19), todos da comunidade quilombola da Resina possuem algumas cabeças de gado, podendo variar na quantidade de um morador para outro. A criação desses animais é feita, de forma coletiva, entre todos da comunidade. No entanto, a comercialização é realizada de forma individual a depender da necessidade de cada um.

Figura 19 – Criação de gado na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Nesse contexto, as comunidades tradicionais exploram os recursos naturais existentes no território nas mais diferentes atividades, consideradas de suma importância para a sua reprodução e sobrevivência no espaço.

Em relação a esse aspecto:

“Nós da comunidade quilombola da Resina, somos muito humildes, mas ricos em recursos naturais. Fomos muito mal tratados quando aqui dava arroz. Quando trabalhava para os fazendeiros não tínhamos nem o direito de levar para casa um pouco de arroz por conta que o dono não permitia” (Ator 17). Entrevista concedida em 05/07/2017.

A prática das atividades extrativistas pelos pescadores artesanais e marisqueiras depende das marés. Para a pesca artesanal, o êxito na coleta do pescado foi identificado sob condição de maré alta. Contrariamente, na mariscagem, é condição fundamental que a maré esteja baixa, como expressou a atriz 18.

“Quando chegamos no manguezal e ainda existe água, esperamos esvaziar. Às vezes, mesmo com a presença da água, conseguimos pegar caranguejo (Atriz 18). Entrevista concedida em 28/11/2018.

No caso da pesca artesanal, que por muito tempo constituiu em atividade exclusivamente praticada pelos homens, a mulher assume importância significativa. Ou seja, essas atividades extrativistas assumem novas configurações no espaço, caracterizadas pela igualdade de gênero dos envolvidos na prática da pesca artesanal. Quanto aos viveiros de camarão no território dos pescadores artesanais, não foi possível adentrar aos locais com atividade de carcinicultura, por constituírem áreas privadas e de uso exclusivo dos fazendeiros.

A atividade da pesca artesanal assume significados diferentes. Ela não se caracteriza apenas na coleta de espécies de peixes. Essa atividade vai mais além de uma simples forma de obter o recurso natural, pois

“A pesca liberta. A gente estabelece nosso próprio horário para pescar. Podemos trabalhar o horário que quisermos. Seja pelo dia ou pela noite. Vai depender se a maré está boa” (Ator 19). Entrevista concedida em 28/11/2018.

Dentro dessa reflexão, embora haja o compartilhamento do território nas atividades desenvolvidas pelos pescadores e pescadoras, “no entanto, ainda é uma participação pequena, se considerarmos a proporção de homens, especialmente nas atividades de contagem do peixe nos lagos, onde predomina a presença de homens” (ALENCAR, 2013, p. 42).

Quanto à participação das mulheres na pesca artesanal, elas desempenham as seguintes funções: “arriá” a rede, remendar a rede, colocar as cordas e as boias na malha da rede, passar a rede, limpar a rede, jogar a rede, tirar o peixe da rede, tratar o pescado e vender a produção em feiras livres. Nesse viés, a pesca artesanal caracteriza-se como pesca familiar.

As mulheres participam ativamente em praticamente todas as etapas necessárias no que se refere às formas de manejo da pesca artesanal, lhes conferindo posição de igualdade com os homens na atividade extrativista e, por sua vez, vêm ganhando destaque, quebrando o velho paradigma de que a imagem da mulher consistia

basicamente em cuidar das tarefas da casa, assumindo independência própria (ALENCAR, 2013).

O tratamento do pescado (Figura 20) geralmente é feito pelas mulheres e é realizado à medida que os homens e as mulheres chegam do rio ou do mar com o pescado. Nesse caso, quando a produção é destinada para o consumo familiar.

Figura 20 – Tratamento de tilapia por pescadora artesanal na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE.



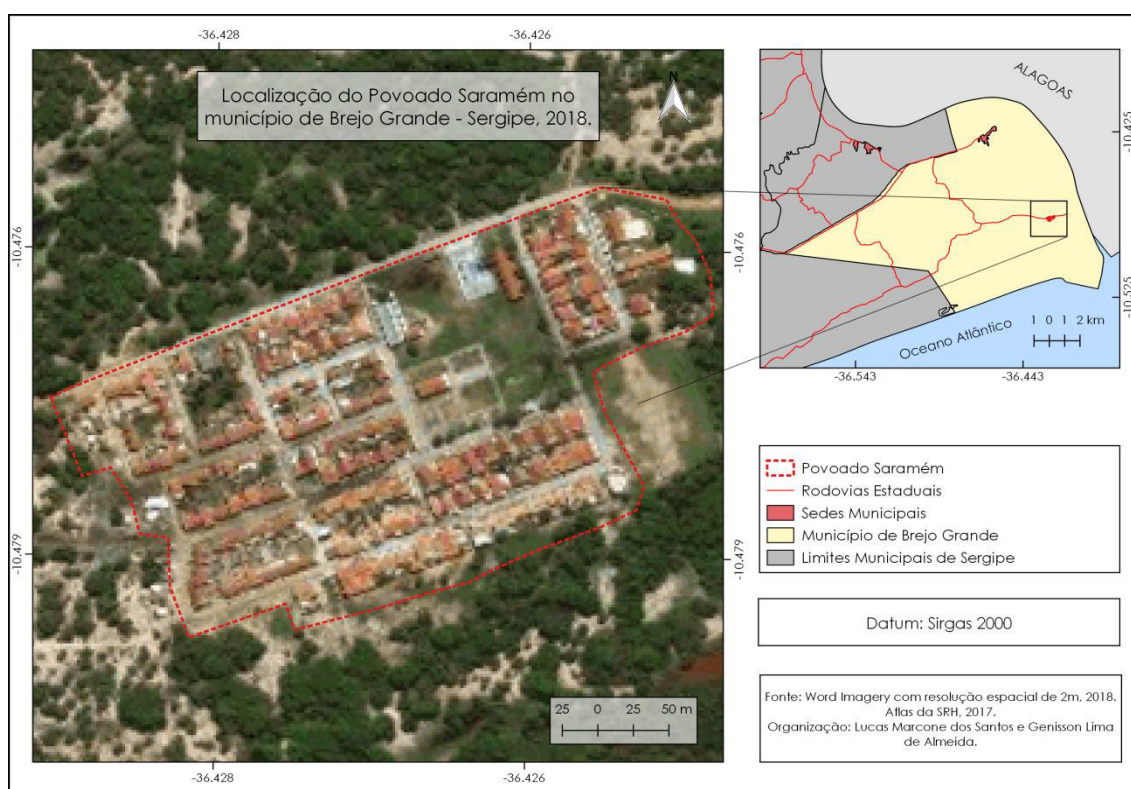
Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Além da destinação do pescado para alimentação familiar, a comercialização é feita com os cambistas e em feiras livres. Quanto à comercialização em feiras livres, segundo relatos de pescadoras, nestes espaços o lucro era maior porque as mesmas estabeleciam o preço para as diferentes espécies de pescado, fato este que não é evidenciado em relação aos cambistas. Ainda de acordo com seus relatos, a comercialização do pescado nas feiras livres deixou de ocorrer em função das proibições dos seus maridos, em virtude do tempo para se deslocar até outros municípios, dos custos da passagem para chegar ao seu destino, além dos afazeres domésticos. Isso é um indício que a igualdade de gênero onde não foi conquistada, pois as tarefas devem ser divididas entre os pares.

2.4 O Território das Marisqueiras

O território das marisqueiras está situado no povoado Saramém (Figura 21). Este povoado é caracterizado pela composição dos antigos moradores do povoado Cabeço, que foi totalmente tomado pelo avanço das águas do Oceano Atlântico e do Rio São Francisco, fez com que os moradores de tal localidade fossem transferidos para outro território, a fim de garantir sua sobrevivência, podendo ou não, desenvolver as atividades no seu território de origem.

Figura 21 – Território das marisqueiras no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Atlas da SRH, 2017.

O etnomapeamento elaborado pelas marisqueiras do povoado Saramém, realizado em 2018, está representado na Figura 22. Estes sujeitos sociais salientaram a existência de quadra poliesportiva, clínica de saúde, unidades básicas de ensino da rede municipal e estadual, vias com e sem pavimentação a paralelepípedo e igreja católica.

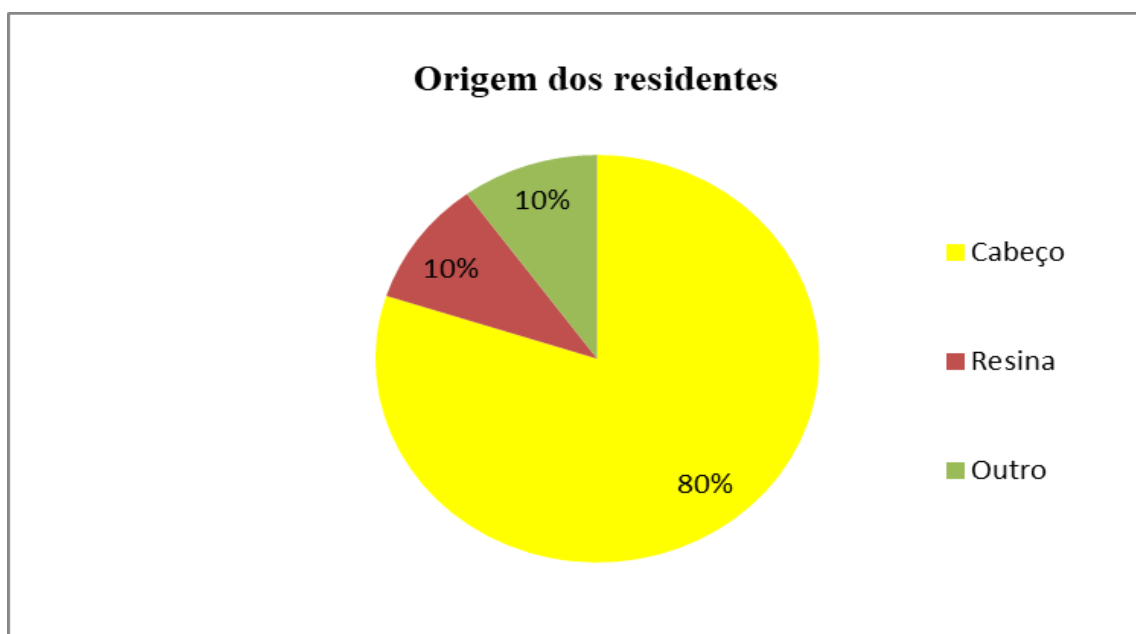
Os usos estão representados pelas potencialidades do cultivo do coco, viveiros de camarão, manguezais, Rio São Francisco e Oceano Atlântico. Nestes dois corpos hídricos é realizada a pesca artesanal, principalmente no Rio São Francisco. O cultivo do coco, embora seja uma atividade mais desenvolvida no Saramém, houve a derrubada para instalação dos viveiros de camarão. O manguezal corresponde ao principal ecossistema de extração de crustáceos e mariscos pelas marisqueiras.

Os conflitos estão centrados nas áreas de instalação dos viveiros de camarão, os quais são construídos de forma estratégica com os sumidouros voltados para os manguezais, Rio São Francisco e Oceano Atlântico. Assim, ocorre o despejo frequente dos resíduos da carcinicultura, afetando os locais utilizados para as marisqueiras e os pescadores artesanais exercerem suas práticas extrativistas.

Figura 22 – Croqui do território das marisqueiras, em Brejo Grande/SE.

Assim como os moradores da comunidade quilombola da Resina, as marisqueiras exploram os recursos naturais nas áreas de manguezal, além da pesca artesanal no Rio São Francisco. A prática da pesca artesanal, nesta localidade, deve-se ao fato de que os moradores do povoado Cabeço desenvolviam tal atividade. À medida que foram perdendo suas casas pela atuação de processos erosivos relacionados com o avanço da água do mar, o povoado Saramém sofreu o processo de reterritorialização pelos pequenos produtores de arroz e pescadores artesanais do antigo Cabeço, segundo os relatos dos moradores (Figura 23).

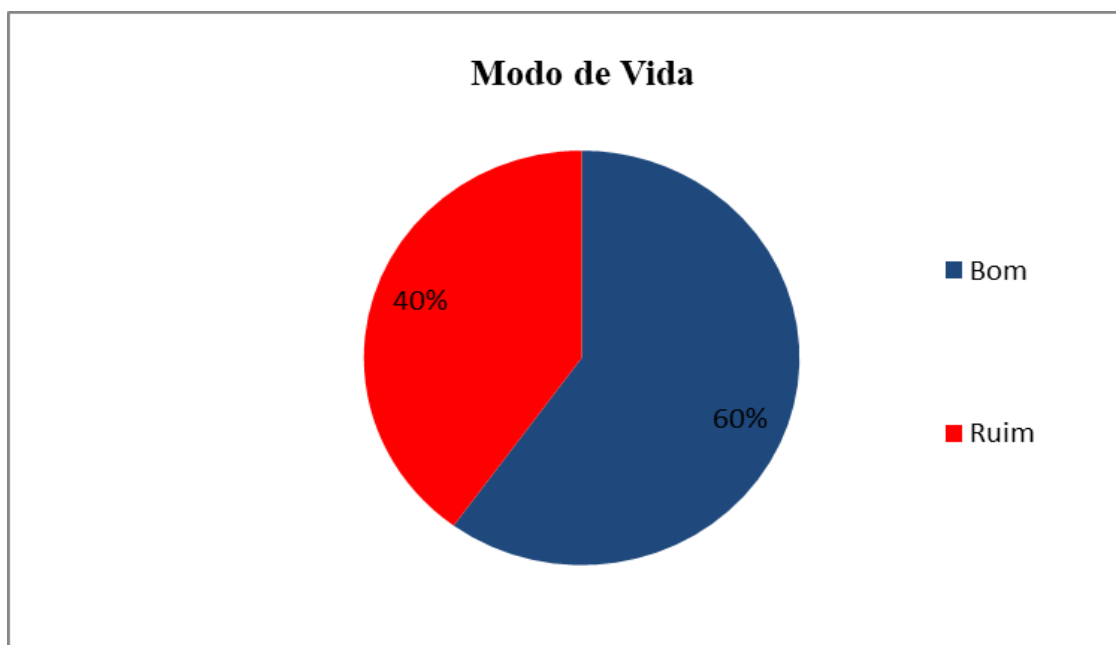
Figura 23 – Origem dos residentes do povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

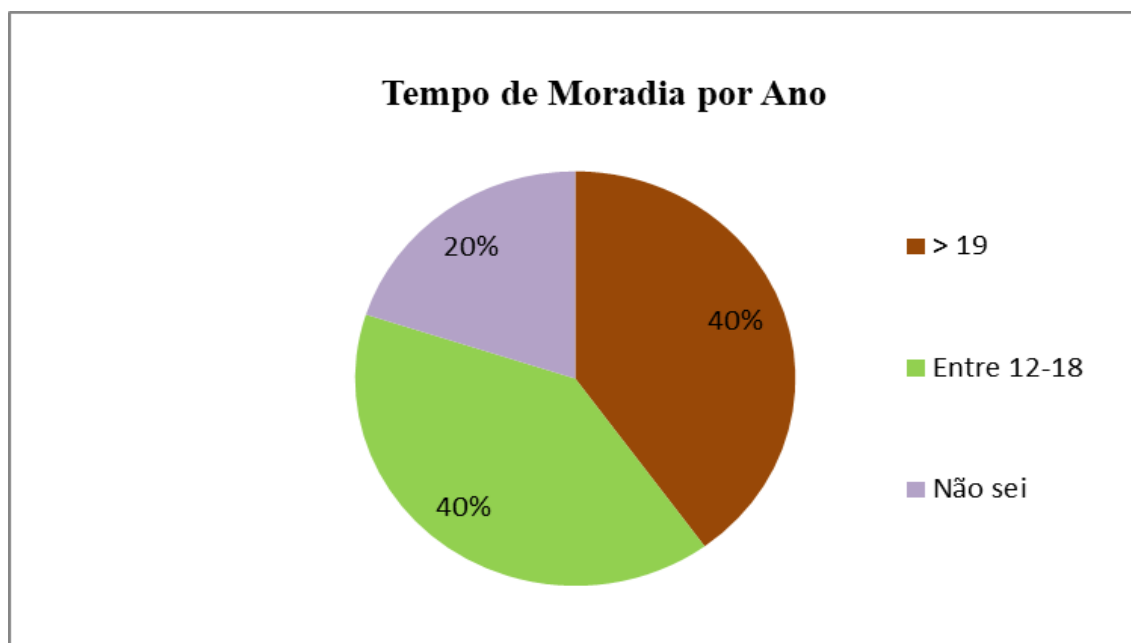
Quanto ao bem-estar das pessoas que residem no povoado Saramém (Figura 24), 60% dos entrevistados afirmaram que gostam de morar nesta localidade, entretanto 40% salientaram que não gostam de morar no povoado em virtude de fatores, como por exemplo, a salinização do Rio São Francisco porque afetou diretamente a atividade produtiva que praticava, o espaço que as mulheres conquistaram na pesca, ajudando os seus maridos e filhos, além deste povoado oferecer energia elétrica, postos de saúde e vias pavimentadas a paralelepípedo.

Figura 24 – Satisfação do modo de vida dos moradores do povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Figura 25 – Tempo de moradia dos membros das comunidades tradicionais do povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

De acordo com os dados apresentados na figura anterior, os entrevistados salientaram que no povoado Saramém, a vida é mais tranquila devido à existência de infraestrutura com a construção de estradas (Figura 26), facilitando o deslocamento para

outras localidades. Já para outros entrevistados, tal localidade oferece aos moradores uma vida tranquila por apresentar mais serviços à população, quando comparado com a comunidade quilombola da Resina.

Figura 26 – Via de acesso ao povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

No povoado Saramém, além da pesca artesanal, realizada pelas marisqueiras, portanto, pescadoras artesanais também, destaca-se ainda a prática da mariscagem e a carcinicultura, sendo esta última desenvolvida pelos carcinicultores e fazendeiros da região. Em relação ao povoado Saramém, a pesca artesanal apresenta praticamente as mesmas características da comunidade quilombola da Resina quanto aos instrumentos de coleta e as espécies obtidas. No que tange as espécies coletadas, os pescadores artesanais do povoado Saramém capturam o *Prochilodus lineatus* (curimatã), *Caranx lugubris* (xaréu), *Sardinella brasiliensis* (sardinha) e *Cynoscion acoupa* (pescada).

O tratamento do pescado é feito nas próprias residências das pescadoras e sem os devidos modos de higiene (Figura 27).

Figura 27 - Tratamento de peixe do tipo pescada por pescadora artesanal no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

A mariscagem caracteriza-se pela presença de conhecimentos advindos dos antepassados, através das relações existentes no ecossistema do manguezal. Esses conhecimentos promovem não apenas a coleta dos mariscos, mas também reflexões acerca da vida e do modo de relacionamento com a natureza (CAETANO, 2015).

A atividade da mariscagem assume papel primordial em função de outros significados atribuídos aos elementos que se encontram ao seu entorno, não se restringindo apenas na coleta dos recursos naturais. Desse modo, “o lugar habitado, em objeto de manifestação das subjetividades, da construção social de significados e da

assimilação de práticas, princípios e valores que passam a constituir o *ethos* da comunidade” (CAETANO, 2015, p. 206).

As marisqueiras atribuem diferentes significados aos elementos da natureza, oriundos do aprendizado de gerações passadas e que, ao longo do tempo, vão sendo disseminados para os demais envolvidos no espaço, constituindo traço marcante dos que fazem parte da comunidade.

O território utilizado pelas marisqueiras, no povoado Saramém, para a extração dos recursos naturais está representado pelos manguezais, pelo Rio São Francisco e pelo mar, os quais constituem a base de exploração, reprodução e sobrevivência dos pescadores artesanais e marisqueiras. São aproximadamente 15 famílias de marisqueiras, incluindo homens e mulheres, que utilizam o manguezal para sua reprodução.

Com relação a esse aspecto:

“A cultura da pesca e do caranguejo é a base de sobrevivência de quem vive aqui” (Atriz 20). Entrevista concedida em 13/04/2018.

No manguezal, são obtidas diferentes espécies de crustáceos e mariscos pelas marisqueiras, conforme são elencadas no (Quadro 5).

QUADRO 5 – Principais espécies de mariscos e crustáceos obtidas pelas marisqueiras no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.

Nome Científico	Nome Popular	Produção (Kg)
<i>Brachyura</i>	Caranguejo	Não houve registro pelo IBGE
<i>Farfantepenaeus subtilis</i>	Camarão	380.261
<i>Ostrea edulis</i>	Ostra	3.650
<i>Callinectes</i>	Siri	Não houve registro pelo IBGE
<i>Mytella charruana</i>	Sururu	Não houve registro pelo IBGE
<i>Cardisoma guanhumi</i>	Guaimum	Não houve registro pelo IBGE
<i>Anomalocardia brasiliana</i>	Massunim	Não houve registro pelo IBGE

Fonte: IBGE, 2010.

Organização: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Dentre as espécies de caranguejo, destaca-se o caranguejo sal (Figura 28) como espécie mais obtida pelos homens e mulheres. Vale destacar que são catados prioritariamente os machos. Em caso de catação de espécies fêmeas, essas são soltas imediatamente, para garantir a reprodução da espécie, quando a catação é realizada sem a utilização de redinha e sim pela captura de “braço”, segundo relatos das marisqueiras.

Figura 28 – Coleta de caranguejo sal por pescador artesanal durante o período do seguro defeso no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

A renda dos pescadores artesanais e marisqueiras do povoado Saramém é constituída pelo pescado, mariscos e crustáceos. No caso da pesca artesanal, o resultado final da coleta recebe dois destinos: consumo familiar e comercialização com os cambistas. No caso dessa comercialização, as marisqueiras destinam sua produção ao cambista em função de não conhecerem outras pessoas que comprem sua produção e que, preferencialmente, resida no povoado Saramém. Outro ponto enfatizado por elas foi à questão da distância para se deslocar até as feiras livres. Ademais, não possuem

transporte particular ou público de qualidade para facilitar a ida e volta para outras localidades, inviabilizando a exposição de seus produtos.

Para o consumo familiar, são selecionados os peixes mais “bonitos” e maiores, ou seja, que não são obtidos com certa frequência, como por exemplo, o curimã.

De acordo com os pescadores e pescadoras artesanais do povoado Saramém, a pesca assume dois sentidos:

“O pescador vai para o rio ou mar para pegar o peixe, mas pode voltar sem o peixe” (Ator 21). Entrevista concedida em 27/11/2018.

Na época do seguro defeso, segundo alguns entrevistados, os pescadores artesanais do povoado Saramém, têm como alternativa a coleta de mariscos, a fim de garantir renda. Assim:

“É muito difícil ir ao mangue e não pegar nada. No mangue você só não pega caranguejo, se você não estiver em condições de pegar mesmo” (Ator 22). Entrevista concedida em 28/11/2018.

Antigamente, os mariscos eram mais abundantes de serem encontrados porque as marisqueiras utilizavam com menos frequência a redinha para capturar o caranguejo sal e guiamum. No cenário atual, as marisqueiras têm como principal instrumento de coleta a redinha, que é uma prática insustentável e que, a curto prazo, garante o sustento desses sujeitos sociais, mas a médio e longo prazo, os recursos naturais podem faltar até pra eles mesmos.

Na mariscagem, segundo os entrevistados, em alguns casos, os produtos coletados não são utilizados pelas famílias na alimentação, mas sim destinado aos cambistas. No entanto, há a presença de famílias (Figura 29) no povoado Saramém, que coletam caranguejo no manguezal para alimentação.

Figura 29 – Coleta de caranguejo sal por família no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Outrossim, a cata de mariscos ocorre em grupo com outros moradores do povoado (Figura 30), visto que subtraem o valor do barco em partes iguais entre os envolvidos no deslocamento até as áreas de manguezal. O barco é utilizado devido à instalação de viveiros de camarão na franja do mangue. No final da atividade, a produção é destinada diretamente para a casa do cambista que reside no povoado, o qual estabelece o preço sobre os produtos coletados (Figura 31).

Figura 30 – Grupo de homens após coleta de caranguejo sal no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Figura 31– Entrega e contagem da produção de caranguejo sal ao cambista, no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Diferentemente da pesca, na mariscagem, segundo os entrevistados, praticamente toda a produção é destinada para o cambista que reside no povoado Saramém. Uma corda de caranguejo sal, contendo seis unidades desse crustáceo, é comercializada por R\$ 4,00. Após a compra pelo cambista, a produção é destinada para donos de restaurantes, no município de Aracaju, que compra ao cambista a corda de caranguejo sal por R\$ 5,00. Em contrapartida, o preço do guaíamum (Figura 32) diferencia do caranguejo sal, custando R\$ 3,00 a unidade e é vendido por R\$ 4,00. Além disso, o transporte até a referida localidade é por conta do dono do restaurante. Dessa forma, a ação do cambista sobre os pescadores artesanais e marisqueiras caracteriza a produção socioespacial de desigualdades em relação aos sujeitos que realizam as práticas extrativistas.

Figura 32 – Guaíamum obtido por marisqueira no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Os equipamentos obtidos para a coleta dos mariscos são redinha, ratoeira, balde, sacos de nylon e pesca de braço⁷. Quanto à propriedade dos equipamentos, estes são próprios. Entretanto, em alguns casos, quando os integrantes da família, por conta de outros afazeres, não podem coletar no manguezal, outras pessoas da comunidade acompanham aqueles que detêm os equipamentos. Nessa situação, ao final da produção, ocorre a divisão dos produtos coletados em partes iguais, a depender do quantitativo obtido.

Outra atividade praticada pelos carcinicultores no povoado é o cultivo de camarão (Figura 33). De forma geral, é considerada uma atividade expressiva no município como um todo, assim como no estado de Sergipe. Essa atividade ganhou dimensão em função da decadência da produção de arroz, onde as fazendas de arroz foram substituídas pelo camarão. Além disso, segundo os carcinicultores, a lucratividade obtida com o cultivo de camarão é alta, lhes conferindo renda elevada em um curto intervalo de tempo.

Figura 33 – Viveiros de camarão no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

⁷De acordo com as marisqueiras entrevistadas, essa forma de obtenção do caranguejo causa ferimentos em função das cascas de ostras encontradas no ambiente de manguezal, além de fragmentos de madeira.

Durante um ano, geralmente são realizadas quatro despescas, ou seja, uma despesca ocorre a cada três meses, mas alguns carcinicultores realizam antes. Em uma despesca, são aproximadamente 2.000 kg obtidos de camarão, a depender do tamanho dos viveiros. A alimentação dos camarões dá-se por ração, a qual é colocada no comedouro, duas vezes por semana (Figura 34) e, em seguida, inserido na água dentro dos viveiros.

Figura 34– Trabalhador colocando ração no comedouro em viveiro de camarão, no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Para a realização da despesca, são utilizadas redinhas no sumidouro, capturando o camarão e eliminando a água para as áreas de manguezal. A comercialização é feita, em maiores quantidades, aos cambistas e, em alguns casos, a compra se dá por encomenda pelos próprios moradores do povoado.

Na visão das marisqueiras, a prática da carcinicultura poderia ocorrer caso,

“Não tivesse uma área que não fosse de mangue, tudo bem, poderia desenvolver a carcinicultura” (Atriz 23). Entrevista concedida em 27/11/2018.

No caso da compra pelos cambistas, a produção é transportada em carro do tipo 4x4, conservada com gelo e isopor e pesada em caixotes de feira. Além dessa atividade, os carcinicultores comercializam espetinho de carne na foz do Rio e recebiam o benefício do seguro defeso, quando praticavam a pesca artesanal.

Comparando a carcinicultura com as atividades extrativistas da pesca artesanal e da mariscagem, esta requer custos financeiros considerados. Nesse contexto:

Na pesca e na mariscagem não gastamos nada para pegar peixes, mariscos e crustáceos. “A natureza dá de graça para nós” (Ator 24). Entrevista concedida em 13/04/2018.

Diferentemente da pesca artesanal e da mariscagem, na carcinicultura, além da mão-de-obra familiar, são contratados trabalhadores que vendem sua força de trabalho, por dia, aos carcinicultores para cuidar dos viveiros.

Para se construir um viveiro, dois fatores são fundamentais: a terra (espaço) e capital (dinheiro). Normalmente, antes da implantação da atividade, são contratados técnicos especializados para realizar análise química do solo, e assim passar o diagnóstico se determinados locais é adequado para desenvolver tal atividade.

No local para implantação dos viveiros, é adicionada ureia, conferindo característica escura à água pela presença de substâncias químicas, calcário para diminuir a acidez do solo e cloro para impedir a sobrevivência dos peixes, caso o aumento do nível do mar atinja as áreas de viveiro.

Há impasses entre os carcinicultores e o IBAMA por conta da fiscalização em virtude de implantação de viveiros ilegais. De acordo com a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), mais precisamente em seu art. 10, retrata que:

A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento ambiental (BRASIL, 1981).

Embora haja legislação vigente, Lei Estadual 8.327, de 04 de dezembro de 2017 no Estado de Sergipe, para a implantação dos viveiros de camarão, há ainda o descarte irregular dos dejetos oriundos dessa atividade diretamente no manguezal, afetando o modo de reprodução das marisqueiras que, por sua vez, são fiscalizadas pela utilização da redinha para a captura dos caranguejos, conforme dados do próximo capítulo.

Capítulo 3

Conflitos Territoriais e Potencialidades Socioambientais das
Comunidades Tradicionais em Brejo Grande/SE

Neste capítulo, foram enfatizados os aspectos geoambientais, além das potencialidades e limitações dos recursos naturais existentes na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém. Foram destacados também os principais conflitos inerentes à apropriação controle e uso do solo, as redes e tramas entre os atores sociais e as relações desenvolvidas.

3.1 Caracterização Geoambiental da Comunidade Quilombola da Resina e do povoado Saramém, em Brejo Grande/SE

Para Costa (2013), o clima do estado de Sergipe é influenciado durante o ano pelo Anticiclone semifixo do Atlântico Sul, que origina as massas de ar, a Tropical Atlântica (mTa) e Equatorial Atlântica (mEa), sendo esta última procedente da região setentrional do referido centro de alta pressão atmosférica, atingindo o litoral norte de Sergipe e, conseqüentemente, Brejo Grande.

Segundo estudos efetuados por Alves (2010), o município de Brejo Grande está inserido na unidade geomorfológica da planície costeira, composta por feições como: planície fluviolagunar, dunas costeiras inativas, terraços marinhos holocênicos atuais, cordões litorâneos, planície de maré inferior, esporão arenoso e praia oceânica adjacente, erodidos por processos costeiros.

Dentre essas unidades, no recorte espacial da pesquisa, foram identificadas a planície fluviolagunar, planície de maré inferior e terraços marinhos holocênicos atuais.

A planície fluviolagunar caracteriza-se por sedimentos de textura argilo-arenosas com a presença de matéria orgânica, podendo ser encontrados fragmentos de madeira e conchas de moluscos em três ambientes: primeiramente, na rede de drenagem que se instalou nos terraços marinhos pleistocênicos durante a regressão seguinte à Penúltima Transgressão e que depois sofreu o processo de afogamento no período da Última Transgressão; segundo, nos setores baixos situados entre os terraços pleistocênicos e holocênicos; terceiro no compartimento inferior dos vales entalhados na Formação Barreiras. Tais sedimentos sofreram o processo de deposição nos ambientes de antigas lagunas ao final da Última Transgressão (BITTENCOURT *et al.*, 1983).

Para Alves (2010), essa feição constitui em uma planície de sedimentos de textura fina, ocupada principalmente por sedimentos argilosos. Durante as oscilações

da maré, sofre inundações periódicas, exibindo depressões ocupadas por lagoas, além de pântanos.

De acordo com Florenzano (2008), as planícies de maré são formadas em áreas planas à suavemente inclinadas. Sua formação está atrelada a redução da energia do fluxo do mar em direção ao continente, onde ocorre a predominância de sedimentos de granulometria fina. Por sua vez, Fontes (2011), aponta dois critérios fundamentais para a formação da planície de maré: pouca intensidade de ondas de maiores alcances e a diferença entre maré alta e maré baixa. Os sedimentos são depositados na parte superior da planície de maré durante os períodos de ocorrências das marés de maiores alcances (maré de sizígia). Uma vez depositados, no compartimento superior dessa planície, dificilmente sofrerão o processo de retrabalhamento, pois a atuação conjugada da força de coesão da camada, da compactação primeira e da fixação microbial, contribui de forma significativa para a acumulação de tais sedimentos.

Ainda de acordo com a autora, a planície é compartimentada em três setores: inframaré, intermaré e supramaré. A inframaré localiza-se abaixo do limite da maré baixa, onde predomina a deposição de sedimentos arenosos, devido ao constante energia da maré nessa região. A intermaré corresponde à zona de transição entre a inframaré e a supramaré. Neste setor, a sedimentação dá-se por agradação e acréscimo lateral. Já a supramaré corresponde a parte da planície de maré mais elevada, sendo atingida apenas por tempestades ou marés excepcionais.

De acordo com Christofolletti (1980), de forma geral, os terraços fluviais representam antigas planícies de inundação abandonadas. Quanto à morfologia, surgem como patamares aplainados, com largura variada, limitados por uma escarpa direção ao curso de água.

O período do Quaternário é marcado pela presença do homem e por oscilações do nível do mar, as quais desempenharam papel primordial no que se refere à evolução das linhas de costa, seja na exposição das plataformas continentais, seja recobrimdo parcial ou totalmente as planícies costeiras (BAPTISTA NETO, 2004).

Os avanços da água do mar em direção ao continente e o seu recuo adentro do oceano caracterizam, respectivamente as transgressões e regressões marinhas, favorecendo o surgimento de diferentes unidades morfológicas na zona costeira, como por exemplo, terraços marinhos, dunas, planície fluviolagunar, entre outras morfologias.

Essas morfologias apresentam texturas granulométricas diferenciadas e estão relacionadas com as características geológicas do material de origem (ALVES, 2010).

Os terraços marinhos estão associados ao Pleistoceno e ao Holoceno, épocas do período do Quaternário. No caso de Brejo Grande, encontram-se os terraços marinhos holocênicos atuais. São designados de atuais devido a sua distribuição no espaço. Em determinados momentos, esta morfologia estabelece contato com a planície fluviomarinha e lençóis de areia. A área dos terraços marinhos é colonizada por vegetação de restinga que é consumida pelo gado, coqueiros e frutos da restinga (ALVES, 2010). Ainda de acordo com a autora supracitada, os terraços marinhos holocênicos atuais constituem depósitos de textura arenosa de gênese marinha. Comumente, apresentam contato com a região da praia e na paisagem encontram-se alinhados aos cordões litorâneos paralelos à linha de costa.

Quanto à Pedologia, em estudos realizados na Planície Costeira por Costa (2013), em Brejo Grande são encontradas as seguintes classes de solo: Neossolo Quartzarênico, Espodossolo, Gleissolos e Gleissolo Sáfico. Porém, na área de estudo, são encontrados as seguintes classes de solo: Neossolo Quartzarênico, Gleissolo e Gleissolo Sáfico, utilizando a classificação de solos da EMBRAPA (2018).

Os Neossolos Quartzarênicos são solos que apresentam material mineral ou orgânico com pouca espessura em função da pouca expressividade dos processos pedogenéticos sobre o material de origem, condições estas que podem ocorrer devidos em detrimento das próprias características do material de origem ou dos fatores que atenuaram sua formação, como por exemplo, clima e relevo. São pouco desenvolvidos e, portanto, não apresentam todos os horizontes, geralmente o horizonte A (SANTOS *et al.*, 2018).

Por sua vez, Costa (2013), menciona que esse tipo de solo apresenta alto teor de salinidade, baixa fertilidade para a produção agrícola. São arenosos e, portanto, apresentam infiltração elevada devido à presença de macroporos. Os sedimentos que compõem essa classe de solo decorrem dos ambientes marinho, fluvial e fluviomarinha. Quando estão sem colonização vegetal, podem sofrer erosão eólica pela atuação dos ventos, formando dunas.

Os Gleissolos compreendem solos pouco desenvolvidos, com textura que varia de argilosa a muito argilosa, mal drenagem, apresenta alto teor de enxofre e estão

sujeitos a inundações decorrentes das oscilações do lençol freático em razão da proximidade do nível de base. Em virtude da atuação das marés, favorece o desenvolvimento da vegetação de mangue (COSTA, 2013), principalmente na desembocadura dos cursos fluviais, já que ocorre o encontro da água dos rios com o oceano.

Segundo Santos *et al.*, (2018), essa classe de solo apresenta-se constante ou periodicamente saturados de água, caso não sofram drenagem de forma artificial. Essa saturação pode se concentrar internamente no solo ou dá-se por fluxo lateral. São típicos do processo de gleização em virtude da ausência livre de oxigênio dissolvido da saturação da água. Como consequência desse processo, têm-se colorações diferenciadas no solo, variando de cores acizentadas a esverdeadas pela solubilização do ferro.

Os Gleissolos Sálícos são hidromórficos e apresentam sequência de horizonte A-Cg, originados a partir dos sedimentos recentes do período do Holoceno, sobretudo das áreas de várzeas e influência de lençol freático elevado. Entre outras características, pode-se mencionar: apresentam teor de salinidade, ausência de manchas simples, uma vez que são halomórficos indiscriminados, alagados, variando de mal a muito mal drenados, alto teor de matéria orgânica. São considerados pouco desenvolvidos, os quais possuem apenas horizontes nas áreas marginais, apresentando textura argilosa a arenosa. Não é propícia a prática da agricultura em função da salinidade, mas é propícia a rizicultura (COSTA, 2013).

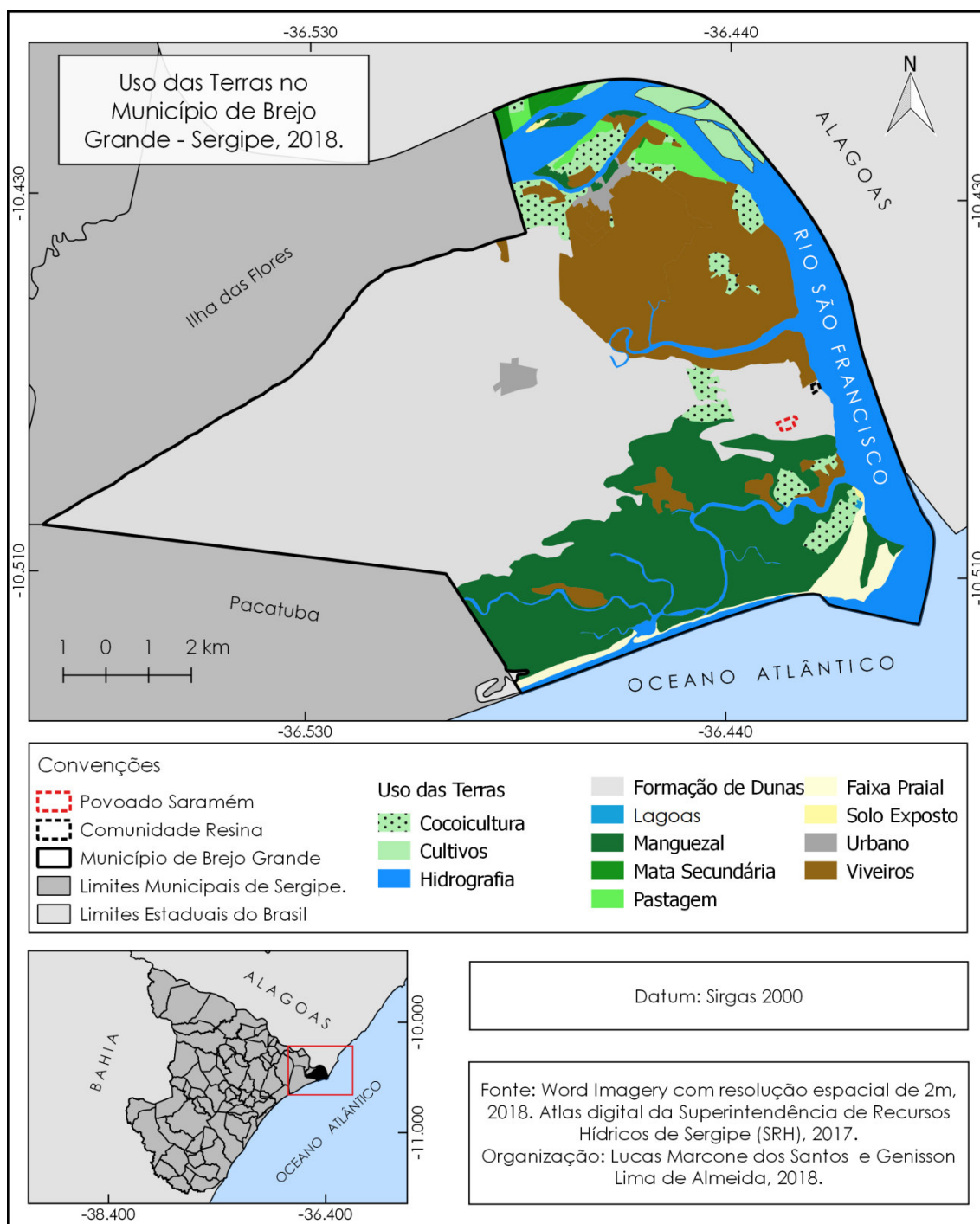
Na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém, a hidrografia está representada pelo Rio São Francisco, lagoas, riachos e pelo Oceano Atlântico. Esses corpos hídricos garantem o sustento das comunidades tradicionais ribeirinhas de ambas as localidades.

Nos últimos anos, o Rio São Francisco vem passando por problemas em função da implantação de barragens pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), promovendo alterações nas condições hidrodinâmicas deste curso fluvial (ALVES, 2010). Assim, além de provocar impactos socioambientais no corpo hídrico, afeta o modo de vida das comunidades tradicionais que vivem à jusante e sobrevivem, extraindo diferentes espécies de peixes, moluscos e crustáceos. Outrossim, a salinização das águas também é um fator que reflete negativamente na vida dessas comunidades pela redução de determinados tipos de pescado e na inviabilização do cultivo de arroz

nas áreas de lagoas. No caso das lagoas, os pesadores artesanais estão desenvolvendo viveiros de peixe como forma de reaproveitamento do espaço.

Nas localidades pesquisadas, o uso da terra está representada pela cocoicultura, cultivos de subsistência, manguezal, mata secundária, pastagem e viveiros de camarão, atividade esta que se expandiu bastante, reduzindo as áreas utilizadas pelos pescadores artesanais e marisqueiras. É comum encontrar a presença de viveiros de camarão em áreas próximas de cursos fluviais e, principalmente de manguezais (Figura 35).

Figura 35– Uso da terra na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



A cocoicultura é predominante nas áreas litorâneas devido ao solo arenoso. Porém, na atualidade, houve um declínio na produção em virtude da salinização das águas do Rio São Francisco, além do corte para implantação de viveiros pelos fazendeiros. A pastagem está associada às áreas com coco, bastante utilizada na alimentação de bovinos. Os cultivos de subsistência ocorrem de forma esporádica pelas

comunidades tradicionais de acordo com a sazonalidade.

Os manguezais não constituem apenas um ecossistema natural. Na visão de Costa (2013), os manguezais correspondem a ecossistema de transição entre os ambientes terrestre e marinho, e são fortemente influenciados pelo regime de marés. Apresentam substrato lamoso e alto teor de matéria orgânica.

Para Alves (2010), é no manguezal onde inúmeras famílias, através de suas práticas extrativistas, se reproduzem, coletando diferentes espécies de mariscos e crustáceos, já que é considerado um ecossistema com alta produtividade biológica. Atualmente, esse ecossistema encontra-se passível de sofrer impactos socioambientais em função do corte de madeira e desenvolvimento da carcinicultura.

3.2 Potencialidades e Limitações Socioambientais dos usos do solo

Para Alves *et al.*, (2007), no município de Brejo Grande, os recursos hídricos estão representados por pequenos riachos, tributários dos Rios Paraúna e Parapuca, que desaguam no Rio São Francisco, além de lagoas (Figura 36) situadas nas áreas de baixadas, conectadas diretamente com dunas inativas, os quais constituem potencialidades para os pescadores artesanais na comunidade quilombola da Resina.

Figura 36 – Lagoa na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

De forma singular, os recursos hídricos existentes, no recorte espacial, contribui significativamente para os membros das comunidades tradicionais que aí vivem, sob as mais variadas maneiras de uso. De acordo com Alves *et al.*, (2007), as diferentes formas de uso do solo estão associadas as características das feições morfológicas, bem como das formações superficiais. Em contrapartida, o município de Brejo Grande apresenta deficiência quanto à infraestrutura. Tal fator, possibilita a população ribeirinha a usufruir as águas que estão disponíveis para as mais diversas atividades, como por exemplo, para uso domiciliar, até mesmo do Rio São Francisco.

O Rio São Francisco (Figura 37), que banha a comunidade quilombola da Resina e o povoado Saramém, constitui em uma grande potencialidade para a comunidade ribeirinha. Praticamente o sustento das famílias dessa comunidade está intimamente atrelado a este curso fluvial, em função das diferentes espécies de pescado que são obtidas.

Figura 37 – Vista do Rio São Francisco na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Nos últimos anos, devido a alguns impactos socioambientais identificados a exemplo da salinização das águas do Rio São Francisco, segundo os entrevistados, a dinâmica fluvial sofreu modificações, interferindo na quantidade do pescado obtido e, conseqüentemente, acarretando no modo de vida dos pescadores artesanais. Ora esta salinização constitui uma potencialidade para a prática da carcinicultura, ora uma limitação para a prática da rizicultura e da agricultura.

Atualmente, a comunidade quilombola da Resina e o povoado Saramém foram contemplados com duas caixas de água pela Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO), instaladas uma em cada localidade, respectivamente, cujo objetivo é fornecer água dotada de qualidade para os pescadores artesanais e marisqueiras que residem nessas duas localidades (Figuras 38 e 39).

Figura 38– Caixa d'água na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Figura 39 – Caixa d'água no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Na prática, a qualidade da água destinada para o consumo humano das famílias que residem na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém não é boa. Consequentemente, essas comunidades ficam vulneráveis a contrair doenças por veiculação hídrica, aumentando a procura dos serviços oferecidos pela Secretaria de Saúde do município (Figura 40). Segundo os entrevistados desse povoado, a falta de médicos é constante nesta unidade de saúde.

Figura 40 - Unidade de Saúde no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Quanto ao aspecto econômico, a economia brejo-grandense é diversificada em detrimento as atividades que são desenvolvidas no seu território. No decorrer do tempo, o espaço vai adquirindo (re)configuração no que se refere as atividades que são desenvolvidas nele. Segundo Alves *et al.*, (2007), no passado, o município de Brejo Grande foi considerado importante produtor de cana-de-açúcar. Esse tipo de cultura foi perdendo espaço para o cultivo de algodão, arroz e coco-da-baía. “Na década de 1950, o município apresentava uma grande produção de sal marinho, nas ilhas próximas ao canal do Parapuça, onde a salinidade das águas é maior” (ALVES *et al.*, 2007, p. 14).

A prática da pesca artesanal e a coleta de caranguejo são consideradas as principais atividades desenvolvidas pelas comunidades ribeirinhas que integram a comunidade quilombola da Resina e do povoado Saramém, cujas formas de obtenção dos recursos naturais nem sempre se aproximam da sustentabilidade. Essas atividades denotam forte significado na esfera social da comunidade, pois a coleta do pescado representa a base de sustento das famílias que integram tais comunidades (ALVES *et al.*, 2007). Nesse sentido,

a pesca e a captura de caranguejo, para essas comunidades, desempenham importante papel, pois representam não apenas a possibilidade de adquirir bens e serviços com a comercialização da produção, mas também se configuram como fonte de alimentação, manutenção e reprodução social da família. Assim, é importante perceber que qualquer alteração no ambiente pode representar prejuízos à produção e à organização social das comunidades (CUNHA, 2006, p.16).

Essas atividades garantem a reprodução dos pescadores artesanais e marisqueiras que residem na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém, através de suas práticas extrativistas. Tais práticas norteiam a coleta dos recursos naturais essenciais para a sobrevivência das diversas famílias, seja no Rio São Francisco e/ou nos manguezais. No caso dos pescadores artesanais da comunidade quilombola da Resina:

“Nossa arte é pescar. A pesca é a melhor forma de viver. O ambiente aqui estimula a nós desenvolver essa atividade. Ela é liberta, não escraviza ninguém. Pescador só come se pescar” (Ator 25).
Entrevista concedida em 12/04/2018.

No entanto, nessas localidades, os impactos socioambientais são provocados pelos diferentes atores sociais que utilizam os recursos naturais existentes de forma direta ou indireta, sejam os pescadores artesanais e marisqueiras como também pelos fazendeiros e carcinicultores. Nessa perspectiva, na maioria das vezes, os membros das comunidades tradicionais têm seu modo de vida ameaçado em virtude dos impactos socioambientais oriundos das atividades desenvolvidas pelos fazendeiros e carcinicultores, uma vez que atingem patamares maiores, provocando a degradação ambiental.

Para Rodrigues, Lorenzi e Rosa (2017), nos anos de 1970, os problemas ecológicos e ambientais ganham força em virtude do capital. Tais problemas chamam à atenção para uma possível escassez de recursos naturais e matérias primas, tendo em vista a importância e necessidade do controle da exploração e degradação ambiental, já que a aplicação desenfreada do capital provoca impactos socioambientais, como por exemplo, a supressão de manguezais e lançamento indiscriminado de dejetos oriundos da carcinicultura.

Cunha (2006), enfatiza que, a redução da prática da pesca artesanal e da coleta do caranguejo, tornou-se uma situação preocupante, visto que essas atividades consistem na base de sustento dos membros das comunidades tradicionais que vivem no estuário do Rio São Francisco. “Várias comunidades mantêm laços de sobrevivência em relação ao manguezal. São pescadores artesanais e catadores de caranguejo que dependem da dinâmica ambiental e do equilíbrio do ecossistema para manter a produção e consumo de produtos (CUNHA, 2006, p. 18).

As alterações no ambiente decorrentes das atividades desenvolvidas, principalmente pelos carcinicultores, degradam os locais utilizados pelos pescadores artesanais e marisqueiras para extração dos recursos naturais. Nessa conjuntura, os membros das comunidades tradicionais têm sua base de sustento ameaçada pelos impactos socioambientais advindas das ações desenvolvidas para implantação da carcinicultura, sendo esta considerada a principal atividade dos que detém poder, pois o Rio São Francisco e o manguezal constituem espaço de reprodução de tais sujeitos sociais. Nesse contexto:

“Eles desmatam a beira do rio, cortam os galhos do mangue e jogam dentro do rio. O mar está quebrando as redes porque quando cortam o manguezal jogam diretamente dentro do rio” (Ator 26). Entrevista concedida em 12/04/2018.

A cocoicultura consiste em uma das potencialidades comuns da comunidade quilombola da Resina e do povoado Saramém. No caso da comunidade quilombola da Resina, os coqueiros estão distribuídos de forma irregular e há poucas espécies quando comparado com o povoado Saramém (Figura 41). Na comunidade quilombola da Resina, o coco é utilizado para a produção de derivados, a exemplo do óleo de coco. Em contrapartida, no povoado Saramém, os coqueiros estão sofrendo o processo de

desmatamento e sendo substituído pelo cultivo de camarão, com a instalação de viveiros (Figura 42).

Figura 41 – Coqueiros na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Figura 42 – Desbaste de coqueiros para instalação de viveiros de camarão no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Apesar da extinção de alguns coqueiros, segundo relato de uma moradora marisqueira do povoado Cabeço, mas que agora reside no povoado Saramém, os cocos verdes e/ou descascados (Figura 43) eram destinados para a comercialização em bares no município de Piacabuçu, em Alagoas, e os secos eram descascados e vendidos no próprio Cabeço. Atualmente, os cocos secos, já descascados, são vendidos por R\$ 0,80 a 1,00 às mulheres que fabricam o óleo de coco e/ou cocada para comercializar na foz do Rio São Francisco.

Figura 43 – Processo de descascamento de coco verde no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Outra potencialidade da comunidade quilombola da Resina é a produção do óleo de coco, que confere renda extra para quem desenvolve tal atividade. Esta atividade é realizada predominantemente por mulheres e iniciou-se em 2016, quando um cidadão de Aracaju teve a ideia de montar um grupo de mulheres que visitaram outra comunidade que já produzia óleo de coco.

Inicialmente, apenas as mulheres desta comunidade desenvolviam essa atividade. À medida que, as mulheres da comunidade Santa Cruz ficaram sabendo da

atividade, procuraram e pediram a líder da comunidade quilombola da Resina para integrar o grupo da produção de óleo de coco. A líder da comunidade tinha como finalidade transmitir os ensinamentos às outras para produzir o óleo de coco.

A produção do óleo de coco é gerida por um grupo num total de 20 mulheres: 10 da comunidade quilombola da Resina e 10 da comunidade Santa Cruz, constituindo a principal fonte de renda destas. Geralmente, a fabricação do óleo de coco ocorre às terças-feiras, podendo ser realizada em outros dias da semana, sob forma de encomenda do produto. A produção do óleo de coco é realizada com base nas seguintes etapas:

Inicialmente, o coco seco *in natura* é descascado, quebrado e lavado (Figura 44), em seguida, é ralado para extrair o leite “em duas águas”. A partir daí, o conteúdo extraído do coco é colocado em recipientes (baldes) para serem armazenados em freezers durante o intervalo de tempo de um dia, que é o tempo necessário para que toda a polpa se separe do soro.

Figura 44 – Quebra do coco seco pelas mulheres da comunidade quilombola da Resina e da comunidade Santa Cruz, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Quanto ao modo de preparo do óleo de coco:

“O óleo é levado para cozinhar em pouca quantidade, onde a polpa deve ficar no fundo da panela e quando o óleo está “branquinho” sem bolhas de água, é o momento de tirar de fogo, pois já atingiu o ponto. Em seguida, coa (Figura 45) e deixa descansar por dois a três dias, mas a depender da quantidade de óleo, refina no fogão a gás e deixa esfriar e, por fim, adicionar nas garrafas” (Ator 27). Entrevista concedida em 13/04/2018.

Figura 45–Processo de coamento do óleo de coco na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

De acordo com os relatos das mulheres que fabricam o óleo de coco, a produção é destinada para comercialização nas feiras organizadas pelo INCRA, uma vez por mês nas feiras livres, além da comercialização em Aracaju e no estado de Alagoas. Todo o processo e trabalho são realizados com equipamentos próprios.

Diante das discussões explanadas, as potencialidades socioambientais (Quadro 6) correspondem às áreas que apresentam recursos naturais, que são comumente explorados e usufruídos por determinados grupos que se encontram no território. Na maioria dos casos, por mais simples que seja o modo de obtenção de tais recursos, essa

exploração ocorre de forma insustentável. As limitações socioambientais correspondem as particularidades, em alguns casos, a não efetuação de determinada prática de atividade desenvolvida no território, principalmente as realizadas pelos pescadores artesanais e marisqueiras, afetando, assim, os seus modos de vida.

QUADRO 6 – Potencialidades socioambientais da comunidade quilombola da Resina e do povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.

Comunidade Quilombola da Resina	Saramém
Rio São Francisco	Rio São Francisco
Lagoas	Manguezal
Frutos da Restinga	Cultivo de Coco
Óleo de Coco	Cultivo de Camarão
Riachos	Salinização do Rio São Francisco
Turismo de Base Comunitária	Mar

Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

As limitações socioambientais vão além do panorama das atividades presentes no território, tendo as comunidades tradicionais em conviver com os ambientes impactados, diminuindo os recursos naturais aí existentes. Outro fator preponderante é o grau de relação entre os sujeitos sociais no que tange ao relacionamento em face às atividades extrativistas e os regimentos legais para obtenção do pescado de maneira adequada (Quadro 7).

QUADRO 7 – Limitações socioambientais dos usos do solo na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.

Comunidade Quilombola da Resina	Saramém
Rio salinizado	Manguezal contaminado
A Não-Organização dos Pescadores Artesanais	A Não-Organização das marisqueiras e dos pescadores artesanais
O Não-Envolvimento dos Pescadores Artesanais com as Marisqueiras	O Não-Envolvimento de algumas marisqueiras e pescadores artesanais com os pescadores da Resina
O Não-Cumprimento das normas da Legislação Ambiental em relação ao tamanho da malha da rede de pescar	Descumprimento pelos carcinicultores dos princípios legais da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA)
O Não-Reconhecimento de alguns pescadores artesanais como quilombolas.	O Não-Desenvolvimento da agricultura (solo arenoso)

Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

3.3 Classificação dos Conflitos Territoriais em Brejo Grande/SE

A ideia de conflito permite inferir questões acerca dos diferentes grupos com base em seus pressupostos, bem como as formas de participação legitimadora dos atores sociais no que tange ao processo e a forma de apropriação dos territórios que apresentam recursos naturais e suas diferentes formas de exploração (PORTO; PACHECO, 2009). No entanto, muitas vezes, essa exploração ocorre de maneira inadequada pelos diferentes atores sociais que, a todo o momento, desejam usufruir dos recursos naturais existentes no território, seja para fins de obtenção de lucro ou para garantir o sustento da família.

Na concepção de Diegues (2001), o território constitui não apenas o espaço de reprodução econômica, mas sim a reprodução social e cultural dos grupos que o habitam, caracterizado como o *lócus* dos membros das comunidades tradicionais. Nessa circunstância, em função dos diferentes interesses dos envolvidos na apropriação do território, os conflitos são eclodidos devido aos diferentes interesses por parte dos atores sociais.

A identificação e discussão dos conflitos consistem em uma área de investigação, objetivando compreender as distintas lógicas estabelecidas pelos atores sociais em detrimento aos seus interesses, podendo apresentar mediação ou não (COSTA; OLIVEIRA; RAMOS, 2003).

Segundo Rodrigues; Mafra (2014), os conflitos emergem dos pressupostos de territorialização humana, quando relacionados com o espaço e os recursos naturais que nele existem, podendo-se inferir controle no território pelo poder de dominação daqueles que detém maior poder a frente do conflito. O fator econômico promove dominação do território por aqueles que apresentam essa condição, que, de certa forma, pode ser decisivo na apropriação do território.

Nessa perspectiva, cada ator social estabelece suas próprias articulações para que possa permanecer no território e utilizar os recursos naturais para satisfazer suas necessidades, possibilitando a sua sobrevivência e/ou a reprodução do capital. Assim, o modo de apropriação pode ocasionar a exclusão dos menos favorecidos dos locais em que construíram sua identidade cultural, através dos ensinamentos dos seus antepassados e que regem suas atividades na obtenção dos recursos naturais.

Há a presença de áreas isoladas, denominadas pelos pescadores artesanais de “ilhas” no Rio São Francisco, que pertence a fazendeiros da região, os quais delimitam suas propriedades com cercas no intuito de impedir a prática extrativista das marisqueiras e principalmente dos pescadores artesanais (Figura 46).

Figura 46 – Presença de áreas isoladas no Rio São Francisco, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2017.

As disputas desencadeadas por uma determinada coisa ou objeto no propósito em alcançar aquilo que almeja, mediante o jogo de interesses dos envolvidos, configuram-se em conflitos. A gênese do conflito ocorre mediante a disputa de algo em comum entre os atores sociais consoantes aos seus diferentes interesses, onde a busca pela vitória estabelece de quem é o poder (SILVA; MENDES; SANTOS, 2015).

Geralmente, o capital pode constituir fator decisivo para que um determinado grupo seja vitorioso no final do embate. Por sua vez, o grau de articulação desenvolvido por quem não detém capital, poderá contribuir de forma significativa para alcançar a vitória desejada.

Com o passar do tempo, o conflito pode emergir para dimensões maiores, à medida que outros atores sociais estejam engajados na esfera conflituosa. “O

acirramento dos conflitos dependerá dos atores e dos interesses em jogo pelo objeto em questão nas mais variadas escalas geográficas” (MELO E SOUZA; SILVA, 2013, p. 81).

No entanto, apenas uma pequena parcela dos envolvidos nos embates alcançarão seus anseios, ao passo que o poder econômico daqueles que o detém é considerado fator fundamental para garantir, de certa forma, a vitória desse determinado grupo, tornando-os dominantes daquele determinado território.

Segundo Oliveira e Silva (2017), por exemplo, os conflitos envolvendo as comunidades quilombolas são decorrentes de fatores como o processo de regularização fundiária e certificação quilombola, sobretudo pela posse de terras, desperta o interesse de outros atores sociais, principalmente fazendeiros que desejam dominar o território de tais comunidades. Esses embates podem contribuir para que as comunidades se fortaleçam como estratégia de resistência, estabelecendo formas de organização, a fim de assegurar sua identidade e o seu modo de vida no espaço em que vivem. Em relação a esse aspecto:

“Na verdade, a Norcon tinha como intuito esvaziar os moradores da comunidade quilombola da Resina para implantar resorts. Alguns desses moradores aceitaram a proposta feita por representantes da Norcon, a de deixar a comunidade em troca de casas mobiliadas no Saramém, ou seja, uma parte dos moradores que compõem a comunidade trocou a posse da terra por uma casinha de cômodo. Eles foram embora, só que o outro grupo de moradores que ficou resistindo para não deixar a comunidade. Depois de alguns dias, os moradores que aceitaram a proposta da Norcon se arrependeram, mas os que não se renderam não aceitaram o retorno dos outros para a comunidade porque não permaneceram lutando para defender nosso espaço” (Ator 28). Entrevista concedida em 15/06/2018.

Essas ideias remetem que a união estabelecida entre os membros das comunidades tradicionais é uma característica peculiar no sentido de fortalecer os seus interesses e de assegurar no território em que se encontram, explorando os recursos naturais existentes e garantindo sua sobrevivência. Os pescadores artesanais e as marisqueiras se organizam de forma coletiva com relação à produção, onde em alguns casos, ocorre divisão dos produtos. Nesse viés:

“Tudo o que temos aqui na comunidade é fruto do nosso suor. Não recebemos incentivos de ninguém” (Ator 29). Entrevista concedida em 18/01/2018.

Com base nessa explanação, na comunidade quilombola da Resina, alguns dos conflitos desencadeados caracterizam-se da seguinte forma:

“O que aparece de opressão não é fácil. Recebemos muita ameaça. Tem uns companheiros inseridos no Programa de Proteção a testemunha do Governo Federal. Mas, já teve perseguição mesmo de espera. O camarada esperar o cara sair no quintal à noite, mas graças a Deus ele não saiu de casa. Teve também carros perseguindo passando nas portas de outros companheiros, além de recados de “vou pegar”, vou mandar subir” (Ator 30). Entrevista concedida em 18/01/18.

Nesse cenário, os conflitos em função da apropriação do território se manifestam de diferentes formas. No caso dos pescadores artesanais e marisqueiras, esses conflitos ocorrem à medida que esses membros das comunidades tradicionais tentam adentrar as áreas privadas pertencentes aos fazendeiros e carcinicultores. E também pela disputa do território para obtenção do recurso natural, isto é, um pescador ou marisqueira está pescando em determinado compartimento, outro membro não pode realizar essa atividade no mesmo local, havendo disputa caso esta situação se concretize.

Os impactos socioambientais provocados por essas atividades afetam diretamente o modo de vida dos membros das comunidades tradicionais, bem como fragiliza a dinâmica dos ecossistemas naturais essenciais para manter a base socioeconômica dessas populações. Assim, os pescadores artesanais e marisqueiras tendem a desenvolver outras estratégias de sobrevivência, além de estabelecer mecanismos no intuito de fortalecer a permanência no território em que se encontram.

Para Alves *et al.*, (2007), a redução na quantidade do pescado pelos pescadores artesanais e marisqueiras justifica-se pela implantação das barragens no Rio São Francisco, especialmente com o funcionamento da Usina Hidrelétrica de Xingó e a implantação de viveiros para o cultivo de camarão. Além dos impactos provocados pelos membros das comunidades tradicionais, como por exemplo, o descarte e, em seguida, a queima dos resíduos sólidos (Figura 47). Esse descarte também é uma prática dos turistas que consomem e descartam os resíduos sólidos no espaço. Apesar da queima, os pescadores artesanais não reconhecem tal prática como impacto. Ao contrário da comunidade quilombola da Resina, no povoado Saramém, há coleta de resíduos sólidos dois dias na semana: terça e sexta-feira. Mesmo assim, alguns moradores descartam em terrenos baldios.

Figura 47 – Registro de queima dos resíduos sólidos por moradores da comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Além disso, são adicionadas substâncias tóxicas no manguezal pelos carcinicultores, que lançam os dejetos no manguezal e no Rio São Francisco, contribuindo para a redução das espécies de mariscos e crustáceos que aí habitam (Figura 48).

Figura 48 – Efeito de substâncias tóxicas em manguezal no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Com base no estado que se encontram algumas áreas de manguezais, a marisqueira salientou que:

“O mangue está ralo. Hoje em dia, dá para correr dentro dele porque o pessoal tira madeira para construir casas, desmatando o mangue,

fora a água dos viveiros de camarão que são jogadas aqui” (Atriz 31). Entrevista concedida em 28/11/2018.

Os resultados das ações desenvolvidas pelos diferentes atores sociais refletem diretamente no ambiente em que utilizam para a realização de suas atividades, afetando negativamente o modo de vida dos pescadores artesanais e marisqueiras. Com base nesse pressuposto, onde o que interessa é obter resultado positivo em suas atividades, os conflitos ganham força, podendo evoluir para dimensões maiores.

As evidências dos conflitos existentes na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém, manifestam-se das mais diferentes maneiras entre os atores sociais, que objetivam a todo modo alcançar o que foi traçado.

De modo geral, os conflitos, existentes na comunidade quilombola da Resina (Quadro 8) e no povoado Saramém (Quadro 9), estão por toda parte, já que os envolvidos e não-envolvidos, de alguma forma, almejam alcançar seus próprios interesses. Para isso, desenvolvem as estratégias necessárias para a concretização de seus objetivos traçados.

QUADRO 8 – Principais conflitos na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE.

Conflito	Atores Envolvidos
Uso da Terra	Pescadores artesanais X Pescadores artesanais
Apropriação, Controle e Uso	Pescadores artesanais X Fazendeiros
Apropriação, Controle e Uso	Pescadores artesanais X Carcinicultores
Apropriação, Controle e Uso	Pescadores artesanais X Empresários

Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Os conflitos entre os pescadores artesanais na comunidade quilombola da Resina ocorrem devido à demarcação de um determinado ponto do Rio São Francisco, através de seus instrumentos de deslocamento utilizados na pesca artesanal, como por exemplo, o barco.

QUADRO 9 – Principais conflitos no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.

Conflito	Atores Envolvidos
Uso da Terra	Pescadores artesanais X Pescadores artesanais
Uso da Terra	Marisqueiras X Marisqueiras
Apropriação, Controle e Uso	Pescadores artesanais X Fazendeiros
Apropriação, Controle e Uso	Pescadores artesanais X Carcinicultores
Apropriação, Controle e Uso	Marisqueiras X Carcinicultores

Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Os conflitos entre pescadores artesanais e fazendeiros na comunidade quilombola da Resina ocorrem mediante a delimitação de suas propriedades com cercas (Figura 49) e, em alguns casos, com arame farpado com o objetivo de impedir o acesso a suas propriedades pelos pescadores artesanais. Outro ponto relevante nesse tipo de conflito é a contratação de capangas pelos fazendeiros, os quais passam ordens, a fim de quem quer que seja adentrar nas suas propriedades. Em caso de desobediência, as penalidades são as mais severas possíveis.

Figura 49– Presença de cerca em lagoa na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Em relação a este tipo de conflito:

“Só podemos utilizar essa parte da lagoa, da cerca para trás. Do outro lado da cerca, não podemos entrar por conta dos empregados dos fazendeiros que não permite o acesso de ninguém aqui da comunidade. Desse arame para cá, plante o que vocês quiserem. Agora da cerca para lá, não entre” (Ator 32). Entrevista concedida em 13/04/2018.

Os conflitos entre os pescadores artesanais e carcinicultores na comunidade quilombola da Resina reside no fato de que os dejetos produzidos na atividade da carcinicultura são lançados no Rio São Francisco, provocando a falência de espécies de peixes.

Os conflitos entre pescadores artesanais e empresários na comunidade quilombola da Resina são delineados pela tentativa de instalação de um *resort* com vista para o Rio São Francisco e, ainda por cima, substituindo os barcos dos pescadores por catamarãs, conforme relato do ator 33.

“Queriam tirar a gente daqui fazendo armadilhas querendo que nós assinássemos documento para mandar a gente para outro local e alegar que abandonamos à comunidade” (Ator 33). Entrevista concedida em 13/04/2018.

Os conflitos entre os pescadores artesanais, no povoado Saramém, decorrem da demarcação de um determinado ponto no Rio São Francisco, através de barco, onde é colocado um dia anterior a prática da pesca. Geralmente ninguém mexe nem tampouco retira do local no qual foi colocado. Outra situação frequente, nesse tipo de conflito, é quando o pescador lança a rede próxima a outro que está desenvolvendo a atividade.

Os conflitos entre as marisqueiras, no povoado Saramém, ocorrem pela competição de um determinado local do manguezal para a coleta, principalmente a cata dos mariscos, além da utilização da redinha, a qual é colocada, segundo os entrevistados, “na boca” do buraco onde o caranguejo entra. Nesse processo, quando o caranguejo, independente se é macho ou fêmea, acaba ficando preso e, conseqüentemente, morrendo, ou seja, essa prática que hoje garante o sustento das famílias, no futuro não vai ter nem para quem não adota esse tipo de prática, ou seja, uma prática insustentável. Apesar dos riscos que o pesquisador sofre, o cambista me acompanhou até o local em que pescadores artesanais estavam confeccionando a redinha (Figura 50).

Figura 50 – Confeção de redinha por pescadores artesanais no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Em relação a este tipo de conflito:

“Quando vamos para o manguezal e percebemos que ali já existe outra marisqueira pegando caranguejo, procuramos outro local para pegar o caranguejo” (Ator 34). Entrevista concedida em 28/11/2018.

Os conflitos entre pescadores artesanais e fazendeiros, no povoado Saramém, ocorrem mediante a construção de muros para impedir que as águas, durante a maré alta, adentre a produção de coqueiro. Constroem cercas em suas propriedades e contratam vigias para fiscalizar os pescadores, a fim de que estes não roubassem coco.

Os conflitos entre marisqueiras e carcinicultores, no povoado Saramém, decorrem da implantação de cultivo de camarão em áreas próximas ao ecossistema do manguezal, o qual recebe todos os resíduos gerados nessa atividade (Figura 51).

Figura 51– Descarte dos dejetos da carcinicultura em manguezal, no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Com base nesse tipo de conflito:

“Nós vivenciamos isso e muitas vezes temos que ficar calados porque somos pequenos e só tem vez os grandes” (Ator 35). Entrevista concedida em 27/11/2018.

Os conflitos entre pescadores artesanais e carcinicultores, no povoado Saramém, ocorrem devido ao desmatamento do manguezal para a construção de viveiros de camarão, onde os efluentes oriundos dessa atividade são descartados nas áreas de manguezal. Além disso, os galhos cortados são depositados no Rio São Francisco, dificultando a captura do pescado e danificação nas redes de pescar.

3.4 Redes e Tramas de Atores Sociais *versus* Conflitos Territoriais

Segundo Santos (2002), uma rede é composta por pontos e linhas. A conexão de um ponto ao outro são estabelecidas conexões, através das técnicas, entre diferentes pontos e são estabelecidas diferentes relações, ou seja, as redes são indissociáveis das técnicas. “As redes são formadas por troços, instalados em diversos momentos, diferentemente datados, muitos dos quais já não estão presentes na configuração atual e cuja substituição no território também se deu em momentos diversos” (SANTOS, 2002,

p. 263). As redes são delineadas por pontos, os quais estabelecem contato um com os outros, através das relações desenvolvidas pelos atores sociais.

Para Haesbaert (1995), as redes estão intimamente relacionadas com o processo de desterritorialização, mais precisamente no que tange a seus delineamentos com os chamados circuitos de “fluidez” do capital. O autor menciona ainda que este processo, na maioria das vezes, encontra-se integrado em diferentes escalas, através da dinâmica de reterritorialização. Nessa perspectiva, o capital exerce papel fundamental na apropriação do território por aqueles que o detém, refletindo na desigualdade para com os que não possuem e provoca mudanças significativas no espaço.

Em função da ação do capital nos territórios das comunidades quilombolas, há aqueles territorializados (pescadores e pescadoras artesanais e marisqueiras), que vivem diariamente no território, e os extraterritoriais que não são residentes (empresários, fazendeiros e carcinicultores), mas exercem atuação em detrimento as atividades desenvolvidas (Quadro 10).

QUADRO 10 - Atores territorializados e extraterritoriais na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.

Atores Territorializados	Atores Extraterritoriais
Pescadores e pescadoras artesanais, que se reproduzem a partir das espécies de pescado obtidos nos cursos fluviais, riachos e lagoas.	Fazendeiros, que apesar de possuírem propriedades não exploram os recursos naturais existentes e contratam empregados para cuidar e impedir o acesso dos membros das comunidades tradicionais. Além de carcinicultores que desenvolvem o cultivo de camarão para atender o mercado externo.
Mulheres que fabricam o óleo de coco, o qual é comercializado nas feiras livres, gerando renda.	Empresários da Norcon ligados ao setor turístico, que tinham como objetivo construir <i>resorts</i> no território dos pescadores artesanais e expropriá-los.
Marisqueiras, que se reproduzem mediante a obtenção de mariscos e crustáceos nas áreas de manguezal.	Cambista, que embora se auto declare como quilombola, desenvolve forma de apropriação sobre os recursos naturais extraídos no manguezal pelas marisqueiras. Em contrapartida, o BNB é um parceiro do pescador artesanal em função da liberação de financiamento para a aquisição dos apetrechos e instrumentos da pesca.

Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Segundo Melo e Souza (2007), as redes são marcadas pelas relações técnicas e regras de divisão técnica do trabalho. A divisão do trabalho é estabelecida pelos membros das comunidades tradicionais, respeitando a disponibilidade de cada um. Nessa conjuntura, a relação de gênero nas atividades extrativistas é perceptível. Em alguns casos, há proibições entre os integrantes do grupo, mediante determinadas tarefas, como por exemplo, a tentativa de adentar em área privada para extrair os recursos naturais, além da divisão do pescado que nem sempre ocorre de maneira igualitária entre os pescadores artesanais.

As redes sofreram configurações na forma de organização dos pescadores artesanais, através dos seguintes acontecimentos: surgimento das colônias e associações, introdução de apetrechos utilizados na pesca industrial e o sistema de corporativismo. Esses fatores interagem entre si, visto que as comunidades tradicionais buscam se reproduzir pela coleta dos recursos naturais, embora de forma insustentável, em algumas situações.

A aquisição de apetrechos da pesca industrial pelos pescadores artesanais ocorre em parceria com subsídio financeiro proporcionado pelo Banco do Nordeste (BNB), de forma a garantir o sustento da família caracteriza a dimensão simbólica que, de certo modo, é uma forma dos pescadores e pescadoras artesanais da comunidade quilombola da Resina e do povoado Saramém, favorece que tais sujeitos sociais territorializados continuem se reproduzindo nos seus territórios a partir de suas atividades extrativistas.

O processo de desterritorialização apresenta dimensões e escalas variadas. Tais dimensões podem ser simbólicas, com a destruição dos símbolos criados e atribuídos aos elementos da natureza, identidades fixadas no espaço; político, representado pela concentração de poder, e econômico, com a realização de outras atividades que antes não eram desenvolvidas no território.

Segundo Souza (2007), o processo de desterritorialização provoca, entre outras consequências, a angústia dos que sofrem este processo, visto que reconstróem sua identidade em outro espaço em prol de garantir sua sobrevivência, através do extrativismo. Tal processo está intimamente relacionado aos conflitos desencadeados no território.

Para Chelotti (2013), o processo de territorialização consiste na formação de um novo território, enquanto que a desterritorialização representa a destruição do território e, a partir do momento em que o território é recriado, têm-se o processo de reterritorialização, os quais são discutidos frequentemente quando se trata da globalização. Esses processos transcorrem, na maioria das vezes, em virtude do poder econômico dos que detém em se apropriar de um determinado território.

Os processos de desterritorialização-territorialização-reterritorialização, que ocorrem no território, é fruto dos distintos interesses dos atores sociais no que tange a apropriação do território para desenvolver suas atividades, cuja apropriação, no caso dos fazendeiros, carcinicultores e empresários, resultam na desterritorialização dos pescadores artesanais e marisqueiras.

Alguns moradores da comunidade quilombola da Resina aceitaram a proposta feita pela Norcon Rossi Empreendimentos S/A em deixar o território em que estavam em troca de casas mobiliadas (à esquerda) no povoado Saramém (Figura 52). Aqueles que moravam na comunidade, possuíam casas relativamente simples, às quais eram construídas por materiais, como por exemplo, palha de coqueiro e barro (Figura 53). Tal empresa tinha como objetivo implantar *resorts* na área, ou seja, foram desterritorializados do território de origem e reterritorializados em outro território “desconhecido”. Em ambos os casos, as residências diferenciam-se uma da outra em relação ao tipo de material utilizado para a construção de tais.

Figura 52 – Estrutura das casas recebidas pelos moradores da comunidade quilombola da Resina, no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Figura 53 – Estrutura das casas dos moradores da comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Com relação a esse aspecto:

“O padre Isaías ajudou a abrir os olhos da comunidade a correr atrás dos seus direitos porque o pessoal da empresa Norcon queria comprar o espaço para implantação de um resort” (Atriz 36). Entrevista concedida em 05/07/2017.

A implantação desse empreendimento alteraria o modo de vida das comunidades ribeirinhas do Rio São Francisco, pois contemplaria apenas a viabilização econômica dos empresários, colocando em xeque o sentimento de pertencimento de tais comunidades.

Chelotti (2013) enfatiza que a reterritorialização constitui um processo complexo, pois resulta na mudança do modo de vida, do espaço de morada, de encarar o desconhecido, o “novo”. Na verdade, em algumas situações, a adaptação ao novo espaço totalmente desconhecido, que se difere do seu de origem, é difícil e demora um determinado tempo para se readaptar neste novo espaço, uma vez que geralmente o tipo de cultura divergem daquela que possuía.

“Mas a reterritorialização não modifica apenas a vida das pessoas que estão chegando, modifica também o lugar, na medida em que novas relações necessitam de

ser (re)estabelecidas” (CHELOTTI, 2013, p. 18-19). Nesse âmbito de discussão, a desterritorialização tem como consequência a migração de determinados povos de um espaço para outro, onde são mantidos novos modos de vida, através das relações desencadeadas.

Nesta pesquisa, as diversas relações e dinâmicas desenvolvidas pelos pescadores artesanais e marisqueiras, assumem significados que se aproximam das tramas.

No território, as tramas são configuradas pelas diferentes relações entre os atores sociais de acordo com os seus propósitos desejados, através das técnicas introduzidas na concretização das suas atividades, sobretudo nos locais que apresentam recursos naturais, sem perder de vista a forma de obtenção destes. Entretanto, a forma como esses recursos são obtidos pelos atores sociais, muitas das vezes, resulta na insustentabilidade e acarretam o modo de vida dos pescadores artesanais e marisqueiras, por mais simples que seja a técnica introduzida nas atividades para a coleta dos recursos naturais.

Nem sempre os atores sociais desenvolvem suas atividades no local em que residem ou então desenvolvem mais de uma atividade em locais distintos, a fim de aumentar sua renda. No fluxo de um local para outro, as tramas são configuradas como fruto das relações estabelecidas nos diferentes territórios pelos atores sociais para fins de atingir seus anseios.

As atividades extrativistas são regidas pela divisão territorial das áreas de pesca e/ou mariscagem, levando-se em consideração as regras intrínsecas determinadas pelo próprio grupo, conduzindo para a permanência dessas atividades no que se refere a questão do gênero, sobretudo na pesca artesanal.

Nas tramas, um elemento fundamental desenvolvido pelos pescadores artesanais e marisqueiras é o contato estabelecido com os outros integrantes da comunidade. No caso do extrativismo dos mariscos e crustáceos no manguezal, quando é percebida a fiscalização pelo IBAMA, na tentativa de identificar a forma de obtenção dos recursos naturais, por algum, companheiro que não está desenvolvendo a atividade, o mesmo tenta, de alguma forma, entrar em contato com eles, a fim de evitar que sejam penalizados. Diante dessa situação, ficam evidentes os laços de união para com os demais da comunidade. As relações de troca são efetuadas diretamente para o cambista

que reside no povoado Saramém, indivíduo assíduo e com interesse em adquirir toda a -
-produção das marisqueiras.

Na pesca artesanal, realizada no Rio São Francisco e no mar, as tramas são evidenciadas pelo grau de aproximação entre as famílias que obtém o pescado em conjunto com outras, bem como na partilha dos equipamentos para realização de tal atividade e nas relações de troca do pescado por outros produtos. É comum o desconforto entre algumas famílias, em virtude de partes específicas da pesca, pela demarcação de barcos, gerando conflitos internos.

Esses conflitos assumem maiores dimensões quando as comunidades tradicionais tentam adentrar as áreas privadas pertencentes aos fazendeiros e aos carcinicultores, seus meios de delimitação, os corpos hídricos e o manguezal.

No transcurso dos pescadores artesanais e marisqueiras para os locais de obtenção dos recursos naturais, as relações emergem pelos contatos estabelecidos, na busca de sua sobrevivência. Em alguns casos, deparam-se com proibições por parte dos fazendeiros e carcinicultores para aquisição de tais recursos.

Capítulo 4

**Conservação e Ocupação na Comunidade Quilombola da Resina e
no Povoado Saramém, em Brejo Grande/SE**

Neste último capítulo, foram abordadas as formas de estratégias e de resistência adotadas pelos pescadores artesanais e marisqueiras, que possuem identidade quilombola, para continuar no território extraindo os recursos naturais. Comumente, enfrentam desafios não apenas pela vontade incessante, principalmente dos fazendeiros, em expropriá-las, mas também por alguns integrantes que não se auto reconhecem como quilombola.

4.1 Estratégias de Luta: Possibilidades e Desafios das Comunidades Tradicionais, em Brejo Grande/SE

Os diferentes grupos humanos que compõem a sociedade, de alguma forma, desenvolvem suas próprias estratégias, não apenas de sobrevivência, mas principalmente de lutas para permanecer no território em que se encontram e/ou conquistar outros territórios. Estas estratégias são norteadas pelos saberes empíricos que foram transmitidos pelas gerações passadas e assim se reproduzem no território. Geralmente, há o compartilhamento, através das relações rotineiras diárias ou até mesmo no desenvolvimento das suas atividades extrativistas. A identidade cultural dos pescadores artesanais e marisqueiras, os quais possuem identidade quilombola, é uma característica coletiva, já que cada membro que integra a comunidade, em alguns casos, compartilham seus conhecimentos com os outros durante as relações desencadeadas nas atividades rotineiras.

Esses conhecimentos norteiam não apenas a coleta dos recursos naturais durante as atividades extrativistas praticadas no seu território, mas também durante outras práticas rotineiras desenvolvidas pelas comunidades quilombolas, que possuem traços e significados próprios, aspectos estes caracterizadores de um determinado povo em seu território.

Em relação a esse aspecto:

“Ser negro não significa ser quilombola. É preciso se auto reconhecer que possui essa identidade. Eu sou e faço parte desse povo. Eu tenho essa raiz. Nós possuímos práticas que só quem é quilombola entende o porquê daquilo” (Ator 37). Entrevista concedida em 29/11/2018.

No território quilombola, mais precisamente na comunidade quilombola da Resina, há restrição àqueles que não possuem identidade quilombola para adentrar ao seu território, portanto, os recursos naturais são explorados apenas por integrantes altamente declarados como quilombolas e que residem em tal localidade (Figura 54).

Figura 54– Pescador artesanal quilombola na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Em relação a esse aspecto:

“No território quilombola da Resina, só pode usufruir do que existe no território quem é quilombola” (Ator 38). Entrevista concedida em 29/11/2018.

Os povos tradicionais, com tal identidade, em alguns casos, não são vistos de forma harmônica por determinadas camadas da sociedade. Essa conjuntura pode ser identificada nas comunidades quilombolas, pois mesmo com a certificação do território quilombola do território e do processo de regularização fundiária, os conflitos são desencadeados em função do desejo de outros sujeitos sociais em se apropriar das terras, fortalecendo, em alguns casos, os povos tradicionais em detrimento as relações de disputa em território quilombola, representando manifestação de resistência (OLIVEIRA; SILVA, 2017).

A busca pela apropriação do território quilombola afeta o modo de vida das populações tradicionais, uma vez que atinge os direitos dos que necessitam dos recursos naturais para sobreviver, além de afetar a história construída no espaço ao longo do tempo, e que lutam incansavelmente para permanecer onde se encontram usufruindo de tais recursos. Assim, “O território é o elemento de construção da identidade étnica, que é o ponto mais importante da estrutura social” (LIRA; NETO, 2016, p. 47).

O território quilombola assume status da utilização do espaço, onde ocorre a reprodução social das comunidades tradicionais, abrangendo as dimensões material e imaterial, já que o território representa não somente o espaço de reprodução, valores, crenças e, sobretudo, de vida, como também o local onde são configuradas as lutas e as resistências frente aos impasses vivenciados pelos povos tradicionais, a fim de permanecer usufruindo dos recursos naturais (LIRA; NETO, 2016).

Esses aspectos pertencentes da identidade quilombola norteiam suas práticas de obtenção dos recursos naturais no território, ao mesmo tempo, que, fortalecem diante dos fazendeiros, ao tentar se apropriar das terras. Nesse sentido,

A permanência na terra não se faz regulada por categorias formais de propriedade e sim, pelo próprio grupo que determina, através do “direito costumeiro”, as regras que orientam todos os planos da vida social. As formas de acesso a terra, incluem as dimensões simbólicas e as relações sociais. A estreita relação do grupo com a terra representa uma relação social bastante complexa e aponta para a existência da terra como território (LIRA; NETO, 2016, p. 47-48).

Diante do exposto, as formas de exploração da terra são determinadas pelas próprias comunidades quilombolas, fomentando a relação de coletividade de tais comunidades, a partir das regras estabelecidas entre elas no território.

As formas de organização dos pescadores e pescadoras artesanais e marisqueiras, na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém, na busca pelo fortalecimento e de assegurar sua identidade no território, dá-se pela vinculação nas associações e colônia, mediante seus cadastros, a fim de assegurar, de forma coletiva, os direitos igualitários entre todos da comunidade.

No caso da comunidade quilombola da Resina, todos os entrevistados salientaram que participam da associação existente na comunidade, a qual é intitulada “Associação da Comunidade Tradicional dos Pescadores Artesanais da Resina” (Figura 55), ligada a Associação Santa Cruz de Brejão dos Negros, que representa as comunidades quilombolas. Atualmente, há aproximadamente 50 famílias cadastradas, no entanto, algumas dessas famílias residem no povoado Saramém. A associação tem como finalidade atender os interesses dos pescadores artesanais.

Figura 55 – Associação da comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Geralmente, as reuniões (Figura 56) ocorrem uma vez por mês, onde são discutidos pontos essenciais a respeito da pesca artesanal e da própria comunidade, de modo a atender os anseios de todos. Cada pescador ou pescadora cadastrado possui uma carteirinha lhe conferindo a titulação enquanto pescador, onde o pescador contribui com

o valor simbólico de R\$ 10,00 mensalmente para a associação. Dessa maneira, todos são sócios.

Figura 56– Reunião com pescadores e pescadoras artesanais na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

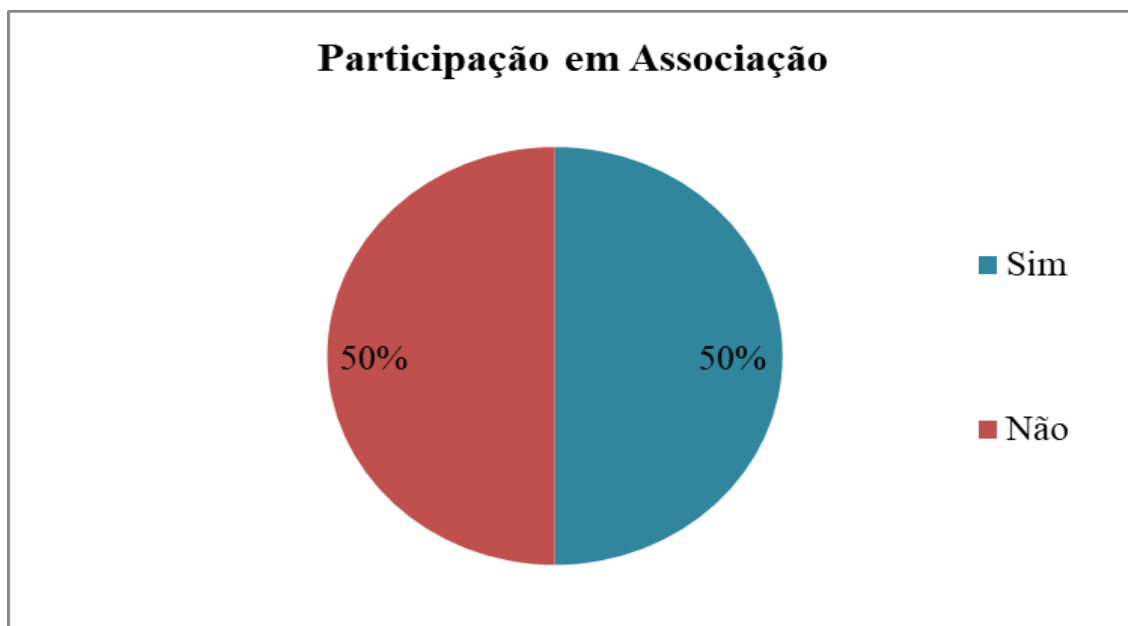
Durante a reunião, cada pescador artesanal expõe seu ponto de vista, sugerindo melhorias em prol dos seus semelhantes. Ou seja, todos são engajados no processo de tomada de decisão, estabelecendo igualdade e imparcialidade entre os envolvidos.

Com relação a esse aspecto, a atual presidente da associação salientou que:

“Aqui as questões são debatidas de forma conjunta e não de forma individual. O que é pensado e decido é para todos, de forma igualitária” (Ator 39). Entrevista concedida em 13/04/2018.

Quanto ao povoado Saramém, 50% dos entrevistados salientaram que participam de associação e 50% que não (Figura 57). Vale ressaltar que, mesmo praticando a pesca artesanal, nem todos os pescadores artesanais são vinculados a Associação Comunitária do Povoado Saramém e adjacências. Apesar de ser um povoado, os moradores do Saramém apresentam o sentimento de comunidade.

Figura 57 – Participação dos moradores do povoado Saramém na associação, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Inicialmente, houve uma reunião com os pescadores e pescadoras cadastrados para designar um nome. Essa associação apresenta os mesmos pressupostos que a associação da comunidade quilombola da Resina, ou seja, de atender os interesses de todos. A referida associação é composta por pescadores artesanais do Sarámém, do antigo povoado Cabeço e da Resina, mais precisamente oito famílias que deixaram suas residências em casas mobiliadas em tal comunidade, devido ao acordo firmado por empresários da Norcon.

Outra forma de representação política dos pescadores artesanais e marisqueiras é o cadastro nas colônias de pescadores. No caso desses sujeitos sociais, ambos estão vinculados a Colônia de Pescadores de Neópolis. Somente depois, houve a criação de uma Colônia de Pescadores na sede do município de Brejo Grande, na tentativa de atrair os pescadores artesanais a participar desta. A colônia está voltada para atender as demandas regionais das comunidades, enquanto que a associação atende as necessidades locais a partir das relações sociais e de vivência das comunidades tradicionais, como por exemplo, viagens, doenças, entre outros.

É nas colônias que os pescadores e pescadoras artesanais assinam para receber o seguro defeso durante o período de desova dos peixes, os quais ficam proibidos de

realizar a pesca. O seguro defeso é pago em quatro parcelas iguais. Nem sempre é pago nos dias estabelecidos pelo Governo Estadual. Dessa forma, geralmente durante esse período, há fiscalização para combater a atividade extrativista. No entanto, segundo alguns entrevistados, há aqueles que driblam a fiscalização, realizando a pesca no período noturno. O seguro defeso de 2018, ainda não foi pago aos pescadores artesanais até o presente momento da defesa desta pesquisa (fevereiro de 2019).

“Alguns pescadores aqui da Resina já começaram a receber as parcelas referentes ao seguro defeso” (Ator 40). Entrevista concedida em 14/02/2019.

4.2 Comunidades Tradicionais em Tempos da Expropriação

O processo de expropriação está associado ao chamado “progresso”, uma vez que este progresso afeta diretamente os membros das comunidades tradicionais, sobretudo nas dimensões social, cultural e econômica, colocando em xeque o modo de vida daqueles que necessitam dos recursos naturais para sobreviverem. “O “progresso” buscou desestruturar as formas de resistência social dos agentes sociais identificados como “ribeirinhos” (MAIA; MARIN, 2014, p. 3)”. A ideia de “progresso” está atrelada ao grau tecnológico na concretização das atividades pelos distintos atores sociais, variando das técnicas mais simples para as mais modernas, a depender daqueles que detém capital para aquisição de tais.

Segundo Diegues (2001), as técnicas empregadas nas atividades causam impactos socioambientais. No caso dos membros das comunidades tradicionais, as técnicas são classificadas como simples e, por sua vez, provocam impactos de menores intensidades, quando comparado com as técnicas introduzidas pelos carcinicultores e fazendeiros. E o trabalho é realizado de forma artesanal entre os membros da família do início até o final do processo.

Os pescadores artesanais e marisqueiras estão sujeitos a sofrerem o processo de expropriação em decorrência do desejo dos fazendeiros, carcinicultores e empresários em se apropriar do território em que os membros das comunidades tradicionais desenvolvem suas práticas extrativistas na obtenção dos recursos naturais, comprometendo sua reprodução social, cultural e econômica naquele espaço.

Para Maia e Marin (2014), os conflitos decorrem dos distintos pontos de vistas sobre o território, sobretudo dos diferentes modos de apropriação e usufruto dos recursos naturais pelos atores sociais, bem como os significados que são atribuídos ao território, através das relações desencadeadas mediante a convivência com os demais membros da comunidade e nas atividades desenvolvidas. Nessa perspectiva, o processo de dominação do território pode provocar a expropriação das comunidades tradicionais. No entanto, nem sempre os fazendeiros, carcinicultores e empresários conseguem atingir seus objetivos em se apropriar dos territórios em que se encontram os pescadores artesanais e marisqueiras.

Na concepção de Costa Filho (2011), o processo de expropriação dos territórios em que se encontram as comunidades tradicionais é marcado indissociavelmente pelas suas lutas de recuperar os seus territórios antes ocupados. A expropriação dos povos tradicionais desencadeia os processos de desterritorialização, territorialização e reterritorialização que ocorrem no território em consonância com o arcabouço de relações sociais estabelecidas como também o espaço em que essas diferentes relações são concretizadas pelos envolvidos.

O que evidenciamos nos dias atuais são proliferações de múltiplos territórios ou, melhor dizendo, multiterritorialidades. O território, além de sinônimo de poder, também é sinônimo de diversidade. E é na diversidade dos territórios que se constroem novas geografias, muitas vezes fazendo o percurso contrário aos interesses dos grupos historicamente hegemônicos (CHELOTTI, 2013, p. 11).

No território, pode ser evidenciado diferentes relações em função dos distintos povos que estão inseridos nessa categoria de análise. Nesse espaço, nem sempre os envolvidos apresentam as mesmas condições no que tange a esfera financeira, ou seja, ao capital. Esse fator provoca desigualdade para as comunidades tradicionais, que ficam vulneráveis ao poder de dominação de seus territórios.

Nessa concepção, Costa Filho (2011), afirma que as comunidades quilombolas perpassam pelo processo de invisibilidade, as quais são silenciadas, visto que estão sujeitas as influências econômicas, fundiárias, discriminação e, muitas das vezes, esquecidas na esfera política e social. “A expropriação, assim, além de acarretar as perdas mais óbvias, desencadeia um amplo processo de desenraizamento e contribui para a desarticulação de todo o grupo” (ALARCON; TORRES, 2014, p. 72).

É importante o fortalecimento e reconhecimento de tais comunidades para reivindicar seus direitos e permanecer no território, onde construíram sua identidade. Os impasses é uma realidade vivenciada por elas, mas devem estabelecer formas estratégicas e lutar contra o processo de apropriação pelos que detém poder, uma vez que estas sendo dominadas são forçadas a deixar o território de origem e buscar um “novo” território para continuar com suas práticas extrativistas e, consequentemente, garantir sua reprodução. Assim,

Ao passo que grileiros e fazendeiros apropriaram-se de enormes extensões de terras públicas com interesse especulativo ou de crescimento patrimonial, a ocupação camponesa guiou-se por outros valores, sendo o principal deles a reprodução da família (ALARCON; TORRES, 2014, p. 45).

Para Mota *et al.*, (2016), a expropriação ocorre mediante a diminuição dos espaços livres detentores de recursos naturais para obtenção por meio das práticas extrativistas. Em alguns casos, tal expropriação acontece em razão da privatização às áreas utilizadas pelos povos tradicionais para extração dos recursos naturais.

Segundo Nunes (2011), as comunidades tradicionais que usufruem diretamente do curso fluvial, do mar e do mangue e do contexto envolvendo as relações com esses ambientes estuarinos, convivem sobre pressões em razão da reprodução do capital, sobretudo na apropriação dos recursos naturais. Essa forma de apropriação desigual coloca em xeque o modo de vida de tais comunidades que utilizam esses ambientes para a coleta de recursos naturais no território, categoria está em que as comunidades tradicionais possuem processo histórico e estratégico para se reproduzirem.

Ainda para a referida autora, as comunidades tradicionais resistem aos efeitos da reprodução do capital que provoca transformações nas áreas estuarinas, transformando-as em um arsenal de mercadorias e consumidores quanto paisagens-objeto em detrimento aos diferentes usos do espaço a partir da apropriação das belezas cênicas naturais, ganhando destaque para a especulação imobiliária.

No caso dos pescadores artesanais e marisqueiras da comunidade quilombola da Resina e do povoado Saramém, respectivamente, a situação não é diferente. Apesar dos pescadores artesanais da comunidade quilombola da Resina possuírem o direito a terra para explorar os recursos naturais concedidos pelo INCRA, o território é desejado pelos fazendeiros e empresários em se apropriar e desenvolver suas atividades. Os

empresários, principalmente aqueles do setor imobiliário, desejavam implantar condomínio de luxo com vista para o Rio São Francisco, gerando desconforto para as comunidades tradicionais. Há também fazendeiros que, mesmo não usufruindo dos recursos naturais existentes em suas propriedades, tentam a todo custo dominar o território dos pescadores artesanais que extraem os produtos das “áreas livres”, ou seja, do seu próprio território, sem adentrar ao território dos fazendeiros, mas mesmo assim, provoca insatisfação aos donos do poder.

No povoado Saramém, além de pescadores artesanais, há também as marisqueiras, que se reproduzem através dos produtos oriundos do mar, do Rio São Francisco e do mangue. No entanto, enfrentam impasses pela pressão exercida pelos fazendeiros que desenvolvem o cultivo de camarão. Estes, cada vez mais, por conta de possuir capital, expandem de forma desenfreada sua atividade, principalmente nas áreas de manguezal. Essa expansão afeta de forma direta o modo de vida das marisqueiras e pescadoras que utilizam o mangue para coleta de mariscos e crustáceos, visto que os carcinicultores desmatam as espécies vegetais do mangue, além do despejo frequente dos resíduos nesse ecossistema.

4.3 Sustentabilidade e Saberes Tradicionais Associados

A sustentabilidade é um termo bastante discutido no contexto ambiental e que apresenta vários conceitos em detrimento às visões de abordagem pelos diferentes teóricos nos seus estudos. Entretanto, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são termos utilizados como sinônimos principalmente pelo senso comum. Segundo Cruz; Souza (2018), o termo sustentabilidade deriva do latim *sustentari* e significa “conservar”, “sustentar”. O chamado paradigma da sustentabilidade surge para equacionar os padrões da vida humana e integra as dimensões ambiental, social, cultural, econômica e política.

Essas dimensões revelam que para atingir a sustentabilidade, faz-se necessário estabelecer perspectivas nas mudanças locais em relação ao processo de apropriação dos locais com recursos naturais, assim como as atividades desencadeadas pelo homem (PEDROTTI; SANTANA, 2015).

As práticas do consumismo exacerbado nas mais diferentes conjunturas da sociedade, possibilita a (re)pensar as nossas ações para com o meio ambiente e desenvolver mecanismos capazes de amenizar os impactos oriundos das nossas atividades, que de algum modo, afeta nossa vida. Cada cidadão apresenta concepção e é responsável por suas atitudes, seja no dia a dia com seus colegas e familiares, bem como no seu ambiente de trabalho.

O pressuposto da sustentabilidade está centrado no uso de tecnologias, tendo em vista sustentar os moldes do desenvolvimento econômico para os indivíduos das gerações subsequentes (SOUZA; LOBATO, 2018). Diante dessa abordagem, a grande preocupação é o modo de aplicação dessas tecnologias, sobretudo nos locais detentores de recursos naturais.

Para Melo e Souza (2007), a sustentabilidade torna-se ameaçada à medida que certos valores e aprendizados adquiridos pelos seus antepassados são extintos. Nesse caso, por mais simples que seja a forma de manejo com os recursos naturais, acarreta em impacto socioambiental e desencadeando a insustentabilidade. É muito difícil, nos dias atuais, mencionar quaisquer atividades que não provocam impactos socioambientais relacionadas à exploração de recursos naturais, como por exemplo, os pescadores artesanais.

Quanto às reflexões expostas acima, o pescador mostra sua preocupação com o meio ambiente:

“Temos que cuidar do ambiente porque se ele morrer, nós morreremos também (Ator 41). Entrevista concedida em 14/04/2018.

No entanto, nem todos que exploram os recursos naturais, apresentam certa preocupação para com a natureza. Às vezes, quando estão em grupo realizando a pesca artesanal ou a mariscagem, tal preocupação possa ser exposta apenas por um sujeito social, já que cada um possui uma visão particular acerca das relações em que estão inseridos.

Segundo Brito e Mélo (2015), as particularidades de cada comunidade advêm das relações estabelecidas no território em que se encontram no contexto de um indivíduo está próximo do outro, de estar presente ali, interagindo com os demais, vivendo juntos, isto é, de forma coletiva. “Essa declaração converge nos critérios que estão postos à comunidade, pela interação com o meio e o sentimento de cooperação,

porém essas mesmas relações estão fundamentadas por interesses de certa sociedade” (BRITO; MÉLO, 2015, p. 20).

Cada indivíduo possui suas características próprias. O contato de um com os demais alimenta e fortalece a união de tais indivíduos, e assim os laços de proximidades se tornam cada vez mais frequentes. O grau de proximidade perpassa a confiança um com o outro. Dessa forma, os indivíduos desvelam relações de forma conjunta, atendendo as suas perspectivas.

Nesse sentido, o termo comunidade exprime ideia moderna de um conjunto heterogêneo de indivíduos, que em particular, encontra-se em situação homogênea. Essa situação homogênea caracteriza-se pelas relações corriqueiras desencadeadas, bem como os interesses particulares de cada ator social envolvido, além dos sentimentos de pertencimento de cada um, adquiridos ao longo do tempo, contribuindo para fortalecer a identidade no território (BRITO; MÉLO, 2015).

Em contrapartida, nem sempre há convergência de interesses entre os indivíduos. Com o desenrolar dos interesses de cada um, a comunidade passa a não possuir caráter homogêneo. Assim, o território vai adquirindo novos olhares, conforme os interesses particulares dos envolvidos. À luz dessa discussão, “o saber ambiental muda o olhar do conhecimento e com isso transforma as condições do saber no mundo na relação que estabelece o ser com o pensar e o saber, com o conhecer e o atuar no mundo” (LEFF, 2016, p. 22).

Assim, o saber emerge do ato solidário do ser, na diversidade e nas questões diferenciais de cada envolvido, o que torna um ser diferente dos demais, apresentando projeção de vida para o futuro, sem esquecer dos acontecimentos vividos e apreendidos no passado, atribuindo termos próprios nas mais diferentes relações estabelecidas no território e com a natureza (LEFF, 2016).

Cada membro da comunidade apresenta saberes diferenciados que ajudam na obtenção dos recursos naturais, bem como nas diferentes formas de se relacionar com os demais membros que compõe a comunidade. A partir do contato entre ambos, seja na realização das atividades individuais ou coletivas, os saberes são transmitidos um para o outro. Como consequência dessa transmissão, há uma tendência das gerações futuras em herdar e aplicar em suas atividades.

Para Leff (2016), o saber social advém de um diálogo de conhecimentos, a partir do encontro de diferentes sujeitos sociais que se diferenciam pelas diversidades culturais, no qual cada sujeito partilha dos seus saberes com os outros.

Dentre os saberes dos pescadores artesanais e marisqueiras, destacam-se: os reparos em seus instrumentos de coleta dos recursos naturais, quando apresentam defeitos, como por exemplo, (a rede engancha e no ato do pescador puxar, ela rasga), mudança no tempo atmosférico - “ventos do norte”, que ocorre no verão, mais precisamente entre os meses de dezembro a fevereiro, favorece a obtenção de peixes de água doce e está associado a “maré grande”. Já os “ventos do sul”, que ocorre no inverno, mais precisamente entre os meses de junho a agosto, favorece a obtenção do robalo e está associada a “maré pequena”. Além disso, a utilização de troncos de coqueiro e sacos de areia contendo cimento e areia com o objetivo de para diminuir o impacto erosivo das marés (Figuras 58 e 59).

Figura 58– Parte de coqueiro utilizado para conter a erosão no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Figura 59– Sacos utilizados para conter erosão costeira no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Nem sempre todos os pescadores artesanais e marisqueiras utilizam seus saberes nas questões mencionadas anteriormente. Há uma variação individual do conhecimento que lhes são pertinentes e convenientes em determinadas situações, já que cada pescador artesanal e marisqueira é livre para colocar em prática ou não (Figura 60).

Figura 60 – Erosão costeira na comunidade quilombola da Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2018.

Na comunidade, são revelados os sentidos atribuídos ao território por aqueles que estão inseridos no mesmo, suas particularidades, e os indivíduos que atribuem segurança e confiança um aos outros (BRITO; MÉLO, 2015). Com isso, as relações firmadas pelos integrantes da comunidade buscam atender os propósitos almejados em benefício de todos e não apenas de um, mas, em alguns casos, aquilo que é alcançado é direcionado para o coletivo.

Dessa forma, o sentido de comunidade se consolida pela dinamicidade criada a partir das interações existentes entre as pessoas, através das relações recíprocas para com os demais em um determinado espaço, considerando as atividades que são desenvolvidas de forma a garantir o sustento de cada família que integra a comunidade (BRITO; MÉLO, 2015).

O sentido de comunidade está ancorado no sentido de lugar, possibilitando uma discussão acerca do pertencimento, a partir de várias dimensões que estão interligadas aos territórios individuais. A representação de um lugar traz a visão de quem habita e interioriza certa comunidade, onde o pertencimento e o lugar se apresentam como consequência desse processo de territorialização (BRITO; MÉLO, 2015, p. 24).

As autoras acima afirmam que a questão de pertencimento deriva-se dos laços afetivos construídos no território, sem perder de vista as relações de vivências e identidades. Este arcabouço de experiências decorre das relações e interações desenvolvidas pelo homem no espaço e adquiridas ao longo do tempo pelos seus antepassados (BRITO; MÉLO, 2015).

Os saberes são construídos e passados de geração a geração, em função das atividades desenvolvidas no território. O contato direto com cada qual possibilita novos aprendizados, novas experiências e são incrementadas nas suas atividades. Com a inserção de novos indivíduos nas atividades, estes também adquirirão esses aprendizados, ou seja, vai passando de um para os outros. Assim, os ensinamentos perdurarão para as novas gerações, isto é, dificilmente esses ensinamentos se perderão.

Para Diegues (2001), as diferentes formas de manejo dos recursos naturais exercidas pelos membros das comunidades tradicionais não constituem somente exploração econômica dos recursos naturais para garantir sua sobrevivência, no entanto revelam um arcabouço de conhecimentos empregados na realização de suas atividades, cujos saberes são produzidos pelos antepassados e herdados pelas gerações do presente.

Além de “mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais” (DIEGUES, 2001, p. 85).

O autor enfatiza que os membros das comunidades tradicionais apresentam conhecimento aprofundado acerca da natureza, os quais estabelecem estratégias quanto ao uso e manejo para com os recursos naturais, cujos conhecimentos são transmitidos de pai para filho.

Esses conhecimentos norteiam suas práticas extrativistas e, geralmente, garantem a aquisição dos recursos naturais disponíveis, principalmente nos cursos fluviais e nos manguezais. Entretanto, nem sempre esses recursos são obtidos de forma sustentável, já que a forma de manejo do solo de forma inadequada gera impactos socioambientais, como por exemplo, a utilização de malha inadequada para obter as espécies de pescado, desobedecendo assim à legislação e a prática de obter o caranguejo sal e o guaiamum por meio da redinha.

4.4 O Desafio de Manutenção das Comunidades Tradicionais

Viver em uma sociedade regida por um sistema que atende aos interesses individuais e que gera patamares diferenciados nos diferentes âmbitos, de fato, constitui um grande desafio, principalmente para aqueles que dependem inteiramente dos recursos naturais para sobreviverem e que sofrem da apropriação inadequada dos que detém poder. Tal sistema conduz para uma emergência no que tange as diferentes formas de apropriação dos territórios que possuem recursos naturais.

Com base nessa explanação,

Os recursos naturais são conceitos culturais e históricos e, portanto objetos das representações e domínios sociais, sobretudo, quando a ambientalização dos conflitos na sociedade moderna também são frutos de conceitos de modernização e progresso, cuja lógica é a distribuição desigual dos riscos que afeta a população alterando as percepções das questões ambientais, suas soluções e a forma de mediação sociocultural entre os diferentes grupos (ARAÚJO; NETTO; GOMES, 2015, p. 84).

O poder econômico é um fator que, muitas das vezes, garante que aqueles que o detém, marginalize quem não o detém, estabelecendo disputa por determinado território,

colocando em xeque o modo de vida das comunidades tradicionais que, há muito tempo, desenvolvem atividades nesse espaço. Nesse cenário pela busca em dominar o território, os conflitos emergem em virtude dos distintos interesses dos envolvidos. Esse poder concentrado nas mãos de poucos, contribui para alimentar ainda mais os conflitos existentes na tentativa de apropriação do território.

Mesmo diante do jogo de interesses e dos impasses vivenciados pelas e entre as comunidades tradicionais em permanecer no território na comunidade quilombola da Resina e no povoado Saramém, desenvolvem estratégias de sobrevivência e de reprodução.

Nos últimos anos, na comunidade quilombola da Resina, segundo os entrevistados, as mudanças ocorridas no ambiente são decorrentes da salinização do Rio São Francisco, pelo avanço das águas do mar, atingindo as áreas de lagoas, tornando-as improdutivas para o arroz. Outrossim, as espécies de peixes de água doce, com o passar do tempo, foram sendo substituídas pelas de água salgada, e a falência de coqueiros e gramíneas, que era utilizada para alimentação do gado.

Em função dessas mudanças, sem dúvidas, as atividades extrativistas praticadas pelas comunidades tradicionais foram afetadas, pois houve declínio na produção de arroz, a qual é praticamente inexistente, a diminuição do coco, o qual era utilizado na fabricação de cocada e venda *in natura* em bares e redução de algumas espécies peixes de água doce, antigamente obtidas, além da existência de espécies de água salgada trazidas pelo mar, que antes não era encontrada no Rio São Francisco.

Diante das diferentes situações vivenciadas pelos pescadores artesanais e marisqueiras na busca pela reprodução em seus territórios, a prática da pesca artesanal vai além de uma atividade extrativista, pois

“A pesca liberta. Vamos o dia e a hora que quisermos. Ninguém dar ordem a ninguém (Ator 42). Entrevista concedida em 12/04/2018.

Entre os problemas ambientais identificados na comunidade quilombola da Resina, segundo os entrevistados, pode-se inferir: o desmatamento, a mortandade de espécies de pescado e o descarte irregular de resíduos sólidos.

A retirada do mangue é feita pelos pescadores artesanais que se deslocam para as áreas de manguezal no povoado Saramém, a fim de cortar e retirar a madeira para a

construção de casas. A mortandade das espécies de pescado, em especial as de água doce, dá-se pela salinização, que ora é potencialidade para a prática da criação de camarão e, ao mesmo tempo, é um limite para o cultivo de arroz nas lagoas. Quanto ao descarte irregular dos resíduos sólidos, além desse descarte no solo, é descartado no Rio São Francisco por alguns moradores da comunidade e por turistas. Em alguns casos, os moradores realizam a queima em função da ausência de coleta pelo poder público.

Os carcinicultores, através do cultivo de camarão provocam impactos não apenas nos ambientes para o qual são descartados os dejetos, mas também afetando a forma de sobrevivência das comunidades tradicionais, principalmente das marisqueiras. Além dos fazendeiros que delimitam suas propriedades, dotadas de recursos naturais, por meio de cercas, impedindo o acesso dos que necessitam destes para sobreviver.

Em relação às marisqueiras e os carcinicultores:

“Já pensamos em denunciar, mas nós somos pequenos e acabamos sobrando. Quem tem vez são os ricos. Se saí daqui um pequeno para fazer denúncia, o que podemos receber é uma bala na estrada por aí” (Ator 43). Entrevista concedida em 27/11/2018.

Em meio às tantas formas de utilização do espaço para desenvolver as atividades são desencadeados conflitos, pois cada um dos envolvidos, deseja atingir seus objetivos. No entanto, as comunidades tradicionais convivem com os conflitos armados no território, uma vez que os fazendeiros, carcinicultores e empresários buscam incansavelmente a apropriação e, conseqüentemente, a desterritorialização dos pescadores artesanais e marisqueiras, que há muito tempo, desenvolvem suas estratégias de vida naquele espaço. Os conflitos também ocorrem entre os pescadores artesanais e as marisqueiras, mas se manifestam de forma lenta.

No tocante a esses impasses vivenciados pelas comunidades tradicionais, sobretudo dos fazendeiros:

“O senhor vai tirar a gente daqui morto porque não vamos sair. A comunidade respondeu a ele que só sairia daqui morto. Da última vez, um representante dele veio com a presidente da colônia de pescadores de Brejo Grande em uma caminhonete traçada. Quando ela encostou, aí a gente foi para derrubar o carro. É a última vez que vocês vieram aqui. Se vier outra vez, tocamos fogo no carro. Depois desse dia, não vieram mais” (Ator 44). Entrevista concedida em 13/04/2018.

Com base nessa estratégia de resistência adotada pelos pescadores artesanais na comunidade quilombola da Resina, o movimento da comunidade ficou fortalecido, visto que impediram os fazendeiros de usufruir dos recursos naturais existentes no território, como, por exemplo, a extração do coco, além da derrubada de cercas construídas por tais fazendeiros.

Nem sempre a forma de obtenção dos recursos naturais pelos pescadores artesanais e marisqueiras, da comunidade quilombola da Resina e do povoado Saramém, respectivamente, ocorre de forma harmônica com o ambiente. Em alguns casos, o tamanho da malha da rede de pescar não está de acordo com as normas legais e acaba capturando espécies de tamanhos pequenos, impedindo sua reprodução, através da rede de camboa. Além disso, alguns pescadores utilizam bomba na pesca, contribuindo para o afastamento das espécies em função do barulho produzido, caracterizando a pesca predatória.

Em alguns casos, os pescadores artesanais ficam insatisfeitos quanto aos seus direitos, pois

“Existem pessoas que não são pescadoras e recebem o seguro defeso, enquanto que o pescador de verdade são tirados seus direitos” (Ator 45). Entrevista concedida em 12/04/2018.

Segundo os entrevistados, não há ações desenvolvidas pelo poder público municipal para atender os anseios dos pescadores artesanais e marisqueiras nas suas atividades, ou seja, as comunidades tradicionais são destituídas de políticas públicas. Quanto a esse aspecto, tais sujeitos sociais necessitam de equipamentos para utilizar em suas atividades e o incentivo de fomentar o turismo. No caso desta última atividade, haveria aumento da procura de pescado pelos turistas, não passando diretamente para os cambistas, além do deslocamento de barco pelo Rio São Francisco para Piacabuçu. Ações que, de fato, contribuiriam para fomentar a economia do município e, sobretudo, das comunidades tradicionais.

O Banco do Nordeste (BNB) mantém parceria com os pescadores artesanais na oferta de crédito para aquisição de equipamentos para garantir o sustento da família. É considerado como pré-requisitos o nome não constar no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e comprovar que é pescador. Durante a fase de proposta para obter o recurso financeiro, é emitido um cartão, e em caso de proposta aprovada, será efetuado o

pagamento, seja por meio de depósito ou dinheiro. O valor oferecido é dividido em duas parcelas iguais, considerando o prazo de vencimento. No caso, um pescador entrevistado beneficiado salientou que, por exemplo, se o BNB liberar a quantia de R\$ 5.000,00, o pescador pagará apenas R\$ 3.800,00, observando a data de vencimento, o qual ganhará um bônus de R\$ 1.200,00.

De forma geral, nos últimos anos, as comunidades tradicionais despertaram investigações por parte de teóricos em detrimento das relações íntimas entre as diferentes culturas, sobretudo, levando-se em consideração os territórios em que estão inseridas e dos recursos naturais que exploram para sobrevivência (TORNQUIST; ANTUNES; MOMBELLI, 2015).

Assim, essas investigações buscam compreender o modo de vida das comunidades tradicionais e as relações desempenhadas em função do contato com os seus semelhantes, principalmente no que tange ao relacionamento de um com os outros.

Houve avanços em termos de instrumentos legais para garantir e reconhecer a reprodução das comunidades tradicionais, embora haja conflitos que emergem de forma lenta a partir das formas coletivas de territorialização entre os mais variados grupos sociais em busca de atingir seus propósitos (TORNQUIST; ANTUNES; MOMBELLI, 2015).

De certa forma, com o avanço da legislação, as comunidades tradicionais passaram a adquirir direitos de explorar os recursos naturais no território, assegurando seu modo de vida, no entanto, em alguns casos, provocam impactos socioambientais, devido ao manejo inadequado de obter tais recursos. Consequentemente, não atendendo as diretrizes legais, aproximando-se da insustentabilidade.

Assim, entre os desafios aos quais as comunidades quilombolas estão sujeitas, mostra-se a necessidade de um olhar voltado para atender os interesses dessas comunidades e assegurá-las no território, dando ênfase aos modos coerentes de obter os recursos naturais, em concordância com os regimentos legais, tornando sujeitos ativos na conservação dos locais que utilizam para extrair os recursos naturais. Além de fiscalização face às atividades extrativistas e não extrativistas, que provocam impactos socioambientais.

É fundamental que o seguro defeso seja pago, para evitar a extração nesse período e, assim, respeitar a reprodução das espécies.

Considerações Finais

As interferências antrópicas na natureza estão cada vez mais frequentes em decorrência dos interesses advindos de cada ator social envolvido. As relações construídas, a partir das atividades desenvolvidas pelos diferentes atores sociais, promovem um re(arranjo) dos aspectos presentes no território. Tais relações caracterizam o processo de apropriação, controle e uso, sobretudo dos territórios dotados de potencialidades.

Categoria geográfica de análise, o território, é palco das relações de poder em função do jogo de interesse dos atores sociais em se apropriar. No entanto, há compartilhamento do território dos pescadores artesanais e das marisqueiras para exploração dos recursos naturais. Tais recursos são obtidos por meio de práticas extrativistas que nem sempre obedecem aos regimentos legais, desencadeando impactos socioambientais. Um exemplo disso é o tamanho da malha da rede de pescar utilizada pelos pescadores artesanais, além da pesca noturna realizada na época do seguro defeso, driblando a fiscalização durante o dia.

Assim, os pescadores artesanais e marisqueiras utilizam os recursos naturais para garantir sua sobrevivência, no entanto, esses têm sua base de sustento ameaçada não apenas pelos impactos socioambientais provocados pelos carcinicultores e fazendeiros, mas também por suas próprias atividades.

Os usos do território no recorte espacial são diversificados. De um lado, estão à pesca artesanal e a mariscagem, ambas praticadas pelos membros das comunidades tradicionais e, do outro, estão os fazendeiros e carcinicultores, que desenvolvem principalmente o cultivo de camarão em suas propriedades. Em função desses diferentes usos entre os distintos atores sociais, tem-se os conflitos territoriais, uma vez que os atores almejam alcançar seus objetivos. No entanto, acabam afetando o modo de vida dos pescadores e pescadoras artesanais e marisqueiras, já que os efeitos das atividades dos fazendeiros, carcinicultores e empresários, concentram-se nas áreas utilizadas para as práticas extrativistas.

Tais usos, de certa forma, em menor escala, asseguram as potencialidades socioambientais, a partir do modo de obtenção dos recursos naturais pelos membros das comunidades tradicionais, fato este não observado em face a apropriação inadequada dos detentores de capital.

Nas atividades extrativistas da pesca artesanal e da mariscagem, são obtidos diferentes espécies de pescado, de mariscos e crustáceos, respectivamente. Nessas atividades, têm-se a presença do homem e da mulher na extração dos recursos naturais. Na pesca artesanal e na mariscagem, o trabalho mais pesado fica encarregado pelo homem, enquanto a mulher é responsável pelas tarefas mais “leves”. Durante o período do seguro defeso, os pescadores artesanais da comunidade quilombola da Resina e do povoado Saramém dedicam-se a coleta do caranguejo sal nas áreas de manguezal.

A pesca artesanal é realizada no Rio São Francisco e no Oceano Atlântico. Por muito tempo, era comum encontrar espécies de peixe de água doce na comunidade quilombola da Resina. Os avanços da água do mar sobre este curso fluvial provocou praticamente a extinção dessas espécies, ganhando destaque os peixes de água salgada.

A salinização das águas do Rio São Francisco também afetou as lagoas utilizadas para a prática da rizicultura. Não havendo mais o cultivo de arroz, os pescadores artesanais da comunidade quilombola da Resina, como forma de aproveitar o espaço, desenvolvem viveiros de peixe, mas, ao mesmo tempo, essa salinização favorece a criação de camarão. Atividade esta desenvolvida no povoado Saramém e na comunidade quilombola da Resina pelos fazendeiros.

Além disso, esta salinidade contribuiu para a redução do cultivo de coco, o qual é comercializado entre os integrantes das localidades pesquisadas, principalmente as mulheres que produzem o óleo de coco, constituindo numa potencialidade e fonte de renda.

O etnomapeamento dos territórios dos pescadores e pescadoras artesanais e marisqueiras permitiu valorizar o conhecimento empírico de tais membros das comunidades tradicionais acerca dos elementos presentes no espaço em que habitam, considerando o contexto social no qual estão inseridos. Esses atores sociais territorializados descreveram os trajetos até os locais com potencialidades utilizados para realizar as práticas extrativistas e as áreas em que ocorrem conflitos, os quais são caracterizados pelo uso de cercas por parte de fazendeiros e o despejo inadequado dos dejetos dos viveiros de camarão no Rio São Francisco, no mar e, principalmente, no manguezal.

Os diferentes usos do solo e a apropriação e controle gera conflitos socioambientais, através dos impactos socioambientais decorrentes das atividades

desenvolvidas pelos atores sociais. Os conflitos entre os pescadores ocorrem pela competição durante a pesca em um determinado setor do rio. Os conflitos mais intensos denotam de que detém capital (fazendeiros, carcinicultores e empresários) contra os pescadores artesanais e marisqueiras. No caso dos fazendeiros, estes delimitam suas propriedades com cercas para impedir o acesso das comunidades tradicionais em coletar recursos naturais. Os carcinicultores, ao destinarem os dejetos produzidos na carcinicultura nos locais utilizados pelos pescadores artesanais e marisqueiras, cursos fluviais e manguezal, respectivamente, para realizar as práticas extrativistas, e os empresários, na tentativa de implantar um *resort* às margens do Rio São Francisco, no território dos pescadores artesanais.

Em face aos conflitos existentes nos territórios dos pescadores artesanais e das marisqueiras, tais sujeitos sociais desenvolvem estratégias de luta para permanecerem nos seus territórios, assegurando seu modo de vida e sua identidade quilombola. As comunidades quilombolas sempre foram alvo dos que detém poder, pois almejam indiscutivelmente dominar as terras em que elas se encontram. Para tanto, como forma de resistir a essas tentativas de domínio, os quilombolas se organizam por meio de associação, colônia e até mesmo pela união de todos que integram a comunidade pelos seus direitos. Assim, a união contribui para desarticular os detentores de poder de expropriá-las e assegurá-las no território.

É imprescindível que os governos, nas diferentes esferas, desenvolvam ações de sensibilização quanto às formas de manejo nas atividades extrativistas pelas comunidades tradicionais, assim como um olhar voltado para os efeitos das atividades desenvolvidas pelos fazendeiros, carcinicultores e empresários, a fim de garantir o modo de vida dos menos favorecidos para continuar se reproduzindo, através de suas práticas extrativistas.

Referências

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 294p.

ACSELRAD, H. **Movimentos por justiça versus senso comum ambiental: a degradação ambiental não é “democrática”**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALENCAR, E. F. As mulheres pescadoras e a conservação de recursos pesqueiros na reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá (AM). In: SCHERER, E. (Orgs). **Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013, p. 21-49.

ALARCON, D. F.; TORRES, M. **“Não tem essa lei no mundo, rapaz!”**: A estação ecológica da Terra do meio e da resistência dos beiradeiros do alto do rio Iriri. São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental; Altamira: Amora – Associação dos moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, 2014, 118p.

ALVES, N. M. S.; FONTES, A. L.; SILVA, D. B. da.; ALMEIDA, A. P. de. Dinâmica geoambiental, processos morfodinâmicos e usos das terras m Brejo Grande, Baixo São Francisco-Sergipe. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v. 8, n. 2, p. 11-21, 2007.

ALVES, N. M. de S.; SILVA, D. B. da.; CARVALHO, I. S. de M.; SANTANA, B. L. P.; ANDRADE, R. dos S. Mudanças no cotidiano das comunidades tradicionais pesqueiras de Brejo Grande, Sergipe. **Revista Geonordeste**. São Cristóvão. Ano XXVIII, n. 1, p. 187-202, Jan./Jun., 2017.

ALVES, N. M. S. **Análise geoambiental e socioeconômica dos municípios costeiros do Litoral Norte do Estado de Sergipe** – diagnóstico como subsídio ao ordenamento e gestão do território. Tese de Doutorado (NPGeo/UFS). São Cristóvão, 2010.

ARAÚJO, S. S.; NETTO, A. O. A.; GOMES, L. J. Racionalidade ambiental em face ao desenvolvimento sustentável. In: SOARES, M. J. N. (Org.). **Pesquisas ambientais em foco**. Aracaju: Criação, p. 73-86, 2015.

BAPTISTA NETO, J. A.; PONZI, V. R. A.; SICHEL, S. E. (Orgs.). **Introdução à geologia marinha**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras e dá outras providências. Brasília-DF, 2009.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília-DF, 2012.

BRASIL. **Lei nº 6.931, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília-DF, 1981.

BRASIL. **Decreto nº 4.883, de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art.68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

BRASIL. **Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília-DF, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 5.758 de 13 de abril de 2006.** Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Brasília – DF, 2006.

BRASIL. **Pesca artesanal legal:** pescador da região sul/sudeste: conheça seus direitos e deveres. Populações indígenas e comunidades tradicionais – Brasília: MPF, 2017.

BITTENCOURT, A. C. S. P.; MARTIN, L.; DOMINGUEZ, J. M. L.; FERREIRA, Y. de A. Evolução paleogeográfica quaternária da costa do estado de Sergipe e da costa sul do estado de Alagoas. **Revista Brasileira de Geociências.** São Paulo, v. 13(2), p.1-5. 1983.

BRITO, G. F. R. de; MELO, C. F. T. de. Um doce lugar: diálogos para o etnodesenvolvimento. In: SOARES, M. J. N. (Org.). **Pesquisas ambientais em foco.** Aracaju: Criação, 2015. 19-36p.

CARVALHO, I. C. **Educação ambiental:** a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cartez, 2004.

CAETANO, H. S. Da ocupação do território: práticas e interações entre marisqueiras no ambiente pesqueiro. **Revista Gest. Sust. Ambient.** Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 204-222, 2015.

COSTA, H. S. de M.; OLIVEIRA, A. M. de.; RAMOS, M. V. População, turismo e urbanização: Conflitos de uso e gestão ambiental. **Revista GEOgraphia.** Ano V, n. 10, p. 93-112, 2003.

COSTA, J. J. **Transformações Ambientais das Restingas da Planície Costeira Sergipana.** Tese (Doutorado em Geografia). São Cristóvão/SE: UFS/NPGeo, 2013.

COSTA, K. S. **No quebra-quebra da castanha:** A precarização do trabalho no processo de beneficiamento da castanha de caju no espaço agrário dos municípios de Campo do Brito e Itabaiana/SE no Território do Agreste Sergipano. Dissertação de Mestrado (NPGeo/UFS). São Cristóvão, 2011.

COSTA FILHO, A. Quilombos e povos tradicionais. **4º Encontro e 3ª Jornada científica de comunidades quilombolas e povos tradicionais de terreiro Alagoas – Encontro.** Alagoas, p. 1-15, 2011.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia.** São Paulo: Editora Blucher, p. 65-101, 1980.

CRUZ, I. S. da.; SOUZA, R. R. de. Logística reversa como instrumento de sustentabilidade ambiental. In: LIMA, A. M. de.; RODRIGUES, J. R. S. da.; SOUZA,

R. R. de. (Orgs). **Poluição & Sustentabilidade Ambiental**: diversas abordagens. Aracaju: Criação, p. 11-28, 2018.

CUNHA, C. de J. **Sustentabilidade de Agroecossistemas**: Um Estudo de Caso no Estuário do Rio São Francisco. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Núcleo de Pós-Graduação e Estudos em Recursos Naturais. São Cristóvão: UFS, 2006. 123p.

CHELOTTI, M. C. A dinâmica territorialização-desterritorialização-reterritorialização em áreas de reforma agrária na Campanha Gaúcha. Campo-Território: **Revista de Geografia Agrária**, v. 8, n. 15, p. 1-25, 2013.

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. Ed- São Paulo: Gaia, 2004. p. 15-534.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DUPAS, G. **Ética e poder na sociedade de informação**: De como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso. – São Paulo: Editora UNESP, 2001. (2ª ed. revista e ampliada).

FONTES, A. R.; SANTOS, M. B. dos.; SILVA, H. P. da.; LUCAS, A. A. T.; CARVALHO, M. E. S. Análise do estado de conservação ambiental na comunidade quilombola da Resina, Brejo Grande/SE: a influência do Rio São Francisco na vida dos ribeirinhos. **Interfaces Científicas – Saúde e Ambiente**, v. 5, n.1, p. 173-18, 2016.

FONTES, A. L. **Geomorfologia costeira**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2011, p. 46-63.

FUINI, L. L. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Revista Geografia, Ensino & Pesquisa**. Vol. 21, n. 1, 2017, p. 19-29.

FLORENZANO, T. G. **Geomorfologia**: conceitos e tecnologias atuais. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

HAESBAERT, R. (Org.). **Globalização e fragmentação do mundo contemporâneo**. 1ª Reimpressão- Nitéroí: EDUFF, 2001.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C., CORRÊA, R. L. (Orgs). **Geografia**: Conceitos e Temas. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 165-205.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: Brejo Grande. 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 05 de jun. 2017.

JABER, M., SATO, M. Polissemia dos conflitos ambientais do estado de Mato Grosso-Brasil. **Revista Eletrônica Mestr. Educ. Ambient**, Rio Grande do Sul, v. 24, p. 1517-1256, 2010.

JESUS, P. S. de. **Tessituras, tramas e territorialidades das catadoras de mangaba Barra dos Coqueiros -SE**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em

Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017, 180f.

KUHN, E. R. A. **Terra e Água: Territórios dos pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu-Bahia**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009, 173f.

LEFF, H. **Saber ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder**. 4ª edição. Rio de Janeiro, 2005.

LEFF, E. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. In: SILVA, S. D., et al (Org.). **Ensaio em ciências ambientais: crises, riscos e racionalidades**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Garamond, p. 21-29, 2016.

LIMA, M. C. Pescadoras e pescadores do Ceará: modo de vida, confrontos e horizontes. **Revista de Geografia da UFC**, ano 05, n. 10, 2006.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M. (Org.) **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 107-122.

LIMA, L. G. Território e as políticas de (re)ordenamento territorial: um esboço. In: SANTOS, A. R.; GONÇALVES, C. U. (Orgs). **Para dialogar na geografia**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010, p. 99-121.

LIRA, E. R.; NETO, O. B. R. O território e a identidade quilombola: o caso da comunidade afrodescendente Mata Grande no município de Monte do Carmo – TO. **Revista Produção Acadêmica** – Núcleo de estudos urbanos regionais e agrários, v. 2, n. 2, p. 36-56, 2016.

MARCONI, M. de. A.; LAKATOS, E. M.. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 5ª Edição, 2003.

MAIA, R. O. M.; MARIN, R. E. A. **A arte da resistência de comunidades tradicionais em Barcarena (Pará) face à ordem do progresso industrial**. Caxambu-MG, 2014, 30p.

MENDES, G. Desenvolvimento territorial na região petrolífera sergipana. In: SOUZA e MELO, R.; SILVA, M. S. F. (Orgs.). **Conservação ambiental e planejamento territorial: desafios da gestão e da participação social**, Porto Alegre, Redes Editora, 2013. p. 43-57.

MENDONÇA, S. A. T. da.; VALENCIO, N. F. L. S. da. O papel da modernidade no rompimento da tradição: As políticas da seap como dissolução do modo de vida da pesca artesanal. **Revista B. Inst. Pesca**, São Paulo, 34(1): 107-116, 2008.

MELO E SOUZA, R.; SILVA, M. do S. F. da. Os conflitos territoriais decorrentes da apropriação e uso dos recursos naturais em Unidades de Conservação de Uso Sustentável. (Orgs.). **Conservação ambiental e planejamento territorial: desafios da gestão e da participação social**, Porto Alegre, Redes Editora, p. 75-89, 2013.

MELO E SOUZA, R. **Redes de monitoramento socioambiental e tramas da sustentabilidade**. São Paulo: Annablume; Geoplan, 2007.

MOTA, D. M. da.; SCHMITZ, H.; JUNIOR, A. da. S.; OLIVEIRA, E. P. de. Expropriação e trabalho de mulheres extrativistas em Sergipe. **Revista de Ciências Sociais**, n. 45, p. 155-173, 2016.

NUNES, E. M.; GARCIA, L. G. **Sociedade e natureza**: Conflito territorial de poluição industrial da bacia do Rio Gramame – Mumbaba - PB. Uberlândia, ano 24, n. 2, 255-266p, 2012.

NUNES, S. I. F. A comunidade pesqueira do Mosqueiro: entre a maré e a Grande Aracaju. **1º Seminário Espaços Costeiros**. Bahia, 2011, 11p.

OLIVEIRA, T. R. A. **Meu lugar é o rio**: aspectos identitários e territoriais da comunidade de pescadores artesanais do povoado resina, Brejo Grande/SE. Dissertação (Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação de Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, Universidade do Estado da Bahia, Bahia, 2012.

OLIVEIRA, A. R. S.; SILVA, C. H. da. Território, territorialidade e identidade territorial: categoria para análise da dinâmica territorial quilombola no cenário geográfico. **Cadernos de Geografia**, v. 27, n. 49, 1-16p, 2017.

OLIVEIRA, V. M. S. **Conflitos territoriais**: o caso de uma fábrica de cimento em Aracaju/SE (1967-2000) – São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

PEDROTTI, A.; SANTANA, A. P. S. Desafios e perspectivas para a sustentabilidade na agricultura familiar. In: SOARES, M. J. N. (Org.). **Pesquisas ambientais em foco**. Aracaju: Criação, p. 47-58, 2015.

PORTO, M. F.; PACHECO, T. Conflitos e injustiça ambiental em saúde no Brasil. **Tempus. Actas em Saúde Coletiva**, v. 4, n. 4, p. 26-37, 2009.

PROST, C. **Troca de saberes tendo em vista uma gestão ambiental participativa**. Geo Textos, v. 5, n. 1, Jul 2009.

RAFFESTEIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, A. C.; MAFRA, R. L. M. Perspectivas teóricas dos conflitos socioambientais no campo do desenvolvimento. **Revista Uniara**, v. 17, n. 1, 135-146p, 2014.

RODRIGUES, A. G.; LORENZI, B. C. F.; ROSA, F. L. A mediação como alternativa na solução de conflitos: análise de sua aplicabilidade nos conflitos socioambientais. Anais: **4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade**: mídias e direitos da sociedade em rede. Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2017. 15p.

SANTANA, B. L. P. Dinâmica ambiental e uso e ocupação das terras do povoado Brejão dos Negros-Brejo Grande/SE. Anais: **V Encontro de Pesquisadores Iniciantes das Humanidades**. São Cristóvão, 2016. Disponível em <http://pethistoriaufs.org/2016/03/anais-ih-2015>. Acesso em 18/07/2016.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SANTOS, H. G. dos.; JACOMINE, P. K. T.; ANJOS, L. H. C. dos.; OLIVEIRA, V. A. de.; LUMBRERAS, J. F.; COELHO, M. R.; ALMEIDA, J. A. de.; FILHO, J. C. de A.; OLIVEIRA, J. B. de.; CUNHA, T. J. F. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 5ª ed., revista e ampliada. Brasília – DF: EMBRAPA, 2018.

SANTOS, F. F. S. **Adaptação do indicador de salubridade ambiental para análise do saneamento básico na cidade de Brejo Grande/SE**. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2016.

SANTOS, L. B. Elementos da Teoria Social na análise das relações entre sociedades e meio ambiente. **Agenda Social**, v.1, nº 0, p. 56-78, 2007. Disponível em: [http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Agenda Social 4449 1189029794. pdf](http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Agenda%20Social%204449%201189029794.pdf). Acesso em: 02 de agosto de 2017.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional** - 3 ed. Editora: Hucitec. São Paulo, 1997.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional**– 5ª ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, Razão e emoção.**– São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SERGIPE. **Lei nº 8.327, de 04 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre a Política Estadual da carcinicultura e sobre o fomento, a produção e a regulamentação da carcinicultura, reconhecendo como atividade agrossilvipastoril, de relevante interesse social e econômico, estabelecendo as condições para o seu desenvolvimento sustentável no Estado de Sergipe, e dá providências correlatas. Sergipe, 2017.

SILVA, A. P. da. **Pesca artesanal brasileira: aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos** – Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.

SILVA, E. C. **Um mergulho nas águas do Velho Chico: territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos pescadores artesanais de Saramém, Brejo Grande, SE**. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, 2014.

SILVA, J. C.; MENDES, G.; SANTOS, G. J. Espaço, relações de poder e território: uma abordagem sobre a psicicultura em tanques-rede. In: SOARES, M. J. N. (Org.). **Pesquisas ambientais em foco**. Aracaju: Criação, p. 171-184, 2015.

SOARES, E. **Metodologia científica: lógica, epistemologia e normas**. São Paulo: Atlas, 2003.

SOUZA, J. L. Da desterritorialização ao território simbólico: o caminho de uma sociedade indígena rumo ao seu território tradicional. **Revista Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 8, n. 23. Edição especial, p. 73-80, 2007.

SOUZA, E. A., PEDON, N. R. Território e Identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. Seção Três Lagoas/MS, v.1, n. 6, ano 4, novembro de 2007.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

SOUZA, A. L. da C.; LOBATO, L. P. Utilização de resíduos naturais como potencial para o crescimento da produção de produtos probióticos. In: LIMA, A. M.; RODRIGUES, J. R. S.; SOUZA, R. R. (Orgs.). **Poluição & Sustentabilidade ambiental: diversas abordagens**. Aracaju: Criação, p. 185-198, 2018.

TORNQUIST, C. S.; ANTUNES, D. L.; MOMBELLI, R. Povos e comunidades tradicionais: desafios contemporâneos. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 7, n. 16, p. 1-4, 2015.

VENTURI, L. A. B. **Ensaaios Geográficos**. São Paulo: Humanistas, 2008, 200p.

Apêndices

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO PARA OS PESCADORES ARTESANAIS

I- Caracterização do Ator Social

- 1) Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino
- 2) Idade: _____
- 3) Estado Civil:
 - ☐ Solteiro (a) ☐ Casado (a) ☐ Divorciado (a) ☐ Viúvo (a)
 - ☐ Outros. _____
- 4) Onde o Senhor (a) reside?
 - 4.1 Brejo Grande: ☐ Sede ☐ Povoado. Qual?

 - 4.2 ☐ Outro município. Qual? _____
 - 4.3 Se reside em outro município, porque deixou Brejo Grande e quando?

 - 4.4 Quando o (a) Senhor (a) vivia em Brejo Grande, morava:
☐ Povoado. Qual? _____
☐ Sede
- 5) Grau de Escolaridade:
 - ☐ Nunca frequentou a sala de aula
 - ☐ Ensino Fundamental Completo
 - ☐ Ensino Fundamental Incompleto
 - ☐ Ensino Médio Completo
 - ☐ Ensino Médio Incompleto
 - ☐ Ensino Superior Completo
 - ☐ Ensino Superior Incompleto
- 6) O (a) Senhor (a) participa de alguma associação comunitária ou organização de agricultores?
 - ☐ Sim ☐ Não. Em caso afirmativo, qual?

II- Trabalho e Produção

Para os membros das comunidades tradicionais:

- 1) Há quanto tempo você vive neste local? Gosta de morar nesse local?

- 2) Para os não originários da área: Como chegou aqui? Há quanto tempo você vive neste local?

- 3) Como era o modo de vidas das pessoas neste local no passado? O que mudou? Por quê?

- 4) Qual a sua principal atividade que lhe permite obter uma renda/sustento?

[...] Pesca

[...] Agricultura

[...] Cata de caranguejo

[...] Cata de marisco

Outras: _____

Onde realiza essa(s) atividade(s)?

[...] rios e riachos

[...] mar

[...] manguezal

[...] lagoas

Outros: _____

- 5) Realiza outra(s) atividade(s) extra(s) ou complementar(es)?

- 6) Como realiza essa(s) atividade(s)? Há quanto tempo a(s) realiza?

[...] Individualmente

[...] Em grupo com a família

[...] Em grupo com outros pescadores

- 6.1) Se “Em grupo com outros pescadores” – Como realizam a divisão do pescado obtido?

- 7) Quais os equipamentos utilizados na realização das atividades? (Barco a motor, canoa, tipos de rede, armadilhas, etc.) -

- 8) Quanto a propriedade, os equipamentos utilizados são:

[...] Próprios

[...] Emprestados

[...] Arrendados/alugados

Outros: _____

9) Quais os tipos de pescado?

10) Qual a quantidade de pescado?

[...] Semanalmente

[...] Mensalmente

11) Como fazem para conservar os produtos coletados?

12) Qual o destino dos produtos coletados?

[...] Consumo familiar

[...] Venda/comercialização

Outros: _____

13) Como você se relaciona com os moradores da sua comunidade? E de outras localidades? Por quê?

14) Na sua opinião, o que precisa ser melhorado em sua comunidade, para que todos vivam melhor?

15) Quais os recursos naturais usados pela família?

16) Você possui a propriedade da terra em que vive, com registro em cartório?

17) Você recebe algum benefício do governo municipal, estadual ou federal?

[...] Sim

[...] Não

Qual(is)? _____

Comercialização

1) Onde é feita a venda de sua produção?

2) Como é feita a comercialização dos produtos coletados?

3) Qual a frequência da venda dos produtos coletados?

4) Qual a renda mensal adquirida a partir da comercialização dos produtos?

III- MEIO AMBIENTE E UTILIZAÇÃO DO SOLO

1) Você percebeu ou tem percebido mudança(s) no ambiente ou na paisagem nos últimos anos?

() Sim () Não Se sim, qual(ais)?

2) Essa(s) mudança(s) afetou(aram) ou tem(têm) afetado a realização de suas atividades?

() Sim () Não Se sim, de que forma?

3) Você identifica algum tipo de problema ambiental onde vive?

- () Desmatamento
- () Esgoto a céu aberto
- () Mortandade de animais e/ou espécies de pescado
- () Descarte irregular de resíduos sólidos

4) De acordo com suas experiências, o modo de obtenção dos recursos naturais, como acontece hoje, trazem ou podem trazer algum prejuízo para o meio ambiente?

() Sim () Não Se sim, qual (is)?

IV- PERSPECTIVAS E DESAFIOS

1) Existe alguma atividade que vem ocasionando algum impacto nas áreas utilizadas para a coleta de recursos naturais? Quais e onde?

2) Qual(is) o(s) problema(s) que dificulta(m) a realização das atividades extrativistas?

3) Sua(s) atividade(s) causa(m) algum problema no ambiente? Qual(is)?

4) O que você tem feito para ajudar a proteger os locais de onde retira os recursos que utiliza? Como?

5) Que melhorias poderiam ser realizadas pelos gestores públicos para favorecer o seu trabalho?

6) Você identifica conflito (s) na área entre as pessoas que exploram os recursos da natureza? Qual (is)?

[...] Pescadores e Marisqueiras

[...] Marisqueiras e marisqueiras

[...] Pescadores e Pescadores

[...] Pescadores e fazendeiros

[...] Marisqueiras e fazendeiros

[...] Pescadores e carcinicultores

[...] Marisqueiras e carcinicultores

7) Como se manifestam/as evidências desses conflitos? Quais as consequências para a comunidade?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO PARA AS MARISQUEIRAS

I- Caracterização do Ator Social

- 1) Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino
- 2) Idade: _____
- 3) Estado Civil:
 - ☐ Solteiro (a) ☐ Casado (a) ☐ Divorciado (a) ☐ Viúvo (a)
 - ☐ Outros. _____
- 4) Onde o Senhor (a) reside?
 - 4.1 Brejo Grande: ☐ Sede ☐ Povoado. Qual? _____
 - 4.2 ☐ Outro município. Qual? _____
 - 4.3 Se reside em outro município, porque deixou Brejo Grande e quando? _____
 - 4.4 Quando o (a) Senhor (a) vivia em Brejo Grande, morava:
 - ☐ Povoado. Qual? _____
 - ☐ Sede
- 5) Grau de Escolaridade:
 - ☐ Nunca frequentou a sala de aula
 - ☐ Ensino Fundamental Completo
 - ☐ Ensino Fundamental Incompleto
 - ☐ Ensino Médio Completo
 - ☐ Ensino Médio Incompleto
 - ☐ Ensino Superior Completo
 - ☐ Ensino Superior Incompleto
- 6) O (a) Senhor (a) participa de alguma associação comunitária ou organização de agricultores?
 - ☐ Sim ☐ Não. Em caso afirmativo, qual? _____
 - _____
 - _____

II- Trabalho e Produção

Para os membros das comunidades tradicionais:

- 1) Há quanto tempo você vive neste local? Gosta de morar nesse local?

- 2) Para os não originários da área: Como chegou aqui? Há quanto tempo você vive neste local?

- 3) Como era o modo de vidas das pessoas neste local no passado? O que mudou? Por quê?

- 4) Qual a sua principal atividade que lhe permite obter uma renda/sustento?

<input type="checkbox"/> Pesca	<input type="checkbox"/> Agricultura
<input type="checkbox"/> Cata de caranguejo	<input type="checkbox"/> Crustáceos
<input type="checkbox"/> Cata de mariscos	

Outras: _____

Onde realiza essa(s) atividade(s)?

<input type="checkbox"/> rios e riachos	<input type="checkbox"/> mar
<input type="checkbox"/> manguezal	<input type="checkbox"/> lagoas

Outros: _____

- 5) Realiza outra(s) atividade(s) extra(s) ou complementar(es)?

- 6) Como realiza essa(s) atividade(s)? Há quanto tempo a(s) realiza?

<input type="checkbox"/> Individualmente	<input type="checkbox"/> Em grupo com a família
<input type="checkbox"/> Em grupo com outros pescadores	

- 6.1) Se “Em grupo com outras marisqueiras” – Como realizam a divisão dos recursos naturais obtidos?

- 7) Quais os equipamentos utilizados na realização das atividades? -

- 8) Quanto à propriedade, os equipamentos utilizados são:

<input type="checkbox"/> Próprios	<input type="checkbox"/> Emprestados
-----------------------------------	--------------------------------------

[...] Arrendados/alugados

Outros: _____

9) Quais os tipos crustáceos e mariscos obtidos?

10) Qual a frequência para obter os recursos naturais?

[...] Diariamente

[...] Semanalmente

[...] Mensalmente

11) Como fazem para conservar os produtos coletados?

12) Qual o destino dos produtos coletados?

[...] Consumo familiar

[...] Venda/comercialização

Outros: _____

13) Como você se relaciona com os moradores da sua comunidade? E de outras localidades? Por quê?

14) Na sua opinião, o que precisa ser melhorado em sua comunidade, para que todos vivam melhor?

15) Quais os recursos naturais usados pela família?

16) Você possui a propriedade da terra em que vive, com registro em cartório?

17) Você recebe algum benefício do governo municipal, estadual ou federal?

[...] Sim

[...] Não

Qual(is)? _____

Comercialização

1) Onde é feita a venda de sua produção?

2) Como é feita a comercialização dos produtos coletados?

3) Qual a frequência da venda dos produtos coletados?

4) Qual a renda mensal adquirida a partir da comercialização dos produtos?

III- MEIO AMBIENTE E UTILIZAÇÃO DO SOLO

1) Você percebeu ou tem percebido mudança(s) no ambiente ou na paisagem nos últimos anos?

() Sim () Não Se sim, qual(ais)?

2) Essa(s) mudança(s) afetou(aram) ou tem(têm) afetado a realização de suas atividades?

() Sim () Não Se sim, de que forma?

3) Você identifica algum tipo de problema ambiental onde vive?

- () Desmatamento
- () Esgoto a céu aberto
- () Mortandade de animais e/ou espécies de pescado
- () Descarte irregular de resíduos sólidos

4) De acordo com suas experiências, o modo de obtenção dos recursos naturais, como acontece hoje, trazem ou podem trazer algum prejuízo para o meio ambiente?

() Sim () Não Se sim, qual (is)?

IV- PERSPECTIVAS E DESAFIOS

1) Existe alguma atividade que vem ocasionando algum impacto nas áreas utilizadas para a coleta de recursos naturais? Quais e onde?

- 2) Qual(is) o(s) problema(s) que dificulta(m) a realização das atividades extrativistas?

- 3) Sua(s) atividade(s) causa(m) algum problema no ambiente? Qual(is)?

- 4) O que você tem feito para ajudar a proteger os locais de onde retira os recursos que utiliza? Como?

- 5) Que melhorias poderiam ser realizadas pelos gestores públicos para favorecer o seu trabalho?

- 6) Você identifica conflito (s) na área entre as pessoas que exploram os recursos da natureza? Qual (is)?

[...] Pescadores e Marisqueiras

[...] Marisqueiras e marisqueiras

[...] Pescadores e Pescadores

[...] Pescadores e fazendeiros

[...] Marisqueiras e fazendeiros

[...] Pescadores e carcinicultores

[...] Marisqueiras e carcinicultores

- 7) Como se manifestam/as evidências desses conflitos? Quais as consequências para a comunidade?

- 8) Deixam de praticar a mariscagem por conta dos efluentes dos viveiros de camarão? Em caso afirmativo, por quê?

- 9) Há mudança de horário na realização da mariscagem em virtude do despejo de efluentes nas áreas de manguezal? Em caso afirmativo, por quê?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO PARA OS CARCINICULTORES

I- Caracterização do Ator Social

- 1) Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino
- 2) Idade: _____
- 3) Estado Civil:
 - ☐ Solteiro (a) ☐ Casado (a) ☐ Divorciado (a) ☐ Viúvo (a) ☐
 - ☐ Outros. _____
- 4) Onde o Senhor (a) reside?
 - 4.1 Brejo Grande: ☐ Sede ☐ Povoado. Qual? _____
 - 4.2 ☐ Outro município. Qual? _____
 - 4.3 Se reside em outro município, porque deixou Brejo Grande e quando? _____
 - 4.4 Quando o (a) Senhor (a) vivia em Brejo Grande, morava:
 - ☐ Povoado. Qual? _____
 - ☐ Sede
5. Grau de Escolaridade:
 - ☐ Nunca frequentou a sala de aula
 - ☐ Ensino Fundamental Completo
 - ☐ Ensino Fundamental Incompleto
 - ☐ Ensino Médio Completo
 - ☐ Ensino Médio Incompleto
 - ☐ Ensino Superior Completo
 - ☐ Ensino Superior Incompleto
- 5) O (a) Senhor (a) participa de alguma associação comunitária ou organização de agricultores?
 - ☐ Sim ☐ Não. Em caso afirmativo, qual? _____

II- Trabalho e Produção

- 1) Há quanto tempo desenvolve à atividade de criação de camarão? _____
- 2) Quais os motivos para se dedicar a realização dessa atividade? O que motivou?
 - ☐ Dificuldades para produzir o arroz
 - ☐ Possibilidade de obter maior lucro

- () Outro. Qual? _____
- 3) Qual a quantidade (em quilos) obtida do produto em cada despesca?

- 4) Qual o intervalo para realizar uma despesca?

- 5) Qual a mão-de-obra utilizada para cuidar dos viveiros?
() Familiar () Familiar e empregados diaristas () Empregados mensalistas
- 6) Qual o destino da produção?

- 7) Qual o valor do quilo do produto no mercado nos dias atuais?

- 8) Além do cultivo do camarão, você exerce outra atividade?
() Não () Sim Se, sim: Qual?

- 9) O senhor/senhora possui outros rendimentos?
() Sim () Não Se, sim. Qual(ais)?

- 10) Há quanto desenvolve a carcinicultura?

- 11) O que é preciso para se construir um viveiro de camarão e desenvolveu a atividade?

- 12) Na sua opinião, na atualidade, a criação de camarão pode causar danos ao ambiente?

- 13) Você identifica conflito (s) na área entre as pessoas que exploram os recursos da natureza? Qual (is)?
[...]Pescadores e Marisqueiras [...]Pescadores e Pescadores
[...] Marisqueiras e marisqueiras [...]Marisqueiras e fazendeiros
[...] Pescadores e fazendeiros [...]Marisqueiras e carcinicultores
[...] Pescadores e carcinicultores

- 14) Como se manifestam/as evidências desses conflitos? Quais as consequências para a comunidade?

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE - NÍVEL DE MESTRADO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado participante,

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa CONFLITOS TERRITORIAIS E POTENCIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE BREJO GRANDE/SE desenvolvida por Gênisson Lima de Almeida, discente do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, da Universidade Federal de Sergipe, sob orientação do professor Dr. Jailton de Jesus Costa.

O objetivo central do estudo é analisar os conflitos territoriais e as potencialidades socioambientais em comunidades quilombolas de Brejo Grande/SE.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir/permanecer sua participação ou mesmo desistir. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestada.

Qualquer dado que possa identificá-lo (a) será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito por meio de contato obrigatoriamente explicitado neste TCLE.

A sua participação consistirá em responder perguntas de uma entrevista semiestruturada ao pesquisador do projeto. As entrevistas serão armazenadas para análise em arquivos digitais. Somente terão acesso às mesmas o pesquisador e seu orientador.

O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de revelar as motivações que possibilitam resistir as ameaças que sofrem nos territórios em que se encontram e que utilizam para a coleta de recursos naturais e, verificar as estratégias utilizadas pelos membros das comunidades tradicionais para não sofrerem o processo de expropriação.

Toda pesquisa possui riscos potenciais, maiores ou menores, de acordo com o objeto de pesquisa, os seus objetivos e a sua metodologia. Esta pesquisa pode oferecer

riscos de ordem psicológica, relacionado ao desconforto e até mesmo estresse pela abordagem do pesquisador ou constrangimento, devido à exposição do pensamento do participante ao pesquisador e orientador. Contudo, será estabelecido prazo longo para respostas das entrevistas, e o cuidado para não fazer cobranças indevidas.

Os resultados serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante, em artigos científicos, e na dissertação.

Declaro o cumprimento dos ditames da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, e suas complementares e dos princípios éticos vigentes.

Pesquisador Responsável
Contato:
genissongeoufs@hotmail.com

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome do Sujeito da Pesquisa

São Cristóvão, 22 de agosto de 2018.

APÊNDICE E – TERMO DE ANUÊNCIA

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE (PRODEMA)**

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA e TERMO DE COMPROMISSO

Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados unicamente para os fins previstos no protocolo de pesquisa intitulado “*Conflitos Territoriais e Potencialidades Socioambientais em Comunidades Quilombolas de Brejo Grande/SE*”.

Declaro, ainda, estar ciente da realização da pesquisa acima intitulada nas dependências da Universidade Federal de Sergipe e, como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução, assim como a coleta de dados referentes à pesquisa nessa instituição.

Local e data:

Assinatura e carimbo do responsável institucional